



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MATHEUS VALADARES DA SILVA

**PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA
DE CORUMBÁ (BR)-PUERTO QUIJARRO (BO)**

Brasília
2025

MATHEUS VALADARES DA SILVA

**PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA
DE CORUMBÁ (BR)-PUERTO QUIJARRO (BO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Stricto Sensu), da Universidade de Brasília, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Gloria Maria Vargas López de Mesa

Brasília

2025

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação às minhas mães, Lucia e Flávia, e aos meus pais, Paulo e Enoque. O amor incondicional de vocês foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente com o trabalho.

Também dedico, ao meu irmão Lucas, por me dar um propósito na vida. E à Gael, meu mais novo irmão, que ainda está começando sua trajetória de vida. A vocês, meu reconhecimento profundo e minha gratidão eterna por tornarem minha jornada mais significativa.

Agradeço aos familiares que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, acolhimento e motivação nos momentos mais difíceis. Sou grato pela contribuição de cada um de vocês.

À minha avó Juciara (*in memoriam*), e meu primo Pedro (*in memoriam*), que partiram cedo demais, sem testemunhar a conclusão da minha graduação e mestrado. Saudades!

À minha orientadora, Professora Gloria Maria Vargas López de Mesa, agradeço profundamente pelo acompanhamento ao longo desses anos. Obrigado pela parceria, confiança no meu trabalho, por me defender quando foi preciso, me despertar o interesse pela Geografia Cultural, e por acreditar em mim, apenas um jovem pesquisador iniciante.

Minha gratidão ao Professor Edgar Aparecido Costa, da UFMS, pelas considerações na banca de qualificação, e ao povo corumbaense pela receptividade e ajuda nos trabalhos de campo na cidade.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa por aceitarem o convite e contribuírem para este trabalho. Agradeço pela disponibilidade, e pelo interesse em debater os caminhos e resultados apresentados.

Aos queridos amigos que me acompanharam durante esse período. Alguns, mesmo distantes, fizeram parte desse trabalho. Obrigado: Moreno Almeida, Luis Bruno, Caio Costa, Caio Souza, Patrick Tavares, Marcos Otoni, Jurandi Dias, Bruno Roque, Raul Pereira, Guilherme Faial e Beatriz Sarmiento.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), instituição que me recebeu nos últimos meses. E um agradecimento especial, à Pedro Silva Barros, pelos ensinamentos, amizade e confiança no meu trabalho.

Agradecimentos especiais aos servidores do Departamento de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade de Brasília (UnB), por todo auxílio durante o caminho da Pós-Graduação.

Ante esta realidad sobrecogedora que através de todo el tiempo humano debió de parecer una utopía, los inventores de fábulas que todo lo creemos nos sentimos con el derecho de creer que todavía no es demasiado tarde para emprender la creación de la utopía contraria. Una nueva y arrasadora utopía de la vida, donde nadie pueda decidir por otros hasta la forma de morir, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra (Gabriel García Márquez – La Soledad de América Latina, Discurso de premiação no Prêmio Nobel de Literatura, 8 de dezembro de 1982).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo verificar se está em curso um processo de institucionalização regional no contexto da região transfronteiriça de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolívia), localizadas no Arco Central da faixa de fronteira brasileira. Essas cidades materializam o contato entre dois Estados nacionais e constituem um espaço de intensas relações transfronteiriças, com dinâmicas sociais, culturais e econômicas que as consolidam como uma região transfronteiriça. Para atingir o objetivo, utilizamos como base teórica principal o conceito de institucionalização regional desenvolvido pelo geógrafo finlandês Anssi Paasi. A partir dessa concepção analisamos duas dimensões do processo de institucionalização: a institucional (econômica) e a cultural (geossímbolos e relações matrimoniais). Realizamos uma pesquisa qualitativa baseada na revisão sistemática de literatura, análise bibliográfica, documental, e trabalho de campo. Como resultado, a pesquisa evidenciou que existe um processo institucionalização regional se consolidando na região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro, evidenciado através dos indicadores econômicos e culturais que dinamizam e hibridizam a região. Este estudo poderá contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a dinâmica fronteira entre Brasil e Bolívia, oferecendo subsídios para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e à integração sul-americana.

Palavras-chave: fronteira Brasil-Bolívia; região transfronteiriça; cidades gêmeas; institucionalização regional; geossímbolos.

ABSTRACT

This dissertation aims to verify whether a process of regional institutionalization is underway in the context of the cross-border region Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brazil) and Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolivia), located in the Central Arch of the Brazilian border strip. These cities materialize the contact between two nation-states and constitute a space of intense cross-border relations, with social, cultural, and economic dynamics that consolidate them as a cross-border region. To achieve this objective, we adopted as the main theoretical framework the concept of regional institutionalization developed by Finnish geographer Anssi Paasi. Based on this approach, we analyze two dimensions of the institutionalization process: the institutional (economic) and the cultural (geosymbols and binational marriages). We conducted a qualitative study based on a systematic literature review, bibliographic and documentary analysis, and fieldwork. As a result, the research showed that there is a process of regional institutionalization taking shape in the cross-border region of Corumbá-Puerto Quijarro, evidenced by economic and cultural indicators that are dynamizing and hybridizing the region. This study may contribute to deepening knowledge about the border dynamics between Brazil and Bolivia, offering insights for public policies aimed at regional development and South American integration.

Keywords: Brazil-Bolivia border; cross-border region; twin cities; regional institutionalization; geosymbols.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo verificar si está en curso un proceso de institucionalización regional en el contexto de la región transfronteriza de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) y Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolivia), ubicadas en el Arco Central de la franja fronteriza brasileña. Estas ciudades materializan el contacto entre dos Estados nacionales y constituyen un espacio de intensas relaciones transfronterizas, con dinámicas sociales, culturales y económicas que las consolidan como una región transfronteriza. Para alcanzar este objetivo, utilizamos como base teórica principal el concepto de institucionalización regional desarrollado por el geógrafo finlandés Anssi Paasi. A partir de esta concepción, analizamos dos dimensiones del proceso de institucionalización: la institucional (económica) y la cultural (geosímbolos y matrimonios binacionales). Realizamos una investigación cualitativa basada en la revisión sistemática de la literatura, análisis bibliográfico, documental y trabajo de campo. Como resultado, la investigación evidenció que existe un proceso de institucionalización regional que se está consolidando en la región transfronteriza de Corumbá–Puerto Quijarro, evidenciado a través de indicadores económicos y culturales que dinamizan e hibridan la región. Este estudio puede contribuir a profundizar el conocimiento sobre la dinámica fronteriza entre Brasil y Bolivia, ofreciendo aportes para políticas públicas orientadas al desarrollo regional y a la integración sudamericana.

Palabras clave: frontera Brasil-Bolivia; región transfronteriza; ciudades gemelas, institucionalización regional; geosímbolos.

RÉSUMÉ

Cette dissertation vise à vérifier si un processus d'institutionnalisation régionale est en cours dans le contexte des région transfrontalière de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brésil) et Puerto Quijarro (Santa Cruz, Bolivie), situées dans l'Arc Central de la bande frontalière brésilienne. Ces villes matérialisent le contact entre deux États-nations et constituent un espace de relations transfrontalières intenses, avec des dynamiques sociales, culturelles et économiques qui les consolident en tant que région transfrontalière. Pour atteindre cet objectif, nous avons adopté comme cadre théorique principal le concept d'institutionnalisation régionale développé par le géographe finlandais Anssi Paasi. À partir de cette approche, nous analysons deux dimensions du processus d'institutionnalisation: l'institutionnelle (économique) et la culturelle (géosymboles et mariages binationaux). Nous avons mené une recherche qualitative basée sur une revue systématique de la littérature, une analyse bibliographique et documentaire, ainsi qu'un travail de terrain. En conséquence, la recherche a montré qu'il existe un processus d'institutionnalisation régionale en cours de consolidation dans la région transfrontalière de Corumbá–Puerto Quijarro, mis en évidence par des indicateurs économiques et culturels qui dynamisent et hybrident la région. Cette étude peut contribuer à approfondir les connaissances sur la dynamique frontalière entre le Brésil et la Bolivie, en apportant des éléments pour des politiques publiques axées sur le développement régional et l'intégration sud-américaine.

Mots-clés: frontière Brésil-Bolivie; région transfrontalière; villes jumelles; institutionnalisation régionale; Géosymboles.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÕES ACADÊMICAS SELECIONADAS SCIELO.....	28
TABELA 2 - DADOS POPULACIONAIS E GEOESPACIAIS DAS CIDADES GÊMEAS DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....	41
TABELA 3 - DADOS SOCIOECONÔMICOS E INFORMAÇÕES DO COMÉRCIO DA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA	62
TABELA 4 - MOVIMENTAÇÃO DE CARGA: PORTOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO.....	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO	25
QUADRO 2 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: BASE DE DADOS GOOGLE SCHOLAR	30
QUADRO 3 - TEXTOS SELECIONADOS SOBRE REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA	31
QUADRO 4 - BDTD: FAIXA DE FRONTEIRA E REGIÃO NO BRASIL (1988 A 2023)	32
QUADRO 5 - A FAIXA DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL	52
QUADRO 6 - CIDADES GÊMEAS DO ARCO CENTRAL.....	59
QUADRO 7 - LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES DE CORUMBÁ	78
QUADRO 8 - ESTRUTURA GEOSIMBÓLICA DE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO	90

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	13
FIGURA 2 - CONURBAÇÃO DAS CIDADES GÊMEAS DE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO	18
FIGURA 3 - PRAÇA CENTRAL EM PUERTO SUÁREZ	19
FIGURA 4 - PORTO DE CORUMBÁ	44
FIGURA 5 - EMBARCAÇÕES COMERCIAIS NO PORTO DE PUERTO QUIJARRO	46
FIGURA 6 - 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA	52
FIGURA 7 - INTERAÇÕES DAS CIDADES GÊMEAS	53
FIGURA 8 - ESTUDOS DE FRONTEIRA EM SUBCAMPOS DA GEOGRAFIA HUMANA.....	55
FIGURA 9 - MAPA DOS ARCOS DA FRONTEIRA	57
FIGURA 10 - EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A BOLÍVIA EM 2023	64
FIGURA 11 - EXPORTAÇÕES DA BOLÍVIA PARA O BRASIL EM 2023	65
FIGURA 12 - GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA.....	70
FIGURA 13 - FEIRA LIVRE DE CORUMBÁ.....	75
FIGURA 14 - RIO PARAGUAI.....	91
FIGURA 15 - CASARIO DO PORTO DE CORUMBÁ	95
FIGURA 16 - BIOMA PANTANAL.....	98
FIGURA 17 - MAPA DO PANTANAL BRASILEIRO	100
FIGURA 18 - VIA SACRA	102
FIGURA 19 - CRISTO REI DO PANTANAL	103
FIGURA 20 - TERMINAL FERROVIÁRIO DE PUERTO QUIJARRO	105
FIGURA 21 - TREM DA MORTE	106
FIGURA 22 - ADUANA NACIONAL - BOLÍVIA	107

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes

AGESA – Armazéns Gerais Alfandegados de Mato Grosso do Sul

AVIPAL – Aviário Porto - Alegre

BAP – Bacia do Alto Paraguai

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIC – Comité Intergubernamental Coordinador de los Paises de La Cuenca del Plata

CR – Comitê das Regiões Europeu

DINTE – Diretoria de Estudos Internacionais

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FF – Faixa de Fronteira

FUNDTUR – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

GASBOL – Gasoduto Brasil-Bolívia

GNL – Gás Natural Liquefeito

GTB – Gas TransBoliviano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudos SocioAmbientais

INE – Instituto Nacional de Estadística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIDR – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PIN – Programa de Integração Nacional

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPGFDH – Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos

PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais

SEMADESC – Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	METODOLOGIA.....	23
2.1.	<i>Quadro metodológico</i>	<i>25</i>
2.2.	<i>Revisão de literatura</i>	<i>26</i>
3.	DISCUSSÃO DE REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS	36
3.1.	<i>A região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro</i>	<i>39</i>
3.2.	<i>Limites e fronteiras.....</i>	<i>47</i>
3.3.	<i>A faixa de fronteira no contexto internacional.....</i>	<i>51</i>
3.4.	<i>A faixa de fronteira no contexto regional brasileiro.....</i>	<i>56</i>
3.5.	<i>Caracterização geral do arco central</i>	<i>58</i>
4.	ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ-PUERTO QUIJARRO	61
4.1.	<i>Gasoduto Brasil-Bolívia: GASBOL.....</i>	<i>68</i>
4.2.	<i>As Feiras Livres de Corumbá.....</i>	<i>72</i>
5.	ASPECTOS CULTURAIS DA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO	82
5.1.	<i>Os casamentos mistos.....</i>	<i>82</i>
5.2.	<i>Os geossímbolos como parte do Sistema Cultural da região transfronteiriça Corumbá e Puerto Quijarro.....</i>	<i>85</i>
5.3.	<i>Geossímbolos compartilhados das cidades gêmeas de Corumbá-Puerto Quijarro.....</i>	<i>87</i>
5.3.1.	<i>Rio Paraguai</i>	<i>90</i>
5.3.2.	<i>Casario Porto de Corumbá.....</i>	<i>94</i>
5.3.3.	<i>Pantanal</i>	<i>97</i>
5.3.4.	<i>Cristo Rei do Pantanal.....</i>	<i>101</i>
5.3.5.	<i>O Trem do Pantanal.....</i>	<i>103</i>
5.3.6.	<i>As aduana Brasil-Bolívia</i>	<i>106</i>
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	113
	ANEXOS	122

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a retomada da política externa ativa e altiva, a partir do terceiro governo do presidente Lula da Silva, iniciado em 2023, fez o governo federal voltar a priorizar a cooperação Sul-Sul, em especial aquela com os países sul-americanos. As expectativas para a volta de políticas de desenvolvimento para a fronteira são significativas, haja vista que durante o primeiro governo Lula da Silva ocorreu a principal e mais profunda política pública voltada ao desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil – o PDFF¹.

Das dez díades fronteiriças que o Brasil compartilha com seus vizinhos, e na chamada Faixa de Fronteira (FF), a que divide com a Bolívia é a de maior extensão, com 3.423 km, abrangendo áreas dos estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No lado boliviano, abarca áreas dos departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz (figura 1).

Figura 1 – Fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

¹ Em 2009, o Ministério da Integração Nacional publicou a cartilha do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o principal estudo já realizado sobre a faixa de fronteira do Brasil, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada pelo § 2º do art. 20 da Constituição Federal de 1988, fundamental para defesa do território brasileiro (Brasil, 2009a).

Neste trabalho, tratamos das regiões transfronteiriças e adotamos o conceito proposto por Rolim (2004), que as define como áreas adjacentes a linha de fronteira entre dois ou mais Estados, diferenciando de regiões de fronteira, que são caracterizadas como áreas vizinhas à linha de fronteira. Regiões transfronteiriças são aglomerações urbanas em fronteiras nacionais em que ao mesmo tempo há: criação de um espaço econômico comum, acompanhado de barreiras de integração; fluxo de pessoas e capital, e ao mesmo tempo restrições para que isso ocorra; desenvolvimento de uma cultura comum, mas com as diferenças culturais ficam em evidência.

A região transfronteiriça trabalhada como recorte espacial do trabalho, Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO), desempenha um papel importante como uma rede de distribuição de mercadorias, *commodities*, fluxo de pessoas, e conectam o Cone Sul do continente sul-americano por serem cidades portuárias. A localização de Corumbá e Puerto Quijarro no interior do Pantanal impõe certas limitações à diversificação econômica, sobretudo em razão das dificuldades de infraestrutura e transporte. Ainda assim, a região desenvolve atividades relevantes ligadas à pecuária, mineração, turismo e comércio fronteiriço, demonstrando capacidade de adaptação às condições socioeconômicas da região. Vale ressaltar que as funções designadas para essas cidades são correspondidas em escalas locais, regionais e nacionais, influenciando os fluxos que as afetam.

Essa região apresenta importante campo de pesquisa social, econômica, política e cultural, principalmente no que concerne a processos de integração espontâneos. Longe dos grandes núcleos urbanos, foi por muito tempo marginalizada pelos respectivos Estados Nacionais, o que fez da integração não apenas uma vontade, mas acima de tudo uma necessidade. Somente com os recentes projetos de integração sul-americana é que a fronteira ganhou maior atenção dos Estados, adquirindo um papel central em certas questões políticas e econômicas, além do combate ao crime organizado. Uma região transfronteiriça, para além das relações institucionais, é lugar de moradia, diferenças, pertencimento. Lugar que revela relações e intercâmbios sociais, culturais, políticos e econômicos (Raffestin, 1993).

No contexto de regiões transfronteiriças, é necessário considerar que as regiões não são construídas a partir do nada, fazem parte de um processo de relações sociais que acontecem em várias escalas. O processo de institucionalização regional, foco da nossa pesquisa, de acordo com Paasi (2022) se dá quando se realizam mudanças indicativas nos seguintes âmbitos: a) econômicos, por empreendimentos comerciais que se realizam bi nacionalmente, começando

em um dos Estados nacionais e se difundindo para o outro, podendo ser tanto atividades legais quanto ilegais. O sucesso dos empreendimentos origina vínculos e uma espécie de identidade baseada no sucesso econômico, b) culturais, com a formação de símbolos compartilhados é possível o desenvolvimento de uma visão compartilhada. Existindo muitas relações culturais nas fronteiras, uma forma de inferir a aceitação cultural de um lado pelo outro está nos casamentos binacionais realizados. Entendemos que a partir desses parâmetros poderíamos elencar as solidariedades culturais presentes na região sob estudo. O autor considera também o âmbito político e o normativo, que não serão tratados neste trabalho.

De igual forma, consideramos a presença de geossímbolos como parte do âmbito cultural, dando uma relativa ênfase neles, pois, a identificação conjunta das duas nacionalidades em um ou mais geossímbolos será um forte indicador do processo de institucionalização regional em curso.

Esses procedimentos estão relacionados e fazem parte, como dito, da institucionalização regional, da construção regional que tem um componente material e um cultural ou simbólico. Dessa forma, as regiões são historicamente materializadas por práticas e discursos que ao longo do tempo resultam na criação de novas regiões e futuras ações coletivas (Paasi, 2022).

Os processos de institucionalização regional se baseiam, portanto, em práticas materiais e discursivas multifacetadas. Elas reúnem os elementos físicos e cognitivos de diversas práticas e discursos sociais. Paasi (2022) abstrai os seguintes aspectos:

- a) A configuração territorial; implica na construção de fronteiras e infraestruturas, material e simbólica. As fronteiras podem ser estatais, infra estatais ou supraestatais, além de terem conteúdo tanto material quando um sentido simbólico e ideológico.
- b) A configuração simbólica; que implica nos simbolismos, narrativas, memórias, discursos identitários que dão sentido e coerência à região.
- c) A configuração institucional; que implica em instituições políticas, econômicas, culturais, etc, que estabiliza a identidade e funções da região.
- d) A consolidação desses aspectos.

Esses aspectos não seguem uma ordem linear e seus papéis podem variar de acordo com a região trabalhada. Cada estágio e suas relações devem ser analisados empiricamente. Uma região institucionalizada pode alcançar uma posição estabelecida no sistema regional, mas também pode sofrer um processo de desinstitucionalização durante transformações regionais,

geralmente por meio da fragmentação em novas entidades regionais ou pela integração em unidades maiores, por exemplo, supraestatais, por meio de fusões. As relações e práticas econômicas, políticas e culturais têm papel fundamental no processo de institucionalização ou desinstitucionalização. Isso sugere a importância de investigar os atores que contribuem para a produção e reprodução de regiões e identidades (Paasi, 1986).

Paasi (2020) também estabelece que a partir das coletividades, há a criação de identidades. Em cidades gêmeas há o encontro de duas nações, memórias e identidades construídas a partir do processo de socialização correspondente a cada uma, há diferentes cenários possíveis de desenvolvimento de identidades. A partir dessa noção, é importante salientar dois pontos: o primeiro é que em cada cidade se continua o processo de socialização pretérita que coincide com aquela de cada nação, e o segundo é que há um processo de socialização híbrida em que existe a possibilidade da “criação” de novos territórios, com novas possibilidades de identidade, já que se produz um processo de síntese de novos possíveis elementos identitários. O território fronteiro seria fonte de identidade nova na medida em que é uma manifestação da materialidade, de simbolismo, de memória feita e por construir, onde se realiza o chamado processo de socialização espacial, no qual os indivíduos e as coletividades desenvolvem pertencimento e pelos quais se internalizam identidades coletivas e tradições compartilhadas. A memória nesse processo é fundamental na medida em que cria continuidade em uma comunidade híbrida de duas nações, o Brasil e a Bolívia. Histórias, lendas, experiências, geossímbolos, também ligam membros das duas comunidades, de gerações diferentes e podem, até se relacionar em redes sociais mais extensas.

Destarte, a socialização espacial nos ajuda a entender como se dá o processo de regionalização, de criação de novo universo simbólico e reprodução da região. A região politicamente é vista institucionalmente como um aparato e parte do Estado. Foi um conceito reificado na medida em que lhe foram transferidos poderes causais e de agência, que pairaram por muito tempo na ciência geográfica, acarretando na mistificação das funções da região. Os conceitos discutidos permitem assimilar de forma mais concreta a realidade vivida em Corumbá e Puerto Quijarro.

Para compreender o aspecto simbólico da construção de regiões transfronteiriças utilizamos o autor francês J. Bonnemaïson (2002; 2005), que considera que o território possui valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É onde se enraízam os grupos sociais, são espaços de convivência e onde se constrói uma realidade de

significados e relações simbólicas. Essas propriedades, que marcam a história das cidades, podem ser vistas também como geossímbolos, lugares que têm significados simbólicos e que são carregados de valores culturais. Utilizamos estas concepções para trabalhar com as relações entre as dimensões material e simbólica da região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro. Os geossímbolos são elementos que sintetizam essa relação. A materialidade e cultura se determinam mutuamente e permitem entender algumas especificidades da região, como a relação do indivíduo com o território associado à dimensão simbólica.

No plano institucional, Brasil e Bolívia são membros de numerosas iniciativas bilaterais e multilaterais, sendo signatários do Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos que contemplam quatro conjuntos de cidades gêmeas (Brasiléia e Cobija; Guajará-Mirim e Guayaramerín; Cáceres e San Matías; Corumbá e Puerto Suárez). Este acordo entre Brasil e Bolívia, que garante a permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços constitui um dos principais instrumentos de integração fronteiriça, que garantiu aos residentes das localidades listadas no acordo a permissão para: a) residência na localidade vizinha, b) exercício de trabalho, ofício ou profissão c) frequência a estabelecimentos de ensinos públicos ou privados, e a emissão de documento especial fronteiriço (Brasil, 2009b).

É importante destacar que, ao longo da faixa de fronteira brasileiro-boliviana existem cinco conjuntos de cidades gêmeas. No contexto brasileiro, as cidades gêmeas são entendidas como municípios cortados pela linha de fronteira, seja seca ou fluvial, articulada ou não por obras de infraestrutura, que apresentam elevado potencial de integração econômica e cultural. Essas localidades podem ou não formar conurbações com cidades do país vizinho e concentram, de modo mais intenso, os problemas característicos da fronteira, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2020). De acordo com a Portaria nº 213 do Ministério da Integração Nacional, cada cidade gêmea deve ter população igual ou superior a dois mil habitantes (Brasil, 2016).

A conurbação protagonizada por Corumbá e Puerto Quijarro conta ainda com duas outras cidades vizinhas, que são, Ladário no Brasil, e Puerto Suárez na Bolívia, conjunto este que é o mais populoso e importante em termos socioeconômicos e culturais (Figura 3). As cidades gêmeas são importantes como objeto de estudo da Geografia por serem áreas prioritárias para políticas públicas voltadas à fronteira, e porque são lócus onde se materializam os contatos entre regimes jurídicos diferentes. De igual maneira, nelas se dá o encontro de

línguas, culturas e povos distintos (Machado, 2005). Corumbá e Puerto Quijarro são cidades, fortemente marcadas pelos vínculos econômicos e culturais Brasil-Bolívia. Estas localidades estão conectadas diretamente por meio da rede viária composta pela Rodovia Ramon Gomes (BR-262) do lado brasileiro e pela rodovia boliviana RN 4, separadas pelo Arroio Conceição (um corpo hídrico atravessado por uma pequena ponte de cerca de 26 metros), e são locais de desenvolvimento de uma região transfronteiriça, moldada pelas duas cidades.

Figura 3 - Conurbação das cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro



Fonte: Google Maps (2024). Adaptado pelo autor (2024).

Diante desse contexto, a zona de fronteira² Brasil-Bolívia que tradicionalmente é vista unicamente como área de defesa e estratégia, também é fundamental para o desenvolvimento social e econômico regional. Por meio de normas, leis, discursos, relações sociais, entre outras práticas materiais e discursivas, se dá o processo de institucionalização regional, que consolida as regiões transfronteiriças. Para o desenvolvimento da faixa de fronteira, esse processo é necessário, uma vez que a região institucionalizada se estabelece no sistema regional. As relações trabalhadas no texto, entre práticas políticas, econômicas e culturais são os principais fatores nesse processo.

Detalhe importante a ser mencionado sobre o recorte espacial da presente pesquisa é que trabalhos acadêmicos como o de Silva (2012) ou dispositivos legais, como o Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009, que promulgou o *Acordo entre o Governo da República*

² Zona de fronteira é uma faixa territorial ao lado do limite que divide os Estados limítrofes, e que se podem ou não apresentar interações transfronteiriças (Sant'Anna, 2013).

Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos (BRASIL, 2009b), mencionam o “par de cidades gêmeas Corumbá e Puerto Suárez” e não Corumbá e Puerto Quijarro. Fato intrigante, tendo em vista que Puerto Suárez (Figura 2) dista 6 km de Puerto Quijarro, que está diretamente conectado a Corumbá pela ponte sobre o Arroio Conceição.

Figura 2 - Praça central em Puerto Suárez



Fonte: Trabalho de campo (2025).

Desse modo, o referencial teórico desta pesquisa se concentra na análise de como se realiza a institucionalização regional na região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro. A base teórica, guiada por autores como Carneiro (2013), Paasi (1986), Machado (1998; 2004), Raffestin (2011) e Bonnemaïson (1997; 2002), direciona a investigação para elementos essenciais dessa interação, destacando:

- a) A relação entre região transfronteiriça, institucionalização regional, fronteiras e cidades gêmeas;
- b) Os aspectos econômicos do processo de institucionalização regional, as atividades produtivas, comércio e infraestrutura;
- c) Os aspectos culturais, na criação de uma identidade coletiva e pertencimento compartilhado;
- d) A importância dos geossímbolos como a representação material e simbólica, concretizando a socialização espacial e a existência da região no espaço;

Essa abordagem teórico-metodológica proporciona um arcabouço para explorar a dinâmica fronteira a partir dos seus componentes materiais e simbólicos.

A justificativa para a escolha do tema pode ser explicada para além das localidades estarem na zona de limite internacional, o que já nos esclarece sobre a rede entre esses dois países. Corumbá e Puerto Quijarro são importantes polos de circulação de pessoas e mercadorias, e estão conectadas por rios, rodovias e ferrovias. Outro fator considerável para o estudo é a grande distância desse par de cidades gêmeas para os grandes centros regionais, o que leva a uma ausência de boas redes de transporte, instituições e comunicação. Essa situação levou as duas cidades a adaptarem suas economias, que se estabeleceram por meios hidrográficos. Para além disso, existe uma carência de estudos geográficos sobre a região, o que pode explicar por que ela é caracterizada de forma pejorativa. É importante lembrar que o presente autor é membro, desde 2023, do GEPEDEM (Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Democracia), e do Grupo de Pesquisa em Território, Cultura e Política - TECPO, ambos vinculados ao GEOREDES da Universidade de Brasília, o primeiro coordenado pelo Professor Dr. Daniel Azevedo e o segundo pela Professora Dra. Gloria Vargas. O autor também faz parte do grupo Limes - Geopolítica e Fronteiras, sediado no Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, da Universidade Federal de Goiás, coordenado pelo Professor Dr. Camilo Pereira Carneiro. Os referidos Grupos elaboram trabalhos de campo, produzem mapas com o *software* ArcGIS e QGIS, produzem e publicam artigos em livros acadêmicos e periódicos científicos sobre temas de fronteira. O autor também é Assistente de Pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lotado na Diretoria de Estudos Internacionais (DINTE) e atua no projeto: Integração Regional: o Brasil e a América do Sul, coordenado pelo Dr. Pedro Silva Barros.

À vista desse panorama, o presente trabalho objetivou aferir se nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro está se dando um processo de institucionalização regional, uma área estratégica na região do MERCOSUL e da Bacia do Prata. Junto a ele, operacionalizamos três objetivos específicos. O primeiro é escrever o processo de formação institucional da região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro, através dos vínculos econômicos e comerciais; o segundo, descrever o processo de formação simbólica da região transfronteiriça nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro, através das relações conjugais mistas como indicadores culturais; e o terceiro é identificar e analisar os geossímbolos nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro e seu papel no processo de institucionalização regional. Dessa forma, esta pesquisa visa trazer um estudo atualizado da temática em questão. Para tanto, este projeto partiu

da hipótese de que nas zonas de fronteira onde estão situadas as cidades gêmeas está ocorrendo um processo de institucionalização regional.

Esta dinâmica nos permitiu questionar sobre alguns fatores que participaram da construção regional desta região transfronteiriça. Partindo de três pressupostos, indagamos: Como ocorre o processo de institucionalização regional na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro que permite se pensar na criação de uma região transfronteiriça? Qual é o papel das cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro na institucionalização regional dessa região transfronteiriça? De que forma a formação cultural e os geossímbolos influenciam no processo de institucionalização regional e na criação da região transfronteiriça?

O tema possui grande relevância para o contexto brasileiro e sul-americano. Podemos destacar: a) a recente entrada da Bolívia como país membro do MERCOSUL, aumentando cada vez mais o fluxo comercial entre os dois países; b) a necessidade da cooperação transfronteiriça na faixa de fronteira Brasil-Bolívia; c) o processo de migração, trabalhado no sentido de pertencimento, e relações sociais que ocorrem diariamente por aqueles que vivem nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro; d) a análise do desenvolvimento econômico e social das cidades gêmeas que serão trabalhadas; e) a compreensão mediante estudo do caso específico em tela, das dinâmicas nas cidades gêmeas na consolidação da institucionalização regional da região transfronteiriça nessa porção da faixa de fronteira.

Tal investida se realizou a partir dos parâmetros da Geografia Regional e Geografia Cultural, realçando o cotidiano, intersubjetividades, convivências, pertencimento, interações sociais, sentimentos nacionais, grupos étnicos que compõem essa fronteira (sírios, palestinos, libaneses, indígenas, entre outros), além de fatores como escalas e o preconceito dos sujeitos na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro com ênfase em suas relações com o meio que os cercam. Abarca-se a realidade dos fronteiriços embasada nas teorias desenvolvidas por geógrafos, sociólogos, filósofos e outros de modo interdisciplinar. Os vários caminhos traçados são importantes para a compreensão da realidade como um todo complexo. No caso de estudo de cidades de porte médio para baixo, em que a escala é menor do que analisar grandes cidades, por exemplo, a compreensão das entrelinhas da vivência dos sujeitos é possível.

Na elaboração da pesquisa foram utilizados dados secundários e primários. A respeito dos dados secundários, esta pesquisa está pautada em revisão de literatura, análise bibliográfica, e análise documental, as quais lidarão com estimativas econômicas e populacionais da região que abrange as duas cidades gêmeas, de forma a fazer sua caracterização, além de dados oficiais

de governo. Esses procedimentos metodológicos forneceram as bases analíticas para compreensão da conexão entre regiões transfronteiriças, geossímbolos e institucionalização regional, operando conceitos geográficos e que trazem avanços para o debate dentro das ciências humanas.

A revisão de escopo e a análise de conteúdo serão parte da investigação do fenômeno de região transfronteiriça. De acordo com Azevedo, Urias e Oliveira (2023), essa metodologia pode avançar nos estudos geográficos com possibilidades de construir clareza ao que está sendo proposto na pesquisa e nos seus resultados.

As principais fontes oficiais são o INE - Instituto Nacional de Estadística Boliviano, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Foram trabalhadas as informações sobre dados da população, bem como os documentos dos acordos binacionais voltados à fronteira Brasil-Bolívia, além de contar com cartografia temática elaborada pelo autor com uso do *software* ArcGIS. Os procedimentos para a obtenção dos dados primários foram organizados com trabalhos de campo em 2023, 2024 e 2025 nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro e nas cidades conurbadas Ladário e Puerto Suárez; entrevistas narrativas; levantamento e registro fotográfico; e o exercício de observação participante.

2. METODOLOGIA

Em relação à abordagem, este trabalho segue os preceitos da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, como destaca Triviños (1987), apresenta correntes variadas pesquisa, visto que esta nasce com antropólogos e sociólogos os quais elucidam sua variação de pensamento.

A opção pela base qualitativa tem como objetivo desvendar o processo de institucionalização regional e de desenvolvimento de uma região transfronteiriça na faixa de fronteira em que estão localizadas as cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro, através da relação dinâmica de construção regional, isto é, de práticas de vivências que fazem parte do processo de institucionalização regional e, portanto, de uma região transfronteiriça.

Através de seus pressupostos, Triviños (1987) nos apresenta alguns pontos essenciais da pesquisa qualitativa:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.
- b) A pesquisa qualitativa é descritiva.
- c) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.
- d) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.
- e) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Para a elaboração da pesquisa foram utilizados dados secundários e primários. A respeito dos dados secundários, esta pesquisa está pautada na revisão de literatura, análise bibliográfica e documental para caracterizar o moldamento institucional 1) através dos indicadores econômicos que vinculam as duas cidades, na compreensão de que o sucesso dos empreendimentos comerciais que se realizam bi nacionalmente origina vínculos e uma espécie de identidade baseada no sucesso econômico. De igual maneira, 2) as transformações culturais foram abordadas por meio dos indicadores culturais, que selecionamos, sendo as relações conjugais e o geossímbolos, ao longo do tempo. As principais fontes foram o INE (Instituto Nacional de Estadística), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Foram elaborados quadros onde estão elencados dados da população, principais vínculos econômicos, bem como estatísticas sobre relações conjugais binacionais. De igual forma, como parte do trabalho de campo, a identificação de

geossímbolos que apresentem caráter de cada nacionalidade separadamente e aqueles que sejam considerados binacionais.

Os dados oficiais foram coletados no IPHAN, informações em aduanas brasileiras e bolivianas, e órgãos oficiais dos dois países instalados na região.

Esses levantamentos nos permitiram caracterizar geograficamente as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, e explicar sua formação regional e inserção no contexto de principais cidades fronteiriças. Essa perspectiva é adotada, também, para a análise sobre os geossímbolos e a socialização espacial, buscando aprofundar o entendimento sobre a construção regional como região transfronteiriça.

Para identificar os geossímbolos e analisar alguns dos seus significados e de outras representações culturais em Corumbá e Puerto Quijarro, foram realizados trabalhos de campo com o exercício de observação simples (Gil, 1999) no Pantanal, Rio Paraguai, Cristo Rei de Corumbá, Casario Porto, aduanas do Brasil e da Bolívia e estação ferroviária de Puerto Quijarro. Mais adiante, foram aplicadas entrevistas narrativas com moradores. Optamos por essa modalidade de entrevistas por permitir, a partir do diálogo livre e das histórias relatadas pelos sujeitos, reconhecer se trata-se de geossímbolos nacionais ou binacionais, isto é, considerados como tal tanto por bolivianos como por brasileiros.

Nesse sentido, foi elaborado um roteiro prévio para orientar as entrevistas. Os entrevistados foram encorajados a relatarem o reconhecimento dos geossímbolos já existentes, de forma natural. As informações obtidas foram complementadas com diário de campo, observação e registros fotográficos. A amostragem foi selecionada a partir do potencial de contribuição das fontes, considerando os objetivos definidos. Foram priorizados os sujeitos que possuíam vivências relacionadas à memória das cidades e aqueles que reconhecem novos geossímbolos presentes nessa região transfronteiriça.

Buscamos, portanto, na metodologia escolhida uma abordagem que contemplasse tanto a caracterização material da região, a partir da investigação histórica e da observação do ambiente geográfico, quanto uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos e dos seus significados através das experiências dos sujeitos, principalmente em elementos compartilhados, como o reconhecimento dos geossímbolos.

O roteiro foi elaborado para responder os objetivos propostos da pesquisa, como a história e relacionamento dos sujeitos com o território construído, os elementos que permitam

a construção do que chamamos de moldamento institucional e simbólico, e a identificação de geossímbolos.

2.1. Quadro metodológico

Quadro 1 - Percurso Metodológico

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS	METODOLOGIA	OPERACIONALIZAÇÃO
Descrever o processo de moldagem institucional da região transfronteiriça da faixa de fronteira de Corumbá e Puerto Quijarro, através dos indicadores econômicos (GASBOL e Feiras Livres).	Análise documental, levantamento bibliográfico, revisão de literatura, entrevista, e trabalho de campo.	· Revisão de artigos e documentos · Redação textual. · Análise em campo.
Descrever o processo de moldagem simbólico nas Cidades Gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro, através dos indicadores culturais.	Revisão de literatura, levantamento bibliográfico e trabalho de campo.	· Revisão de artigos e documentos. · Redação textual. · Análise em campo.
Identificar e analisar os geossímbolos nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro e seu papel na construção da identidade de fronteira.	Trabalho de campo, entrevista e registro fotográfico.	· Análise em campo. · Redação textual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O quadro 1 sintetiza o percurso metodológico adotado para aprofundar as dinâmicas institucionais e simbólicas na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro. Os objetivos secundários foram organizados de forma a articular indicadores econômicos (como o GASBOL e as feiras livres) e culturais, evidenciando o caráter multidimensional do estudo. Para cada objetivo, foram selecionados procedimentos metodológicos adequados: análise documental, levantamento bibliográfico, revisão de literatura, entrevistas e trabalho de campo, que permitem captar tanto os aspectos formais da institucionalização quanto as práticas e representações cotidianas que moldam o espaço fronteiriço.

A operacionalização, que combina revisão de artigos e documentos, redação textual, análise em campo e registro fotográfico, assegura a triangulação de fontes e métodos. Esse arranjo metodológico amplia a validade das interpretações nos cruzamentos de dados, além de integrar observação direta com análises secundárias. Ao estruturar dessa maneira o percurso

investigativo, o quadro metodológico explicita a estratégia adotada para transformar conceitos teóricos em variáveis empíricas.

2.2. Revisão de literatura

Pela abordagem intencionada nesta pesquisa, procedimentalmente a metodologia teve como objetivo obter um breve panorama sobre faixa de fronteira, região transfronteiriça, socialização espacial, institucionalização espacial e as duas cidades gêmeas, Corumbá e Puerto Quijarro. Foram realizadas as seguintes etapas a partir da revisão de literatura:

a) *Definição de palavras-chave*: identificação das palavras-chave e termos relacionados à região transfronteiriça, faixa de fronteira, cidades gêmeas, socialização espacial, região, institucionalização regional, Corumbá e Puerto Quijarro. Exemplos de palavras-chave incluem "região transfronteiriça", "faixa de fronteira", "cidades gêmeas", "região", "socialização espacial", "institucionalização regional", "Corumbá", "Puerto Quijarro" e "Geossímbolos".

Seleção de bases de dados acadêmicas e fontes: Escolha das bases de dados acadêmicas relevantes, como Scopus, Web of Science, JSTOR, SciELO, Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES bem como bibliotecas digitais de universidades e instituições de pesquisa que possuam acervos relacionados ao tema.

Estratégia de busca: Combinação das palavras-chave e termos selecionados usando operadores booleanos (AND, OR, NOT) para formular consultas de busca eficientes. Por exemplo: ("faixa de fronteira" OR "região") AND "socialização espacial".

Filtro temporal: Para garantir a análise da evolução do tema, incluímos publicações de diferentes períodos, neste caso dos últimos 20 anos.

b) Seleção e análise dos documentos:

Crítérios de inclusão e exclusão: Estabelecemos critérios para a seleção dos documentos (idioma, tipo de publicação, relevância e qualidade do conteúdo).

Análise de conteúdo: Usamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), categorizando e codificando os documentos de acordo com os temas emergentes, abordagens teóricas, metodologias e resultados.

c) Síntese e discussão dos resultados:

Identificação de tendências e padrões: Examinamos os dados categorizados e codificados para identificar tendências e padrões relacionados à evolução dos temas de faixa de fronteira, região, socialização espacial e institucionalização espacial na Geografia Regional e na Geografia Cultural.

Comparação e contraste: Comparamos e contrastamos as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nos estudos revisados, destacando semelhanças e diferenças na forma como o tema foi abordado e os resultados alcançados ao longo do tempo.

Identificação de lacunas e direções futuras: Com base na síntese e discussão dos resultados, foram identificadas lacunas no conhecimento atual sobre faixa de fronteira, região e socialização espacial e institucionalização espacial na Geografia Regional e na Geografia Cultural. Serão apontadas direções para futuras agendas de pesquisas para realização de ações políticas.

A condução da pesquisa bibliográfica seguiu uma metodologia que visa explorar de maneira abrangente as temáticas de Geografia, como a discussão acerca da região transfronteiriça na faixa de fronteira, cidades gêmeas, região, socialização espacial, institucionalização regional, Corumbá e Puerto Quijarro. Para alcançar tal objetivo, optou-se pela análise de artigos científicos provenientes de três bases de dados distintas, SciELO, Periódicos CAPES e a BDTD, buscando enriquecer a análise.

A SciELO tem sua relevância devido à representatividade de produção científica em língua portuguesa. Deste modo, este foi eleito como ponto de partida desta pesquisa. SciELO “uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico” (Packer, 1998). A análise detalhada de termos como “Região transfronteiriça”, “Faixa de Fronteira”, “Socialização Espacial”, “Região” e outros proporcionou uma visão abrangente das discussões presentes na plataforma. Os filtros selecionados, como “cultura” e “política”, contribuíram para refinar os resultados, permitindo uma análise mais aprofundada. Com auxílio dos operadores booleanos, os termos iniciais de busca foram “Faixa de fronteira” AND “Socialização espacial”, definidos a partir do objeto de estudo. Foi utilizada a pesquisa avançada como modo de investigação.

O levantamento abrangeu um período de 35 anos, período em que se dá a criação do § 2º do artigo 20 da Constituição Federal de 1988, o qual faz a última categorização institucional da Faixa de Fronteira brasileira. Com a finalidade de fazer uma análise a respeito de publicações

sobre a temática da socialização espacial na faixa de fronteira, foram coletados os dados e categorizados por ano, conforme demonstrado na tabela fornecida (tabela 1). A pesquisa com o termo “Faixa de Fronteira” OR “Socialização Espacial” resultou em 25 resultados, somados os anos entre 1988 a 2023. Em consequente, foram eliminados artigos que, após análise do resumo, não correspondiam de fato à faixa de fronteira e artigos que, após avaliação do texto completo, não interessavam nessa temática, ficando no total, apenas 2 artigos selecionados, o que mostra uma oportunidade no campo nacionalmente. Vale ressaltar que existem importantes contribuições estrangeiras sobre o tema.

Tabela 1 - Produções acadêmicas selecionadas (SciELO)

Faixa de fronteira OR Socialização Espacial		
Ano	Resultados	Selecionados
1988	0	0
1989	0	0
1990	0	0
1991	0	0
1992	0	0
1993	0	0
1994	0	0
1995	0	0
1996	0	0
1997	0	0
1998	0	0
1999	0	0
2000	0	0
2001	0	0
2002	0	0
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	0
2006	0	0
2007	1	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	1	0
2011	0	0
2012	1	0
2013	2	0
2014	2	1
2015	1	0

2016	1	0
2017	2	1
2018	3	0
2019	1	0
2020	5	0
2021	2	0
2022	2	0
2023	1	0
2024	14	0
TOTAL	15	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para fazer o levantamento referente ao objeto do trabalho, os periódicos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Scholar foram escolhidos como fonte de dados à metodologia devido à sua relevância no cenário acadêmico brasileiro. As buscas foram filtradas aos idiomas português, inglês e espanhol, para artigos publicados no período de 2000 a 2024. Foram utilizados os termos “Região transfronteiriça”, “Região transfronteiriça” AND “Geografia Política”, “Região transfronteiriça” AND “Geografia Regional” e “Região transfronteiriça” AND “Geografia Cultural” que forneceram uma análise quantitativa dos resultados obtidos, além de evidenciar os critérios de seleção e os filtros utilizados. Foram encontrados artigos, a partir dos mesmos termos booleanos em inglês. A revisão permitiu classificar os temas dos artigos em categorias, percebendo avanços e lacunas na produção brasileira. Aqueles citados diretamente foram os selecionados por melhor representarem os argumentos apresentados. O Quadro 2 apresentou um fundamento teórico sobre “região transfronteiriça”, ressaltando a ótica de estudo pelos ramos da Geografia Política, Geografia Regional, e Geografia Cultural.

Quadro 2 - Levantamento bibliográfico: base de dados Google Scholar

Termos de busca	Operadores de busca	Trabalhos encontrados
Região transfronteiriça	Busca Inicial	841 resultados
Região transfronteiriça e Geografia Política	Operador booleano And: "região transfronteiriça" AND "Geografia Política"	105 resultados
Região transfronteiriça e Geografia Regional	Operador booleano And: "região transfronteiriça" AND "Geografia Regional"	26 resultados
Região transfronteiriça e Geografia Cultural	Operador booleano And: "região transfronteiriça" AND "Geografia Regional"	13 resultados
	Artigos selecionados de acordo com os objetivos do levantamento.	11 textos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao todo foram encontrados 841 artigos que tratavam em sua maioria sobre políticas públicas voltadas à faixa de fronteira. A busca foi realizada de forma sistemática e criteriosa, considerando os desafios e encontrando limitações, como áreas do campo da saúde que fazem estudos de doenças em regiões transfronteiriças, o que não nos interessa neste trabalho. A pesquisa avançada foi realizada por ano, se iniciando em junho de 2000 e terminando em 2024. Com 50 resultados por página, cada arquivo que correspondia ao tema foi analisado pelo resumo, a partir dele, utilizando critérios de inclusão e exclusão, tendo sido feito o download dos trabalhos selecionados. Para definição da seleção, foi utilizada a ferramenta de busca em PDF, com o atalho Ctrl + F, permitindo a identificação ou não da palavra que remetia ao tema no arquivo. Sobre alguns resultados encontrados, foram descartados resultados que eram de campos afastados da Geografia, como a área da saúde, e informações que não fossem sobre o processo de institucionalização regional na região transfronteiriça trabalhada. Desse modo, artigos que tratam diretamente com este tema proposto no trabalho, através dos indicadores políticos e econômicos, foram selecionados (Quadro 3). Apesar da revisão narrativa ter sido a base deste artigo, quando necessário, outras obras foram citadas para oferecer uma maior base bibliográfica.

Quadro 3 - Textos selecionados sobre região transfronteiriça

Autor	Título	Tipo de produção	Ano de publicação
Camilo Pereira Carneiro e Aldomar Rückert	Transfronteirização e gestão do território no Arco Sul da fronteira do Brasil	Artigo	2013
Aldomar Rückert e Circe Dietz	Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão	Artigo	2013
Aldomar Rückert	Usos do território e políticas territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul	Artigo	2016
Luísa Amato Caye	Atores territoriais e dinâmicas(trans)fronteiriças contemporâneas: o caso das cidades gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC)/ Barracão (PR)/ Bernardo de Irigoyen (Misiones)	Disertação	2022
Lia Osório Machado, Leticia Parente Ribeiro e Lício Caetano do Rego Monteiro	Geopolítica fragmentada: inerações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia	Artigo	2014
Camilo Pereira Carneiro	Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a trílice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai	Tese	2013
Gutemberg de Vilhena Silva	A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e expectativas neste século XXI	Tese	2013
Elói Martins Senhoras	Dinâmica fronteira das cidades-gêmeas entre Brasil e Guayana	Artigo	2013
Pedro César Nogueira Marques	Processos de transfronteirização e integração regional entre Brasil e Uruguai: A Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim	Dissertação	2021
Demerson de Sousa Lima	A estrada do pacífico na Amazônia Sul-Occidental e o processo de integração regional na trílice fronteira (Brasil, Bolívia, Peru)	Tese	2018
Muriel Pinto	A construção de identidades híbridas em território geopoliticamente estratégico: o caso da fronteira missioneira São Borja (Brasil)/ Santo Tomé (Argentina)	Artigo	2011

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Para a busca acerca dos termos “faixa de fronteira” e “região” foi utilizada também a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), deste modo, nas produções encontradas, foram trabalhados os seguintes refinamentos: pesquisa acerca da faixa de fronteira brasileira Brasil-Bolívia no campo das ciências humanas, gestão pública e relações internacionais. Na seleção de publicações foi realizada a leitura dos títulos, resumos, considerações finais, e partes do trabalho em que eram detectadas as palavras “faixa de

fronteira” e “região” também por meio do atalho Ctrl + F. Encontramos como resultado na base de dados, a partir dessa filtragem de palavras, 23 trabalhos (14 dissertações e 9 teses), sendo que, depois do refinamento os que abordaram diretamente sobre o tema somaram 12 resultados. No quadro 2 caracterizamos os textos por autor, título, tipo de produção, instituição de origem, e ano de publicação.

Quadro 4 - BDTD: Faixa de Fronteira e Região no Brasil (1988 a 2023)

Autor	Título	Tipo de produção	Instituição do Trabalho	Ano de publicação
Thiago Rodrigues Carvalho.	O Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira e o Mato Grosso do Sul: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	2010
Renata de Souza Furtado	O estado fragmentado : uma análise das elites organizacionais do Executivo Federal e da abordagem da faixa de fronteira no Brasil	Dissertação	Universidade de Brasília	2011
Stephanie Queiroz Garcia.	A Conformação da Política Brasileira de Defesa para as Fronteiras: Interação entre governo e agências	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	2014
Márcio Augusto Scherma.	As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais	Tese	Universidade Estadual de Campinas	2015
Adriana dos Santos Corrêa.	Desafios institucionais de proteção aos migrantes e refugiados nas fronteiras brasileiras: o caso de Corumbá/MS	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	2020
Paulo Cesar dos Santos Martins	Fronteira livre - o caso da proposta de projeto de lei para implantação de uma área de livre comércio em Corumbá/MS	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2021
Silmara Cosme Cravo.	Geografia Política do Brasil e a questão de defesa das fronteiras terrestres	Tese	Universidade de São Paulo	2022
Mylena de Oliveira Alencar.	O Projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e a atuação estatal brasileira no combate ao narcotráfico no estado de Mato Grosso do Sul (2012-2021)	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	2022
Janieli Vasconcelos da Paz	O Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS: um estudo de caso sobre a eficácia do plano na cidade de Dourados	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	2022
Vanessa Valadão Gouveia	A cooperação internacional entre Brasil e Bolívia através do Acordo de Concessão ao Estudo, Trabalho e Residência: o perfil social dos bolivianos solicitantes do Documento Especial de Fronteira (DEF) transeuntes entre as cidades-irmãs de Corumbá/MS e Puerto Quijarro/BO no período de 2009 à 2019	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2023
Cristina de Arruda Ferreira	O licenciamento ambiental na região transfronteiriça Brasil-Bolívia: Corumbá e Ladário (BR), Puerto Quijarro e Puerto Suárez (BO)	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2023
André Vieira Freitas	O papel dos núcleos de ocupação na fronteira Brasil-Bolívia: do século XVIII ou XXI	Tese	Universidade de Brasília	2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os trabalhos escolhidos e expostos no quadro 1, apresentados em ordem cronológica de publicação, nos possibilitam perceber um considerável espaçamento temporal entre as

publicações, e que entre o ano de 2015 e 2020 há um intervalo sem nenhuma publicação. A respeito das instituições de origem, a que se destaca é a UFGD, que através de seu Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH), vêm realizando trabalhos significativos sobre a zona fronteira brasileira. É relevante evidenciar que os trabalhos vêm sendo construídos apenas na construção institucional do espaço de fronteira, seguindo temáticas de segurança e defesa, políticas públicas, e integração regional.

Para embasar este estudo, foi adotada uma abordagem que compreende o levantamento de dados históricos e documental a partir dos atos normativos publicados pelo governo federal, do estado de Mato Grosso do Sul, relacionados aos programas de desenvolvimento da faixa de fronteira Brasil-Bolívia especificamente, a que contempla as cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro. O escopo desse levantamento começou pelo período entre 2004 (data de assinatura do acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos) e 2023, abarcando os principais documentos que tratam da criação e definições fundamentais de cada política do governo. Este processo forneceu uma base confiável e abrangente para a análise desses programas.

Utilizando uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa documental qualitativa, que no entendimento de Godoy (1995), além de ser um procedimento de pesquisa com características específicas, com finalidades de investigação muito próprias, pode ser também utilizada como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de outros procedimentos como, entrevistas, questionários e observação. Ainda segundo o autor, é importante se atentar a três etapas na pesquisa documental, sendo elas:

- i) coleta de documentos;
- ii) codificação, classificação e categorização;
- iii) e, por fim, a sua análise, o tratamento do que foi coletado e interpretação;

Na pesquisa documental, selecionamos os principais documentos que norteiam as ações na faixa de fronteira Brasil-Bolívia que corresponde as duas cidades gêmeas em análise, sendo: recomendações das instituições supranacionais (MERCOSUL); atos normativos nas três esferas de governo (leis, portarias, decretos, resoluções, protocolos, instruções); e pareceres e deliberações dos conselhos nacionais de cada município, onde organizamos categoricamente o processo de institucionalização regional no recorte temporal apresentado para este estudo. Para fins de pesquisa científica, são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de

determinado fato ou fenômeno (GIL, 2008). Dado o escopo da pesquisa, a fonte de dados utilizada foi o Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados coletados pela pesquisa documental permearam fontes primárias através de documentos que já foram ou não analisados por outros pesquisadores. Bardin (2011) esclarece que a análise de conteúdo incorpora um conjunto de técnicas facilitadoras para analisar as comunicações entre os sujeitos, privilegiar as formas de linguagem oral e escrita e valorizar a transmissão do conteúdo da mensagem. Nessa direção, Franco (2005) salienta que a análise de conteúdo permite o tratamento dos dados para além da mera descrição do seu teor e à medida que se faz esse procedimento por categorias analíticas é possível considerar a totalidade de um texto a partir do desmembramento em unidades

A revisão de literatura e a documental nos dá um panorama de como se configura a estrutura espacial da região, o estudo teórico a respeito dos conceitos nos traz um melhor entendimento do fenômeno. Por fim, foi planejado aquilo que Azevedo (2013) chama de triangulação metodológica, ou seja, o uso de múltiplos métodos e técnicas com fins de reduzir as chances de falácia ecológica (Azevedo e Meireles, 2021).

A partir da análise dos dois artigos selecionados, através da base de dados SciELO, Krüger (2017) e Cargnin (2014), nesse primeiro momento foi possível identificar que ambos apresentam a necessidade de políticas públicas voltadas para a fronteira. o PDFF (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira) reestruturado em 2005, foi a principal política de governo voltada para a faixa de fronteira. Com a evolução de indicadores econômicos e sociais, como saúde, renda e emprego, de 2005 a 2011 melhorou significativamente a qualidade de vida dos municípios localizados naquela região fronteira. Outras políticas públicas foram apontadas, como o PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Regional) e o PROMESO (Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais). Para Cargnin (2014), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira enfatiza o desenvolvimento das cidades gêmeas, a dinamização dos arranjos produtivos e o fortalecimento dos atores que atuam neste território, devido à necessidade do país de incorporar a fronteira à dinâmica econômica nacional e seus vizinhos. Esta relação econômica dos municípios da faixa de fronteira brasileira será de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que estamos tratando do processo de institucionalização na região, sendo a economia um dos aspectos fundamentais para que ocorra o fenômeno.

Algo importante a destacar é que em ambos os textos pouco é comentado sobre os atores locais, o “ser fronteiriço” (Nogueira, 2007), aqueles que dão vida à fronteira através das suas relações sociais. Analisamos então a falta da presença do agente, permitindo que façamos a reflexão de que o espaço fronteiriço deve ser pensado e articulado a partir de quem vive e está na fronteira, espaços que se distanciam nas normas e se aproximam socialmente.

3. DISCUSSÃO DE REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

Regiões transfronteiriças é um conceito que embora antigo, de acordo com Rückert e Dietz (2013), ainda está em construção, devido aos processos de transformação da sociedade e seu atual meio técnico-científico-informacional. As teorias estão sobrepostas nos estudos de fronteiras que abordam migrações, cooperação binacional, fluxo de mercadorias e pessoas, identidade, dentre outras dimensões em trabalhos como o de Guichonnet e Raffestin, (1974); Raffestin, (1992); Foucher (1991); Carneiro e Rückert, (2013); Carneiro (2013); Vicente e Rückert (2020); Marques (2021), entre outros, que trouxeram a importância de estudos e contribuições à questão.

O complexo histórico e realidade das fronteiras necessita o exercício de pensarmos as diferentes funcionalidades atribuídas às cidades gêmeas no contexto das regiões transfronteiriças. Elas desempenham um papel fundamental na articulação e na relação entre países vizinhos, funcionando como pontos estratégicos de conexão e controle (Campos, 2017). Entretanto, suas características variam consideravelmente, influenciadas pelas especificidades de cada nação, pela localização geográfica, pelo tipo de território onde se situam e por outros fatores que contribuem para definir suas singularidades. As cidades gêmeas apresentam uma heterogeneidade cultural, possibilitam a articulação de redes de diversos tipos e origem, por isso são potenciais embriões de relações, processos e regiões transfronteiriças (Vicente; Rückert, 2020). O Brasil reconhece 33 cidades gêmeas, com 11 países sul americanos somente com Chile e Equador, países que Brasil não faz fronteira, e Suriname, não tem cidades gêmeas.

Uma região transfronteiriça pode ser entendida como um lugar vivo, onde os fronteiriços atuam, e onde há o confronto entre os pequenos espaços, com espaços nacionais e solidariedades locais (Campos, 2009) A importância da região de transfronteiriça em um contexto de cidades gêmeas, demonstram seu valor socioespacial no processo de institucionalização regional. Mas, acabam sendo confrontadas por alguns desafios:

1. O primeiro está relacionado às dificuldades dos processos políticos;
2. O segundo desafio são conflitos entre as diferentes concepções de fronteiras e as dinâmicas que ali se estabelecem;
3. O terceiro desafio é o reconhecimento da dimensão simbólica dos territórios transfronteiriços, um componente principal na institucionalização regional, menos trabalhado, e pautado em identidade, alteridade, memórias, significados dados aos territórios, entre outros elementos.

As relações pessoais, políticas, econômicas, e culturais, podem estabelecer redes transfronteiriças. Porém, a depender do nível de escala, pertinência, profundidade, entre outras características, essas conexões podem ou não evoluir para processos de transfronteirização. A partir de uma relação intensa e cotidiana, institucionalizada entre os países na zona de fronteira, estaremos diante de uma região transfronteiriça (Vicente; Rückert, 2020). Regiões transfronteiriças normalmente se formam em zonas fronteiriças de dois ou mais países, mas podem estabelecer vínculos locais, regionais, supra regionais, nacionais ou globais. Nesse sentido, Corumbá está inserido em uma conurbação transfronteiriça binacional que configura um exemplo. Pesavento (2002), ressalva:

[...] as fronteiras não podem ser apenas encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões. (...) Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas de situações ou época, assim como de população, esta dimensão aponta para uma nova reflexão: a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é sobretudo híbrida e mestiça.

A região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro possui uma relação particular, com intensos processos transfronteiriços. É uma das mais potentes da América do Sul e seus atores cotidianamente estabelecem relações culturais, comerciais e institucionais, dentre várias outras que fazem parte de um processo de transfronteirização, revelando uma particular integração territorial. Por sua vez, algumas outras fronteiras do MERCOSUL³ enfrentam obstáculos que dificultam a integração territorial, como: a falta de infraestrutura; barreiras culturais; o acesso a serviços públicos de saúde e educação; o direito à moradia, entre outros.

No entanto, a existência de uma região transfronteiriça pressupõe uma fronteira porosa, que tem interações regulares e estruturadas; reconhecida pelos Estados, onde os conflitos não prevaleçam; e com trocas estruturadas, organizadas e duradouras, que se efetuam ao longo de curtas distâncias (Carneiro, 2013). Isto inclui aspectos econômicos e culturais, como aqueles salientados nesse trabalho.

³ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um bloco econômico e político criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, com o objetivo de promover a integração econômica, comercial e social entre seus Estados-membros. Atualmente é formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (a Venezuela encontra-se suspensa desde 2016) e conta com países associados, como Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Peru e Suriname. O MERCOSUL busca a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a adoção de uma tarifa externa comum e a coordenação de políticas macroeconômicas, visando fortalecer a integração regional na América do Sul (MERCOSUL, 2025).

Para tanto, é necessário trabalharmos com uma ótica para além do significado formal da palavra transfronteiriça. Regiões transfronteiriças são abertas a muitas possibilidades, estão em constante transformação e são parte dos processos de institucionalização regional. O processo de institucionalização regional, como a região transfronteiriça, segue os parâmetros estabelecidos por Paasi (1986), que considera três estágios não lineares:

1. A configuração territorial, onde se dá a construção de fronteiras e infraestrutura, material e simbólica. As fronteiras podem ser estatais, infra-estatais ou supra-estatais e têm conteúdo tanto material quanto sentido simbólico e ideológico.
2. A configuração simbólica; que implica em representações discursivas, memórias, formações identitárias que dão sentido e coerência à região.
3. A configuração institucional, onde se formam as instituições políticas, econômicas, culturais etc. importantes porque estabilizam a identidade e as funções da região.

Por último e uma vez realizadas as anteriores não necessariamente nessa ordem, se dá a consolidação da região como transfronteiriça, realizando assim a institucionalização regional.

Porém, antes de se realizar essa institucionalização como região transfronteiriça, é necessário reconhecer in loco a referida região tratada nesse trabalho, que compreende as cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro. Utilizamos como referência o exemplo da União Europeia, que possui uma política institucional voltada às regiões transfronteiriças. Nesse contexto, destaca-se o Comitê de Regiões Europeu (CR)⁴, sediado em Bruxelas, na Bélgica, composto por representantes de diversas regiões transfronteiriças da Europa e que possui orçamento específico para políticas públicas de desenvolvimento⁵. A partir dessa experiência, propomos iniciativas semelhantes para a América do Sul.

A seguir, descrevemos essa conformação territorial com um breve histórico sobre a região, que contextualiza historicamente os processos que moldaram a configuração da região transfronteiriça Corumbá-Puerto Quijarro. Abordaremos posteriormente, os termos de limite e fronteira, de forma a separar semanticamente e conceitualmente esses conceitos. Na sequência, faremos uma apresentação da faixa de fronteira nacional e internacional, apresentando o marco legal e as implicações sobre a dinâmica transfronteiriça. Logo após, definiremos o Arco Central

⁴ O Comité das Regiões Europeu (CR) é um órgão consultivo da União Europeia, composto por representantes eleitos em níveis regional e local, como prefeitos, presidentes de regiões e vereadores. Criado em 1994 pelo Tratado de Maastricht, oferece às autoridades infranacionais uma voz formal na criação de legislação da UE.

⁵ O orçamento é financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

e sua importância estratégica para a integração e a institucionalização regional dentro do contexto nacional e sul-americano. Os subcapítulos ajudam a construir a base teórica necessária para assimilar a região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro. Com esse alicerce, traçamos o caminho do cenário estudado e damos início à compreensão dos processos de institucionalização regional desta região transfronteiriça.

3.1. A região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro

O limite Internacional, também denominado de linha fronteiriça, expressa o limite próprio a partir do qual um Estado pode exercer soberanamente, sua força coercitiva. A fronteira, por sua vez, é um indício de sociedades que possuem um grau de maturidade política e jurídica já desenvolvida. A fronteira é controlada desde um centro que se regula com um Direito Positivo (Raffestin, 2018).

A diáde do Brasil com a Bolívia tem como marco temporal o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que estabeleceu os domínios de Portugal e Espanha na América. Mas, vale ressaltar, que antes das primeiras passagens exploratórias dos europeus, no lado brasileiro, existiam povos (soldados e camponeses) que no período de ocupação territorial ao encontrar a dificuldade no território desconhecido, levantaram casas, criaram roças e se juntaram aos vários grupos indígenas que já habitavam a região. São eles:

- *Chamacocos*: 200 indivíduos, vivendo na margem direita do rio Paraguai, próximo à Baía Negra;
- *Guatiedéos*: 130 indivíduos que habitam a área do atual distrito de Albuquerque; »
Guanás: 200 indivíduos dos quais uma parte estava em Albuquerque e outra, nas imediações da cidade de Cuiabá;
- *Kinikinãos*: 1000 indivíduos que habitavam Mato Grande, perto de Albuquerque, onde atualmente existe um assentamento rural de mesmo nome, e Miranda; e
- *Guatós*: 500 indivíduos morando nas proximidades dos rios Paraguai e São Lourenço e das lagoas Gaíba e Uberaba (Costa, 2013).

De acordo com o Proyecto de Protección Ambiental y social (2012), pelo lado boliviano foram identificadas populações chiquitanas ameríndias das etnias Xaraiés, Bororos, Chané e Orejones. As fronteiras já existiam entre as nações, mas evidentemente não possuíam

o mesmo significado daquelas impostas pelos conquistadores espanhóis e portugueses (PPAS, 2012).

Posteriormente, com a União Ibérica (1580 - 1640) Portugal foi anexado à Espanha e nesse período a linha de Tordesilhas passou a ser transposta pelos luso-brasileiros. Após 1640 Portugal concretizou a ocupação a oeste da linha de Tordesilhas. No século XVIII, a preocupação da coroa portuguesa com as presenças espanholas e os ataques indígenas deram origem à política de instalação de fortes militares na fronteira. Nesse sentido, em 1778 foram instalados os núcleos de Vila Maria, hoje Cáceres-MT, e de Albuquerque, atualmente cidade de Corumbá-MS. No território do atual estado de Mato Grosso do Sul, na área pantaneira da fronteira, grandes fazendas foram instaladas, consolidando uma estrutura latifundiária. A agricultura praticada era de subsistência e o gado era criado solto pelos campos (Higa; Anzai; Gatti, 2017).

Em relação à integração entre os dois países, é importante destacar que Brasil e Bolívia são membros de diversos blocos regionais (MERCOSUL, UNASUL, OTCA, CIC, etc.) e são signatários de acordos bilaterais, dentre os quais o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos. Todavia, a fronteira entre os dois países continua enfrentando uma realidade marcada por dificuldades de integração territorial, que envolvem a ausência de uma política de promoção da circulação do trabalho, além de existirem barreiras para o intercâmbio de mercadorias. Em que pese os tratados bilaterais existentes, o acesso dos fronteiriços a serviços públicos de saúde, educação e moradia ainda não é satisfatório.

Furtado (2013) destaca que, na América do Sul, a maioria dos países tem em sua legislação uma área contígua ao limite internacional, legalmente estabelecida pelo Estado, que recebe um tratamento diferenciado em relação ao restante do país. Uma faixa que varia de dimensão de acordo com sua natureza.

Na Bolívia, a legislação nacional estabelece a *Zona de Seguridad fronteriza*, que varia de 20 km a 50 km, enfocando fatores socioeconômicos e a segurança nacional. Esta faixa é regida pelo artigo 262 da Constituição de 2009, pela Lei nº 3.016, de 12 de abril de 2005, e pelo Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009 (Furtado, 2013).

Por sua vez, no Brasil, a Faixa de Fronteira é regida de acordo com o §2º, do art. 20 da Constituição de 1988, pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 e pelo Decreto nº 85.064, de 26

de agosto de 1980. A faixa de fronteira do Brasil corresponde a 15.719 km, abrange 27% do território nacional, 588 municípios, 11 estados, 33 cidades gêmeas e faz limite com 10 países (Furtado, 2013).

A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km. Do lado brasileiro a fronteira abrange áreas dos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Enquanto a Bolívia é composta por áreas dos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz (Tabela 2).

Tabela 2 - Dados populacionais e geoespaciais das cidades gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia

ESTADOS - DEPARTAMENTOS	CIDADES	POPULAÇÃO	DISTÂNCIA DOS GRANDES CENTROS REGIONAIS
Mato Grosso do Sul	Corumbá (BRA)	96.268	426 km (Campo Grande)
Mato Grosso do Sul	Ladário (BRA)	21.522	426 km (Campo Grande)
Santa Cruz	Puerto Suárez (BOL)	19.829	650 km (Santa Cruz de La Sierra)
Santa Cruz	Puerto Quijarro (BOL)	16.659	650 km (Santa Cruz de La Sierra)
Rondônia	Guajará-Mirim (BRA)	39.387	326 Km (Porto Velho)
Beni	Guayaramerín (BOL)	41.814	605 (Trinidad)
Acre	Brasiléia (BRA)	26	220 km (Rio Branco)
Acre	Epitaciolândia (BRA)	18.757	220 km (Rio Branco)
Pando	Cobija (BOL)	46.267	(-) Capital Departamental
Mato Grosso	Cáceres (BRA)	89.681	220 km (Cuiabá)
Santa Cruz	San Matías (BOL)	14.47	693 km (Santa Cruz de La Sierra)

Fontes: IBGE (2022); INE (2012).

No tocante aos aspectos fitofisionômicos, a fronteira brasileiro-boliviana é marcada pela presença dos biomas Pantanal e Floresta Amazônica. Como já mencionado, esta fronteira que conhecemos, forjada pelos conquistadores espanhóis e portugueses, teve início com a disputa entre as potências ibéricas no final do século XV, disputa esta que prosseguiu até o século XIX, e culminou com a assinatura de diferentes tratados, que alteraram a localização dos limites entre os Estados nacionais. Em 1867, Brasil e Bolívia assinaram o tratado de Ayacucho⁶, estabelecendo uma nova linha de limite internacional, pautada no princípio do *uti possidetis*.

⁶ Acordo assinado em 1824, após a vitória das forças patriotas lideradas por Antonio José de Sucre na Batalha de Ayacucho, que oficializou a rendição do exército espanhol e marcou o fim do domínio colonial da Espanha na América do Sul, consolidando a independência das colônias hispano-americanas (Pontes, 2016).

Por fim, a consolidação do limite internacional entre os dois países ocorreu apenas em 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis (Vargas, 2017).

É justamente o Tratado de Petrópolis o documento legal considerado como marco temporal fundamental na consolidação da fronteira Brasil-Bolívia. O mesmo pôs fim às disputas em torno do território do Acre e garantiu à Bolívia acesso ao oceano Atlântico através dos rios amazônicos que cortam o território brasileiro (Carneiro; Martins, 2020).

Em termos geopolíticos, o território da Bolívia teve, durante o século XX, importância estratégica atribuída por militares como Meira Mattos em suas obras. O referido autor estabeleceu uma compartimentação geopolítica da América do Sul, dividindo o subcontinente em cinco áreas. Nesta regionalização, a Bolívia foi inserida na chamada Área Continental de Soldadura (Silva, 1981), na qual se destacava o triângulo geopolítico boliviano, formado por Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre, considerado pólo de convergência das influências Atlântico-Pacífico (Mattos, 2002).

Ainda no âmbito regional, no contexto da rivalidade brasileiro-argentina pela hegemonia no subcontinente durante boa parte do século XX, com vistas a atrair a Bolívia para sua área de influência, o Brasil completou a conexão ferroviária entre Santos e Corumbá no ano de 1952, quando a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) foi concluída. Com extensão de 1.622 km, a ferrovia passou a fazer integração com a rede ferroviária boliviana, que alcançava Santa Cruz de la Sierra, possuindo ainda um ramal a partir de Campo Grande que atingia a cidade de Ponta Porã, na divisa com Paraguai. Dessa forma, o Brasil passou a exercer maior influência sobre os dois estados mediterrâneos, que possuíam conexões fluviais naturais com a Argentina.

Em relação à fronteira Brasil-Bolívia, em que pese a existência de tratados entre Portugal e Espanha que remontam ao século XV, os limites interestatais passaram a ser materializados de forma mais contundente apenas no século XVIII. Nesse sentido, em 1748, tendo em vista a falta de um tratado que confirmasse de forma clara o limite entre as áreas coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul, o governo português criou, a partir do desmembramento da capitania de Goiás e Mato Grosso. A partir de então a política expansionista de Marquês de Pombal (Secretário de Estado do Reino de Portugal e dos Algarves entre 1750 e 1777) implantou projetos de ocupação em áreas a oeste da linha de Tordesilhas, assim o governo português passou a marcar presença por meio da fundação de fortes militares. Um exemplo foi o Forte de Coimbra em 1775, localizado no atual município de Corumbá. É

importante destacar que naquele período a capitania de Mato Grosso abrangia um enorme território formado por áreas que atualmente pertencem aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Silva; Ferreira, 2020).

Ainda no século XVIII, a Coroa Portuguesa e o Conselho Ultramarino incentivaram a promoção do povoamento das terras ocidentais da Colônia. Isso aconteceu por meio da construção de fortes e também de moradias. Na esteira dessa política de ocupação, em 1778 foi fundada Corumbá, cujo primeiro nome foi Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque. A fundação da localidade foi feita a mando do Governador da Capitania de Mato Grosso, pelo Sargento-mor Marcelino Rois Camponês.

No século seguinte, em 1856 o rio Paraguai foi aberto para navegação, o que potencializou novas ondas migratórias para o oeste do território Brasileiro. Silva e Ferreira (2020) destacam a migração de árabes (em especial sírios e libaneses) para o oeste de Mato Grosso entre a década de 1850 e o ano de 1980. O rio Paraguai passou a ligar de forma expressiva o interior da América do Sul ao Atlântico, com isso, a cidade de Corumbá passou a estar conectada às cidades situadas ao longo dos rios da Prata, Paraná e Paraguai. Fator que contribuiu para que Corumbá se tornasse a cidade com maior população no Pantanal. A localização privilegiada e o comércio pujante resultaram na emancipação de Corumbá no ano de 1862. Com o ciclo da borracha, que teve seu auge entre 1879 e 1912, a borracha amazônica também passou a ser exportada pelo porto de Corumbá (Figura 4), que se consolidou como importante entreposto fluvial de cidades mato-grossenses como Cuiabá e Cáceres (Silva; Ferreira, 2020).

Figura 2 - Porto de Corumbá



Fonte: Trabalho de campo (2023).

A localização estratégica de Corumbá se deve ao fato de o município estar localizado entre grandes corredores de entrada e saída de mercadorias para os países da Bacia do Prata. Corredores compostos pela hidrovia Paraná-Paraguai, pelas ferrovias Noroeste do Brasil, e Puerto Quijarro-Santa Cruz de la Sierra, além das rodovias BR-262 e de *Ruta 4*.

Em virtude da navegação no rio Paraguai, ao longo do tempo foram desenvolvidas intensas relações entre Corumbá e cidades bolivianas. Relações que passaram a impactar a zona de fronteira entre os dois países, que registrou um forte crescimento populacional entre a metade do século XIX e o início do século XX. Crescimento influenciado pelo comércio e pelo já mencionado ciclo da borracha (Carneiro; Martins, 2020)

É importante ressaltar que o esforço do governo brasileiro em abrir a navegação do rio Paraguai para a província de Mato Grosso no século XIX, então isolada das cidades da costa Atlântica do Brasil pela ausência ou precariedade das estradas, resultou em muitos conflitos com o governo do Paraguai. Pereira Carneiro e Martins (2020) destacam que este foi um dos elementos por trás da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), embora seja muitas vezes um ponto esquecido nos livros de história.

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, novos comerciantes se estabeleceram na cidade de Corumbá, o que fez com que novas casas comerciais fossem abertas na cidade, que também recebeu investimentos para a ampliação da área portuária. A criação da Câmara

Municipal em 1872 garantiu uma ligação direta de Corumbá aos principais centros comerciais da Bacia do Prata e da Europa. Tal fato impactou na imigração para a cidade e deu a ela um caráter cosmopolita em virtude da presença de comunidades de origens diversas. Passaram a viver na cidade contingentes de espanhóis, franceses, italianos, libaneses, portugueses e sírios.

Corumbá se tornou um polo de referência na prestação de serviços e no abastecimento de mercadorias para a população pantaneira. Foram estabelecidas na cidade inúmeras firmas de importação e exportação. Com o tempo, para além do poder econômico adquirido, os comerciantes passaram a também gozar de poder político (Silva; Ferreira, 2020).

Em relação ao uso e ocupação da terra, no lado brasileiro da fronteira predomina a grande propriedade rural e a criação extensiva de gado bovino. Uma organização produtiva cuja origem remonta ao período colonial, quando houve a concessão de sesmarias, medida que marcou profundamente o sistema fundiário e cujo impacto é sentido até os dias atuais. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), em 2021, Corumbá possuía o segundo maior rebanho bovino do país (1.451.874 cabeças), ficando atrás apenas do município de São Félix do Xingu-PA (ABIEC, 2022).

Ainda no tocante ao processo de ocupação da zona de fronteira brasileiro-boliviana, no século XX, sobretudo a partir da década de 1970, as políticas de estímulo à interiorização da população em direção às regiões Norte e Centro-Oeste (em especial o Programa de Integração Nacional - PIN) impactaram a fronteira e impulsionaram o surgimento de novos adensamentos políticos, alavancando um dinamismo econômico. Não obstante, antigos problemas não foram resolvidos, dentre eles o quadro de extrema dificuldade financeira vivenciada pelas populações locais, que não dispõem de serviços adequados de saúde e educação, além de não contarem com muitas oportunidades de trabalho e tampouco de acesso à terra.

Corroborando esse entendimento, é importante destacar que Corumbá conta com uma população de 96.268 habitantes (IBGE, 2023) e possui uma grande parte de seus habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza. O município registrou em 2014 uma taxa de incidência de pobreza sobre a população de 40,37% e a incidência da pobreza subjetiva na ordem de 33,98%. O município é marcado por uma baixa média salarial de sua população, sendo que o valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de dez anos ou mais de idade em domicílios particulares ocupados era, em 2014, de 210 dólares. Além disso, quase metade dos habitantes possuía, no referido ano, rendimento mensal domiciliar *per capita* nominal de até meio salário mínimo (Rebelo; Kassar, 2014).

Por sua vez, do lado boliviano da fronteira, Puerto Quijarro, fundado no ano de 1900 contava no último censo boliviano, de 2012, com uma população de 16.659 habitantes, tendo registrado naquele ano uma das maiores taxas de crescimento populacional do departamento de Santa Cruz: 5,23% (INE, 2012). Em relação à composição populacional do município, a maioria dos habitantes é indígena, de origem chiquitana, ainda que no distrito urbano Arroyo Concepción residam imigrantes do oeste boliviano, além de uma pequena comunidade brasileira. A economia de Puerto Quijarro é baseada no comércio de produtos brasileiros e bolivianos (as lojas da cidade aceitam pagamento em real, boliviano e dólar), e na exportação de soja. O município possui grandes centros armazenadores de grãos e intenso tráfego de barcas (Figura 5), que transportam sobretudo soja para o exterior.

Figura 3 - Embarcações comerciais no porto de Puerto Quijarro



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Puerto Quijarro conta com os complexos portuários de Central Aguirre e Gravel, conectados ao rio Paraguai através do canal do Tamengo (Figura 4). As empresas operadoras dos portos fluviais receberam estímulos com o governo de Evo Morales (2006-2019), que implantou uma política de incentivos para promover o desenvolvimento dos portos fluviais e da navegação na hidrovia Paraná-Paraguai. A categoria de porto internacional permite ao complexo industrial e portuário Gravel, operado pela empresa Gravel Bolívia S. A., receber qualquer tipo de produto proveniente de outros países.

Os terminais portuários de Gravetal e Central Aguirre são estratégicos para o desenvolvimento da Bolívia. Nesse sentido, é importante lembrar que o complexo da soja possui um papel importante na economia boliviana. De acordo com Gimenez (2010), no ano de 2003 o complexo da soja respondia pela quarta parte das exportações da Bolívia; gerava 45 mil empregos diretos; e mobilizou o transporte interno, desencadeando efeitos multiplicadores na economia do país.

3.2. Limites e fronteiras

Na Antiguidade, as fronteiras correspondiam a práticas próprias de sociedades rurais, que delimitavam seus territórios até certo ponto, a partir do qual prevalecia o desconhecido. O termo "fronteira", derivado etimologicamente de *front* (aquilo que está à frente), passou a ser utilizado, a partir do século XIII, para designar o limite móvel e provisório entre dois exércitos em confronto (Fébvre, 1962).

A partir dos Estados modernos, a fronteira aparece como um limite de soberania. Do século XVI ao XIX, os princípios de continuidade e de coesão territorial impuseram a necessidade de traços mais exatos entre as nações. Marcado pelo que se chamou de Paz de Westfália, as fronteiras dos Estados começaram a se tornar mais evidentes e a mostrar uma expressão absoluta de soberania (Silva, 2008)

Junto à noção de fronteira está o limite internacional. A fronteira política representa um espaço privilegiado para o poder político se afirmar e ser reconhecido, funcionando como um instrumento para definir e impor limites. Em termos gerais, ela corresponde a uma delimitação estabelecida por um poder que deseja marcar sua identidade política e diferenciá-la de outras entidades territoriais. Com a colonização, processo no qual os costumes europeus foram impostos em outros continentes, as fronteiras dos Estados passaram a ser fixadas inicialmente fora da Europa, estendendo-se depois a todo o mundo (Foucher, 1991). Além disso, os avanços nas estratégias militares e na cartografia acompanharam a evolução dessa linha de fronteira. O surgimento da linha de fronteira, ou limites internacionais, esteve diretamente associado ao desenvolvimento do conceito moderno de território (Silva, 2008)

Richard Hartshorne, em 1936, ao lado de geógrafos como Derwent Whittlesey e Stephen Jones, propôs uma classificação dos limites internacionais baseada na relação entre o momento de sua implantação e o grau de desenvolvimento da paisagem cultural. Para esses

autores, captar a gênese e a transformação das fronteiras exige considerar o contexto histórico e os aspectos culturais do território. Assim, limites definidos antes da consolidação da paisagem cultural são denominados *antecedent boundaries* ou *pioneer boundaries*, enquanto aqueles estabelecidos posteriormente recebem a classificação de *subsequent boundaries*. Há também situações em que o limite, mesmo sem função política, continua visível na paisagem (*relict boundaries*). Já quando o traçado político ignora ou se sobrepõe aos elementos culturais preexistentes, trata-se de um *superimposed boundary* (Steiman, 2002).

Anos depois, já em outro contexto de pensamento geográfico e questões estratégicas, o geógrafo franco-suíço Claude Raffestin (1993) criticou os estudos sobre a natureza e função das fronteiras internacionais, afirmando que essas abordagens teriam negligenciado a importância das concepções de fronteira, e de suas funções e efeitos, sobre a organização espacial.

Segundo Raffestin (2005), a questão dos limites e fronteiras evolui em conjunto, seguindo os passos do desenvolvimento das civilizações. A circulação e o movimento dos povos por toda a humanidade acompanharam o movimento das fronteiras, de forma arbitrária ou pacífica, sempre presente na formação histórica do mundo moderno. “Fronteira, portanto, é outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. [...]”

A fronteira é interpretada em processo de funcionalização, pelo viés “político” e no seu sentido sociocultural”. Nesse processo, a análise parece ser paradoxal ao fugir do senso comum, pois elementos de ordem e desordem se confundem e se fazem presentes de forma unívoca, contrariando a ideia de oposição e prevalecendo a semelhança na formação territorial e nos movimentos das fronteiras. Ao estabelecer fronteira, o processo político que a envolve reflete no desmantelamento territorial e social anterior, ou seja, reflete em “outro sistema de limites em crise, não imediatamente visível” (Raffestin, 2005).

Estudos relacionados às fronteiras na formação do território não se restringem apenas a uma análise espacial descritiva do espaço como (com) a caracterização dos limites e marcos jurídicos, deve-se buscar uma análise funcional das regiões que estão envolvidas, incluindo seus aspectos políticos, culturais, econômicos e ambientais. Ambos os lados das zonas de fronteiras são influenciados por estes aspectos regulatórios e socioespaciais que envolvem as sociedades, culturas e o meio ambiente nas regiões de fronteiras (Newman, 2003).

Embora no cotidiano os termos "limite" e "fronteira" sejam frequentemente utilizados como sinônimos, na geografia política eles possuem significados distintos e carregam implicações teóricas específicas. Historicamente, como demonstrado anteriormente, a concepção de fronteira não surgiu atrelada a normas jurídicas ou a uma estrutura político-institucional bem definida, ela emergiu como um fenômeno espontâneo das relações sociais, designando a extremidade do espaço habitado pelos grupos humanos. À medida que as sociedades passaram a se organizar de forma mais complexa e os modos de vida superaram a subsistência, essas regiões marginais deixaram de ser apenas zonas de transição e passaram a funcionar como espaços de contato e troca, o que conferiu a elas um significado político crescente. Ainda assim, a fronteira não representava, nesse momento, o término de um território estatal rigidamente delimitado, mas sim uma zona dinâmica e fluida, frequentemente associada à expansão territorial. Em outras palavras, a fronteira simbolizava mais o início de uma presença estatal do que seu encerramento, sendo vista como uma área de projeção do poder e da autoridade do Estado (Machado, 1998).

Diferente da noção de fronteira, o conceito de limite possui uma origem etimológica latina e está diretamente vinculado à ideia de encerramento de uma unidade político-territorial. Ele representa a delimitação do espaço onde se exerce a coesão interna do Estado, funcionando como uma marcação formal do território sob jurisdição central. Esse caráter foi amplamente reforçado com o advento do Estado moderno, que detém o monopólio legítimo da força, a prerrogativa de estabelecer os meios legais de regulação econômica, como a moeda e os impostos, além do controle das formas institucionais de comunicação (Machado, 1998).

Segundo Machado (1998), há uma oposição simbólica entre fronteira e limite: enquanto a primeira projeta-se para o exterior, sendo um espaço de tensões e abertura ao outro (forças centrífugas), o segundo está voltado para o interior, reforçando a unidade e a estabilidade do Estado (forças centrípetas). A fronteira, por sua dinamicidade social e potencial de articular interesses locais distintos dos do poder central, é frequentemente percebida como uma zona de risco ou de ambiguidade política. Já o limite, definido juridicamente, constitui uma construção abstrata, destituída de materialidade concreta, simbolizada apenas por elementos físicos como marcos fronteirços, os quais apenas representam visualmente essa delimitação legal.

Nesse sentido, o limite pouco dialoga com as vivências das populações que habitam as regiões de fronteira, já que é resultado de decisões centralizadas e regido por normas

nacionais e internacionais, muitas vezes alheias à realidade local. Ainda de acordo com Machado (1998), enquanto a fronteira pode operar como vetor de integração ao possibilitar a interação entre diferentes sistemas culturais, sociais e políticos, o limite exerce uma função de separação rígida entre entidades soberanas, impedindo a fluidez das relações mesmo quando existem elementos geográficos ou culturais em comum.

A distinção entre limite e fronteira é fundamental para analisar as dinâmicas territoriais e as tensões que emergem na região de contato entre Brasil e Bolívia. Enquanto o limite representa uma separação jurídica e abstrata entre territórios soberanos, marcando onde começa e termina a autoridade de um Estado, a fronteira é um espaço fluido, permeado por trocas, convivências, conflitos e negociações entre diferentes grupos sociais e projetos políticos.

Essa diferenciação remonta às formulações de Friedrich Ratzel, geógrafo alemão considerado um dos fundadores da Geografia Política. Em sua obra *Geografia Política* (1897), Ratzel descreve a fronteira não como uma linha estática, mas como uma zona viva, dotada de movimento e sensível às pressões internas e externas. Para ele, a fronteira é algo vivo, que se expande, retrai e se adapta conforme as dinâmicas territoriais e a força vital do corpo político. Já em *Antropogeografia* (1899), Ratzel reforça que os limites políticos são, muitas vezes, construções formais que ignoram os vínculos sociais e culturais que existem nos territórios fronteiriços.

Na realidade da fronteira Brasil-Bolívia, essa perspectiva ganha contornos bastante nítidos. A vida cotidiana nas cidades gêmeas, como Corumbá e Puerto Quijarro, evidencia que a presença estatal e os limites oficiais muitas vezes são relativizados pelas práticas locais: fluxos migratórios, relações familiares transnacionais, comércio informal e redes culturais binacionais desafiam a ideia de uma separação rígida. Nesse cenário, a fronteira se sobrepõe ao limite, revelando sua potência como espaço de interpenetração, tensão e também de integração.

Em outras palavras, o que se observa é que a fronteira tende a corroer o limite, colocando em evidência a insuficiência da linha jurídica para conter a complexidade das relações que emergem nesse território. A coexistência entre normas estatais e práticas sociais leva à formação de novos referenciais espaciais, onde os limites formais são constantemente negociados e até subvertidos. Tal como propõe Ratzel (1897), esses espaços não devem ser compreendidos apenas como margens, mas como zonas vitais que revelam os processos dinâmicos de constituição do próprio Estado.

3.3. A faixa de fronteira no contexto internacional

O tema de fronteiras possui um amplo estudo em várias áreas do conhecimento como, Geografia, Antropologia, Ciências Políticas, Direito e História. As novas dinâmicas fronteiriças através da política, economia e tecnologia fizeram crescer o interesse aos estudos de fronteiras. O papel do Estado; papel das fronteiras nas construções das identidades socioespaciais; e a diferenciação conceitual entre Zona de Fronteira e Faixa de Fronteira são algumas das questões que surgiram ao longo dos anos (Newman; Paasi, 1998).

A zona de fronteira é formada pelas faixas de fronteira separadas pelo limite internacional entre dois Estados nacionais. Configura o espaço de teste de políticas públicas de integração e cooperação, exemplificando as discrepâncias nas expectativas e interações entre o âmbito local e internacional, e servindo como um limite ao desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais. A faixa de fronteira representa uma expressão legal associada aos limites territoriais do poder do Estado. Por outro lado, o conceito de zona de fronteira refere-se a um espaço de interação, uma paisagem específica e um espaço social transitório. Este é composto por diferenças decorrentes da presença do limite internacional, bem como pelos fluxos e interações transfronteiriças. A territorialidade mais complexa nesse contexto é a das cidades gêmeas. É importante ressaltar que a faixa de fronteira poderá ou não coincidir com a região de fronteira. O meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades gêmeas (Machado, 2005), este que é apresentado em um grande jogo de escalas.

Esta definição da região de fronteira também marca um debate sobre qual o papel da fronteira, que tradicionalmente é posta como área voltada para proteção do território, onde principalmente as forças militares e de segurança do Estado devem manter a soberania sobre o território nacional (Figura 6). Esta concepção está presente até hoje nas normas de regulamentação sobre a faixa de fronteira.

Figura 4 - 17º Batalhão de Fronteira (Corumbá – MS)



Fonte: Trabalho de campo (2024)

Na América do Sul, cinco países, além do Brasil, reconhecem a faixa ou zona de fronteira como uma unidade espacial distinta e sujeita à legislação específica (Quadro 5). As Constituições do Peru e da Bolívia preveem condições especiais quanto à propriedade de terras e a exploração econômica numa faixa interna junto à fronteira.

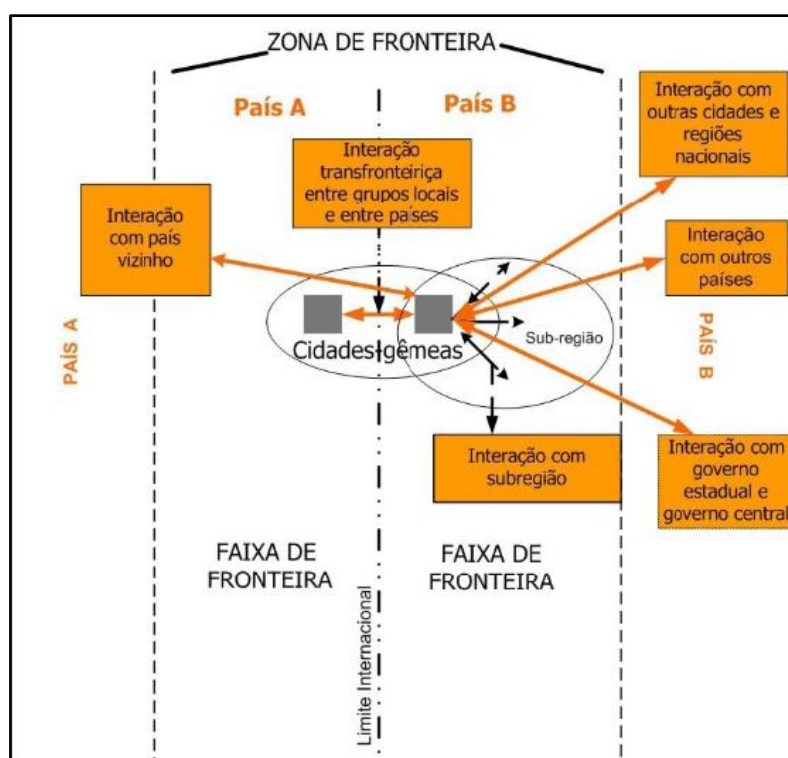
Quadro 5 - A Faixa de Fronteira na América do Sul

País	Faixa de Fronteira	Instrumento Legal
Argentina	20km	Constituição de 1994.
Bolívia	50km	Constituição de 1994.
Brasil	150km	Constituição de 1988.
Chile	Não tem	Constituição de 2001.
Colômbia	Não especifica largura.	Constituição de 1997.
Equador	Não especifica largura.	Constituição de 1998.
Guiana	Não tem.	Constituição de 1996.
Guiana Francesa	-	-
Paraguai	50km	Constituição de 1992.
Peru	50km	Constituição de 1993.
Suriname	Não tem.	Constituição de 1992.
Uruguai	Não tem.	Constituição de 1997.
Venezuela	Não especifica largura.	Constituição de 1999.

Fonte: Steiman (2002). Atualizado pelo autor (2025)

Claude Raffestin (2011), na obra “Por uma geografia do Poder”, ao se aproximar do pensamento de Foucault, apresenta o poder como multidimensional, para além da escala estatal de Ratzel. Dessa maneira, esta relação é intrínseca às outras relações (como sociais e culturais), e não distante delas. Os conceitos do autor serviram para um melhor entendimento das relações escalares das cidades gêmeas. O autor argumenta que as fronteiras devem ser zonas de articulação e integração para uma aproximação da nação e participar do que seria o jogo de fronteira e suas relações escalares. Diante disso, Lia Machado desenvolveu um esquema em que demonstra as possíveis interações das cidades gêmeas (Figura 7).

Figura 5 - Interações das cidades gêmeas



Fonte: Machado (2004).

O esquema da figura 7 traz a discussão acerca das interações transfronteiriças, Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira, nas quais trabalharemos a partir das escalas local, regional e nacional. Uma escala importante e pouco trabalhada é a local, que se dá a partir dos fortes vínculos que são desenvolvidas nas cidades gêmeas através das práticas culturais, onde os sujeitos desenvolvem identidade, coletividades e valorização simbólica do território. Cidades gêmeas estão diretamente relacionadas às fronteiras: área em que se localizam dois estados nacionais. Machado (2005) afirma que as cidades gêmeas são núcleos populacionais localizados de um lado e outro do limite internacional, cuja interdependência é com frequência maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional. Considerando essa

interdependência crescente entre as cidades, e a possibilidade de que ela se manifeste também na construção de uma identidade, traremos uma definição de identidade que é diferente de cada identidade nacional separadamente, a trataremos como identidade de fronteira. As cidades gêmeas são áreas de grande potencial articulador devido a sua localização e posição geográfica próxima ao vizinho.

Ao longo dos anos, a fronteira do Brasil desempenhou papéis cruciais, primordialmente voltados para a proteção do Estado brasileiro. No entanto, essa perspectiva começou a se transformar no final do século XX, em meio a um cenário de globalização e à formação e fortalecimento de blocos de países. Nesse período, a abordagem em relação à fronteira evoluiu, passando a ser encarada como ponto de cooperação entre municípios vizinhos até a formação de redes de cidades e regiões transfronteiriças em níveis supranacionais (Perkmann, 2003).

A antiga concepção de fronteira como uma barreira de separação começou a coexistir com uma nova função, a de promover integração e contato, especialmente no contexto de blocos regionais como o Mercosul (Carneiro; Câmara, 2019).

Na fronteira, o híbrido cultural que surge através das conexões e convivências com o outro, necessita do reconhecimento do poder público de uma sociedade com características peculiares à sua situação de fronteira. As interações transfronteiriças, são tratadas de formas diferentes ao longo do extenso limite internacional do país (15.700 km), não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebem dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os vizinhos fronteiriços (Machado, 2005).

Paasi (2005), com o objetivo de dar enfoque às diferentes formas de estudar fronteiras na Geografia, elaborou um esquema (Figura 8) que trouxe quatro subcampos (Geografia Cultural, Geografia Política, Geografia Econômica e Geografia Regional) divididos por temas e eixos. A partir desta distinção, o autor apresentou as principais reflexões sobre fronteira que a Geografia Humana vem analisando. Como exemplo as interações transfronteiriças, que podem ser trabalhadas em todos os subcampos mencionados.

Figura 6 - Estudos de fronteira em subcampos da Geografia Humana



Fonte: Paasi (2005). Adaptado pelo autor (2005).

Segundo Steiman (2002), para o estabelecimento das fronteiras políticas internacionais, são necessárias três etapas: a delimitação, a demarcação e a caracterização. O Brasil passou por estas três etapas, a primeira foi a delimitação dos seus limites através de tratados no início do século XVIII, em negociações com países vizinhos. Como exemplo, a fronteira Brasil-Bolívia foi representada pelos Tratado de Ayacucho (1867) e Petrópolis (1903).

A partir desta delimitação foram criadas as comissões mistas e o Brasil mantém duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. A primeira, localizada em Belém, é responsável pelas fronteiras setentrionais, com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, a Venezuela, a Colômbia e o Peru. A segunda comissão, sediada no Rio de Janeiro, atua nas fronteiras meridionais, com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

Em termos históricos, no artigo 166 da Constituição de 1934, já era estabelecida uma faixa de 100 km ao longo das fronteiras brasileiras. Uma área de defesa no qual toda

comunicação deveria passar por uma audiência no Conselho Superior de Segurança Nacional, órgão criado no governo Vargas, que tinha como atribuição atuar na política interna, como as ameaças à estabilidade social e política doméstica, e gerir a inter-relação entre as políticas industrial, comercial e de defesa. Este conselho foi equivalente ao Conselho de Defesa Nacional. Posteriormente, a constituição de 1937, no artigo 165, ampliou a largura da faixa de 100 para 150 km, modelo que prevalece até os dias atuais (Steiman, 2002).

Na Constituição de 1988, a faixa de fronteira é citada em 5 artigos. No artigo 20, é definido que a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, será designada como faixa de fronteira. O artigo 21, confere competência à União sobre os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais. Já o Artigo 91, designa o Conselho de Defesa Nacional como responsável por “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. Por sua vez, o artigo 144 atribui à Polícia Federal funções de fronteira. E por fim, o artigo 176 condiciona a pesquisa e exploração de recursos minerais de áreas fronteiriças à prévia autorização da União (Brasil, 1998). Atualmente, o órgão governamental que tem responsabilidade sobre a faixa de fronteira é o Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

3.4. A faixa de fronteira no contexto regional brasileiro

A delimitação da Faixa de Fronteira no Brasil remonta ainda ao período imperial, tendo sido instituída inicialmente no Segundo Império com uma largura de 66 km. Ao longo do tempo, esse parâmetro foi sendo alterado por diversas Constituições Federais, de 1934, 1937 e 1946 até a definição atual, que estabelece uma largura de 150 km a partir da linha divisória terrestre do território nacional, conforme disposto na Lei nº 6.634/1979. Esse espaço fronteiriço estende-se por aproximadamente 16.723 km, abrangendo fronteiras com dez países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Internamente, essa faixa corresponde a cerca de 27% da área do Brasil, envolvendo 11 estados e 588 municípios, nos quais vivem mais de 10 milhões de pessoas, com destaque para as chamadas cidades gêmeas (Fernandes, 2024).

Além da Lei nº 6.634/1979, o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, também regula essa região, classificando-a como área estratégica para a Segurança Nacional. De acordo com esses instrumentos legais, determinados atos como concessão de terras públicas, construção de infraestrutura estratégica, instalação de empresas estrangeiras ou ligadas a setores sensíveis (mineração, comunicações, indústrias de interesse nacional), entre outros, devem ser previamente autorizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional.

Para fins de planejamento e gestão territorial, a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005) sugere a organização da região em três grandes conjuntos: o Arco Norte (Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre), o Arco Central (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e o Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (Figura 9). Além desses três arcos principais, o território é ainda subdividido em dezessete sub-regiões, conforme proposto na mesma publicação (Brasil, 2005).

Figura 7 - Mapa dos Arcos da fronteira



Fonte: Carneiro (2020).

Conforme representado no mapa acima, uma abordagem ampliada sobre a delimitação da Faixa de Fronteira foi concebida pelo Grupo Retis em diversas publicações acadêmicas e posteriormente incorporada por órgãos do governo federal, como o Ministério da Integração Nacional, durante a formulação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira em

2005, e pelo Ministério da Justiça em 2016 (Brasil, 2005; Brasil, 2016). Essa perspectiva reconhece as limitações operacionais decorrentes da rigidez legal imposta pela Lei nº 6.634/1979, que estabelece uma faixa linear de 150 km ao longo da divisa terrestre nacional. Diferente da interpretação estritamente geográfica, a proposta considera mais eficaz incluir, no escopo da Faixa de Fronteira, todos os municípios que estejam parcial ou integralmente inseridos dentro desse limite, dado que a malha político-administrativa não coincide com os recortes definidos exclusivamente por critérios lineares.

Essa ampliação visa facilitar a implementação de políticas públicas e ações governamentais em um território que apresenta elevada diversidade social, econômica e geográfica. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), essa região abrange atualmente 588 municípios, onde vivem aproximadamente 11,7 milhões de pessoas. A comparação entre os censos demográficos de 2010 e 2022 indica um crescimento populacional de cerca de 900 mil habitantes na Faixa de Fronteira, o que representa um aumento aproximado de 9% no período de 12 anos (Fernandes, 2024).

Segundo Abreu (2009), a maioria dos países do mundo não utiliza a figura jurídica faixa de fronteira. Entretanto, este autor informa que os países dispõem de outros mecanismos legais que possibilitam ao Estado intervir nas áreas próximas aos seus limites territoriais, valendo-se de legislação especial. Segundo o autor, dependendo das características históricas e geográficas e das políticas vigentes, leis específicas dispõem que, mesmo em tempo de paz, os órgãos de defesa possam estabelecer critérios e acessar dados que interessem à segurança nacional para a fundamentação de seus planos de campanha. O referido autor, avalia ainda que alguns países da América do Sul se ressentem por não disporem de uma faixa de fronteira nos moldes do Brasil; por isso eles têm procurado enrijecer mais as regras, particularmente nas transações envolvendo imóveis rurais por estrangeiros, como é o caso do Paraguai.

3.5. Caracterização geral do Arco Central

O Arco Central abrange parte da fronteira dos estados do Acre e Amazonas, e por completo a faixa de fronteira de Rondônia, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul, um forte indicador de diversidade nos tipos de organização do território. Composto por 99 municípios,

que representam 17% dos municípios da faixa de fronteira, foi subdividido em 8 sub-regiões⁷. Nele pertencem 8 conjuntos de cidades gêmeas (Quadro 4) e o Arco possui cerca de 3 milhões de habitantes (IBGE, 2023). Por ser uma zona de transição entre a Amazônia e o Centro Sul do país e com sua localização na posição do subcontinente, é dada sua importância. Nele se encontram duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai.

Quadro 6 - Cidades gêmeas do Arco Central

Conjuntos de cidades gêmeas	País fronteiriço
Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín	Bolívia
Cáceres (MT) e San Matías	Bolívia
Corumbá (MS) e Puerto Quijarro	Bolívia
Porto Murtinho (MS) e Capitán Carmelo Peralta	Paraguai
Bela Vista (MS) e Bella Vista	Paraguai
Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero	Paraguai
Coronel Sapucaia (MS) e Capitán Bado	Paraguai
Paranhos (MS) e Ypejhú	Paraguai

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O sistema produtivo da região é classificado em quatro “modelos”. O primeiro, é o de “frente pioneiras”, no qual os produtores rurais (pequenos e grandes) vivem em simbiose. Os pequenos com produção agrícola de baixo valor, porém alta diversificação, e os grandes produtores ocupando o território com gado de corte. A simbiose vem principalmente da formação de pastagens em parceria, com o plantio de milho, arroz, mandioca etc.

O segundo modelo é o “pantaneiro”, com grandes áreas de propriedades de gado de corte, principalmente nos municípios de Corumbá, Aquidauana, Miranda e Porto Murtinho.

O terceiro modelo organizacional foi introduzido pelos “colonos sulistas”, caracterizado pela produção de soja através de sofisticados maquinários agrícolas, e pouca mão de obra. A borda sul da grande Chapada dos Parecis - MT é o exemplo mais claro, mas a

⁷ A saber: Madeira-Mamoré (7); Fronteira do Guaporé (8); Chapada dos Parecis (9); Alto Paraguai (10); Pantanal (11); Bodoquena (12); Dourados (13) e Cone sul Matogrossense (14).

expansão da soja, não se limita à Chapada, estende-se do Paraná em direção ao norte de Mato Grosso do Sul, passando por Dourados.

O quarto modelo é o “industrial-comercial”, vinculado ao agronegócio da soja e a produção de amido. Este modelo reflete-se nas pequenas e médias cidades, principalmente as do Paraná, onde se expandem firmas comerciais, como a AVIPAL, Seara, frigoríficos, etc (MI, 2005).

Culturalmente, o Arco Central constitui uma grande área de transição entre o Arco Sul claramente identificado com a cultura europeia de descendentes de imigrantes (“colonos”), principalmente italianos e alemães, e o Arco Norte, onde predomina a cultura dos diversos grupos indígenas amazônicos. Trata-se assim de um espaço bastante diversificado em termos culturais, tendo ao centro a grande área ou “sub-arco” cultural pantaneiro, uma continuidade das áreas Chaquenha boliviana e paraguaia. No Pantanal aliam-se a identidade do ‘pantaneiro’, produto histórico da criação extensiva de gado e a herança indígena, presente direta (em reservas indígenas como a dos índios kadiwéu) ou indiretamente (através de hábitos culturais como o tererê).

O principal entrave ao desenvolvimento das interações fronteiriças no Arco Central é o tráfico de *cannabis* e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia, e o contrabando de madeira em tora e soja na fronteira paraguaia. É importante salientar que grande parte da produção de Cannabis Sativa no território Paraguaio é dominada por brasileiro, que também estão nas redes de contrabando. Podemos afirmar que os grandes empresários de soja, produtores rurais e empresas se expandiram para terras paraguaias e bolivianas, comprando terras e levando imigrantes brasileiros. Cabe destacar que novos produtos entraram no circuito do narcotráfico, como os agrotóxicos e a gasolina (Bitencourt, 2023).

4. ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ-PUERTO QUIJARRO

Corumbá e Ladário compõem uma área de ocupação contínua, visto que Ladário se encontra conurbado a Corumbá. Assim como, o município de Puerto Quijarro também faz parte dessa ocupação. Puerto Suárez, por sua vez, dista 11 km de Puerto Quijarro, porém mantém conexão de serviços e atividades ao longo da rodovia, sendo um arranjo transfronteiriço que agrega povoados e potencialidades, destacando-se pelas riquezas ambientais, culturais e minerais (Pêgo, 2018).

Entende-se por arranjo transfronteiriço a conformação socioespacial que articula a área ocupada por municípios do Brasil e de países vizinhos, com continuidade ou não da mancha de ocupação e com forte relacionamento e permuta entre si. Apresenta a aglomeração, cidade ou povoado de cada lado da fronteira, com suas particularidades, regramentos, recursos e autonomia, perpassando as relações transfronteiriças (Pêgo, 2018). Já a região de fronteira é aquela referente às realidades socioeconômicas, culturais e administrativa que ocorrem na faixa de fronteira. Essa, por sua vez, é a demarcação interna a partir da linha de fronteira (Moretti & Gonçalves, 2020).

A institucionalização de regiões é um processo complexo que articula elementos materiais e simbólicos ao longo do tempo. No centro dessa dinâmica, os fatores econômicos desempenham papel estruturante. Anssi Paasi (1991) argumenta que a emergência e consolidação de uma região dependem da articulação de quatro dimensões: a conformação territorial, a configuração simbólica, o surgimento de instituições e, por fim, seu estabelecimento no sistema regional e na consciência coletiva. Entre essas etapas, as práticas econômicas e o sistema de divisão espacial do trabalho ocupam posição central, pois vinculam materialmente os territórios a estruturas mais amplas de poder e produção.

A conformação territorial de uma região está intrinsecamente ligada à localização e à organização das atividades econômicas. Redes de transporte, centros industriais, fluxos comerciais e a própria lógica do capital, elementos observados na circulação e na produção, influenciam diretamente os contornos espaciais e a visibilidade de uma região (Paasi, 1991). As dinâmicas produtivas definem quais áreas se tornam estratégicas, quais ganham investimentos e quais são marginalizadas, influenciando o reconhecimento institucional dessas regiões em nível local e nacional.

Além disso, a economia é um dos pilares do surgimento das instituições regionais. A consolidação de mercados regionais, o fortalecimento de centros urbanos como nós comerciais, a criação de sistemas de ensino técnico e de meios de comunicação locais são exemplos de práticas institucionais que materializam a presença regional e contribuem para sua reprodução social (Paasi, 2010). Essas instituições a partir de aspectos econômicos promovem a integração regional e política dos territórios.

O discurso regionalista e os interesses econômicos mobilizam atores locais. Ele frequentemente emerge como resposta a desigualdades econômicas e à necessidade de obtenção maior acesso a recursos e investimentos. A reivindicação de políticas públicas específicas é, nesse sentido, configurada como uma forma de luta simbólica e material por inserção em redes mais amplas de capital.

A consolidação regional, portanto, é inseparável da dinâmica econômica. Regiões são constituídas por meio de relações sociais que envolvem produção, circulação e consumo, e sua permanência institucional depende de sua capacidade de articular-se aos interesses econômicos dominantes. Como destaca Paasi (2019), mesmo os símbolos regionais, como nomes, bandeiras e narrativas históricas, são mobilizados dentro do território e de vínculos inter-regional para investimentos e reconhecimento.

Em suma, o processo de institucionalização regional também é um fenômeno econômico (Tabela 3). Os fluxos de capital, as estruturas de produção e a divisão espacial do trabalho condicionam os limites, os significados e a permanência das regiões no tempo. Uma análise institucionalização regional requer uma atenção à base material que sustenta e reproduz os discursos e práticas que constituem a realidade das regiões.

Tabela 3 - Dados socioeconômicos e informações do comércio da região transfronteiriça

Municípios	População	PIB (R\$)	IDH	Observações sobre comércio e transporte
Corumbá (BR)	96.268	34.684,48	0,7	Principal porto fluvial; entreposto comercial e ligações rodoviária, ferroviária e hidroviária com a Bolívia
Ladário (BR)	21.522	15.963,35	0,704	Terminal multimodal, com acesso rodoviário, ferroviário e hidroviário. integração com Corumbá
Puerto Quijarro (BO)	16.659	Não disponível	0,611	Porto importante para exportação e importação; conurbação com Corumbá; uso do Canal Tamengo como via navegável
Puerto Suárez (BO)	19.829	Não disponível	0,565	Integração na zona urbana conurbada; forte intercâmbio comercial com Corumbá

Fonte: IBGE (2024); INE (2012)

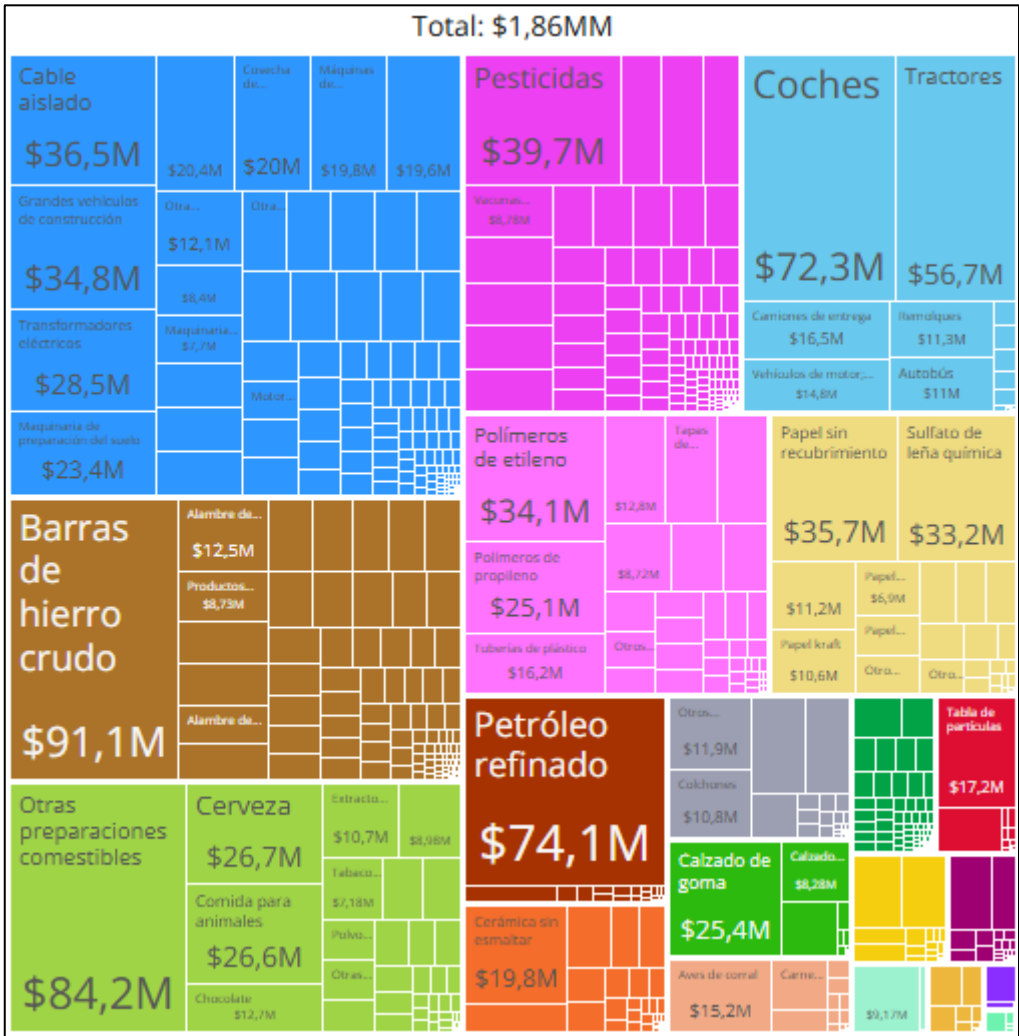
O Brasil atualmente é o maior parceiro comercial da Bolívia e do Paraguai (BRASIL, 2025). A fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro destaca-se como um dos mais relevantes corredores logísticos e comerciais entre os dois países. A região é caracterizada pela convergência de três modais estratégicos de transporte, sendo eles, o rodoviário, ferroviário e hidroviário que, articulados, potencializam a fluidez das trocas comerciais e a integração econômica regional. O porto de Corumbá, administrado pela AGESA, cumpre papel central nesse processo ao viabilizar operações alfandegárias em parceria com a Aduana Nacional da Bolívia, formando uma das Áreas de Controle Integrado mais dinâmicas da América do Sul.

A estrutura produtiva da região se apoia fortemente no setor agropecuário⁸, mineral, siderúrgico e turístico. Os principais produtos exportados por Corumbá, no ano de 2023, incluem minério de ferro e seus concentrados (US\$ 91 milhões), ferro fundido bruto (US\$ 60,3 milhões), minério de manganês (US\$ 32,8 milhões), ferro-ligas (US\$ 3,2 milhões) e máquinas pesadas (US\$ 2,7 milhões), petróleo refinado, entre outros, segundo dados do ComexStat (2025). Esses produtos além de atender a demanda boliviana, também contribui para os mercados asiáticos e europeus, acessados via hidrovia Paraguai-Paraná. Importante sublinhar que Corumbá possui grandes reservas minerais - devido ao Maciço do Urucum⁹ - destaque para o manganês (maior reserva do Brasil) e o ferro (terceira maior do Brasil atrás de Carajás e do Quadrilátero Ferrífero) (Figura 10) (Corumbá, 2025).

⁸ Corumbá é o segundo município com maior número de rebanho bovino no país, abaixo somente de São Félix do Xingu (PA). Em 2023, a pecuária corumbaense registrou 2.150,382 cabeças de gado (IBGE, 2023).

⁹ Conjunto de elevações localizado no município de Corumbá e Ladário, com altitude máxima de 971 metros, caracterizado por formações de origem pré-cambriana ricas em minério de ferro e manganês (IHGMS, 2025).

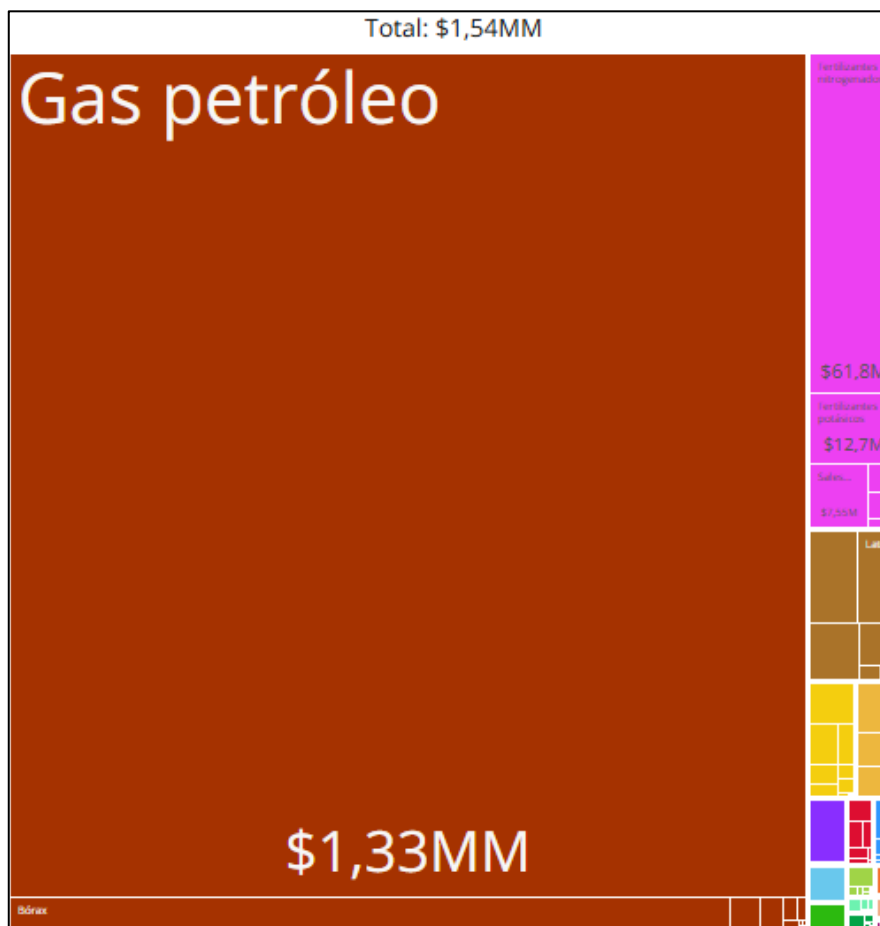
Figura 8 - Exportações do Brasil para a Bolívia em 2023



Fonte: OEC (2025).

Por outro lado, no que se refere às principais exportações bolivianas destinadas ao Brasil (Figura 11), destacam-se os combustíveis minerais, os fertilizantes e outros produtos minerais, como sal, cimento e enxofre. Entre eles, o gás natural ocupa posição central pelo expressivo valor de exportação em comparação aos demais e por sua relevância estratégica para a economia boliviana e para as dinâmicas econômicas na região transfronteiriça, com 86% de participação nas importações bolivianas (OEC, 2025).

Figura 9 - Exportações da Bolívia para o Brasil em 2023



Fonte: OEC (2025).

Em termos de movimentação de cargas (Tabela 4), os portos de Corumbá e Ladário registraram um volume recorde de 6,6 milhões de toneladas em 2023, com destaque para o minério de ferro, cuja exportação aumentou de 2,67 milhões de toneladas em 2022 para 6,63 milhões no ano seguinte. Esse crescimento foi acompanhado de um salto no valor FOB das exportações, que passaram de US\$ 155,8 milhões para US\$ 447,5 milhões (SEMADESC, 2024). No primeiro semestre de 2025, o complexo portuário já havia exportado 4,5 milhões de toneladas, com valor estimado em US\$ 197,6 milhões, incluindo minério de ferro, ferro-gusa, celulose e equipamentos industriais (Agência de Notícias MS, 2025).

Tabela 4 - Movimentação de carga: portos de Corumbá e Ladário

Ano	Produto	Volume (t)	Valor FOB (US\$)
2022	Minério de ferro	2.670.000	155.800.000
2023	Minério de ferro	6.630.000	447.500.000
1º semestre de 2025	Total cargas (minério de ferro, ferro, celulose, equipamentos industriais)	4.500.000	197.600.000

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O turismo, acontece pela relação entre sociedade, empresários e o Estado. Dessas relações e da capacidade desigual de forças desses agentes resultam materialidades e imaterialidades que são socialmente produzidas, mas apropriadas por aqueles que desenvolvem capacidade para absorver essas oportunidades.

Em Corumbá, o turismo de pesca/ecológico, com passeios pelos Parques e pelo Rio Paraguai e o festivo, com o carnaval e festas religiosas, são os mais populares. O carnaval por exemplo, esse ano (1 a 4 de março), atraiu cerca de 7,500 turistas e teve um público médio de 26.500 pessoas, gerando uma receita total em torno de R\$15 milhões, se configurando como um dos maiores carnavais de Centro Oeste brasileiro dinamizando a integração e a economia local (Corumbá, 2025). Como destaca Zelinho Carvalho, diretor presidente da Fundação de Turismo do Pantanal (FUNDTUR):

“Sem dúvida o Carnaval é um evento que movimenta o turismo, aquece a economia e gera emprego e renda para muitas famílias. Desde o vendedor ambulante ao empresariado, por isso é necessário monitorar o evento com a pesquisa para que possamos continuar a realizar o melhor carnaval do centro-oeste, atraindo cada vez mais foliões e parceiros para investir no evento”

Outro evento importante para a região transfronteiriça e a integração é o Festival América do Sul. Em 2025 (15 a 18 de maio), o evento mobilizou quase 2 mil turistas para a região e gerou uma renda de aproximadamente R\$3 milhões na economia local, gerando receita para hotéis, pousadas, artesãos e setores gastronômicos (Fundação Cultura, 2025). De acordo com Eduardo Mendes, diretor presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, um dos fundamentos do Festival América do Sul é aliar a arte e o turismo, fomentando a cultura e a geração de renda:

“São vivências que se complementam. Unidos, cultura e turismo possibilitam retorno tanto em investimentos financeiros quanto no fortalecimento da identidade cultural e na proteção do patrimônio sul-mato-grossense”

Em Puerto Quijarro, pelas dificuldades em infraestrutura, o turismo ainda é um pouco incipiente, contudo, a Base Naval da Marinha Boliviana oferece alguns serviços de visitação e atende grupos de turistas. Apesar disso, Puerto Quijarro tem grande potencial para se transformar em um forte destino turístico pela sua posição estratégica e facilidade de acesso. A cidade se encontra entre dois aeroportos, de Corumbá (em funcionamento, opera com voo saindo de São Paulo) e Puerto Suárez (sem operações), e com transportes rodoviários, portanto representa grande potencial para atração de turistas para/atraves dessa região fronteira.

A sustentabilidade dessa dinâmica comercial depende da manutenção e modernização da infraestrutura logística. A hidrovia Paraguai-Paraná, essencial para o escoamento de commodities, enfrenta restrições sazonais de navegabilidade. Após um recorde em 2023, os níveis do rio projetam retração em 2024 (Correio de Corumbá, 2024). Além disso, o processo de relicitação da ferrovia Malha Oeste, com investimentos estimados em R\$18,9 bilhões, representa uma oportunidade de requalificação do modal ferroviário, atualmente operações bem limitadas.

Dessa forma, a região transfronteiriça Corumbá-Puerto Quijarro se caracteriza como um espaço de articulação econômica estratégica, cuja eficiência logística e integração institucional sustentam um relevante parcela do comércio internacional do Centro-Oeste brasileiro e do leste boliviano. Seu estudo revela como os fluxos transfronteiriços operam em contextos de complementaridade econômica, dependência logística e desafios permanentes. A partir desse panorama geral das exportações, turismo e vínculos econômicos, o presente capítulo tratará das exportações de gás e a relação da Bolívia com Brasil no mercado de gás natural; também apresentamos as feiras livres, que representam um espaço econômicos híbridos que articulam o circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979), com dinâmicas de sociabilidade e produção local. Com esses dois processos econômicos, mostramos que existe uma dinâmica que aponta para a institucionalização da região entre as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, em um processo de desenvolvimento e consolidação da região transfronteiriça. A seguir, apresentamos o Gasoduto Brasil-Bolívia e as feiras livres de Corumbá.

4.1. Gasoduto Brasil-Bolívia: GASBOL

A Bolívia possui uma histórica dependência econômica de seu gás natural. Na década de 1960, o Ministério do Planejamento e o Conselho de Segurança Nacional estavam avaliando a chance de construir um gasoduto com a Bolívia, ligando Santa Cruz de La Sierra à Corumbá. A energia gerada através do gás natural abasteceria as indústrias de base e alimentos, que faziam parte do plano de criação do polo de desenvolvimento no oeste brasileiro (França, 2015).

Durante as discussões, ainda nessa década, o governo brasileiro apontou algumas incertezas em relação ao fornecimento do gás natural, como a instabilidade política na Bolívia e os contratos de fornecimento para a Argentina, que só vieram a ser autossuficientes em gás no fim da década de 1970.

Na Bolívia, os anos de 1970 foram conturbados. Marcados pelo golpe de Estado liderado pelo coronel Hugo Banzer (1971-1978), que derrubou o governo de Juan José Torres, instaurando um regime totalitário conhecido como *Banzerato*. Hugo Banzer era um militar fortemente conectado ao departamento de Santa Cruz, seus planos de desenvolvimento do Oriente bolivianos tiveram relação com os planos brasileiros de industrialização da região fronteira Corumbá-Puerto Quijarro. A exportação de gás passando por Corumbá seria um estímulo ao crescimento econômico da região (França, 2015).

Nesse sentido, após o encontro presencial do então presidente brasileiro Emílio Médici (1968-1974) e Hugo Banzer realizado em 4 de abril de 1972 nas cidades de Corumbá e Ladário, as negociações foram tomando força e retomou o contato entre a Petrobras e YPFB para planejar o gasoduto que conectaria Santa Cruz de La Sierra a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A proposta de construir um gasoduto ligando Bolívia e Brasil foi discutida em reuniões entre autoridades dos dois países ao longo de quase cinquenta anos.

Por planos distintos para a região, o Brasil queria a criação do polo industrial na fronteira, que envolvia extração e industrialização das jazidas de minério de ferro de Cerro Mutún, e a Bolívia defendeu a instalação das fábricas dentro de seu território para permitir a produção de fertilizantes, o processo de negociação se prolongou. Assim, com medo de criar problemas em seu território e ficar dependente comercial de outro país, a Bolívia começa a década de 1980 sem decidir-se sobre a integração energética com o Brasil.

Nos meados da década de 1980, o tema de integração energética foi retomado no encontro dos presidentes João Figueiredo (1979-1985) e Hernán Siles Suazo (1982-1985), que em declaração conjunta autorizaram a realização de estudos para o início da exportação de gás

natural ao Brasil, com volumes pré-determinados. A partir deste momento, grupos de trabalho com a participação de estatais como Petrobras, Eletrobras, Siderbras e Vale do Rio Doce, além dos Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Minas e Energia foram formados para participar deste estudo na fronteira.

A década de 1990, é o marco inicial do gasoduto Brasil-Bolívia. A Bolívia encontraria no Brasil um mercado consumidor chave. No Governo Fernando Collor (1985-1992) houve uma declaração conjunta entre os governos boliviano e brasileiros sobre a necessidade de construir um gasoduto até a fronteira de Corumbá e a importância da integração energética, durante a visita de Jaime Paz Zamora, na época, presidente da Bolívia. A visita marcou a ideia de construção do gasoduto que atingisse os grandes centros consumidores de Sul e Sudeste, apontando novos rumos para a economia energética brasileira.

A partir desse diálogo, o Ministro de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia e os presidentes da Petrobras e YPFB – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* assinaram a “Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil”, que definia o volume de exportação e contrato de compra e venda. A construção e operação do gasoduto ficaram sob responsabilidade de duas empresas que foram construídas na época: a Gas Transboliviano (GTB) e a Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia (TBG) (Passos, 1998).

Em 1996, o Tratado de La Paz regulamentou a construção, funcionamento e comércio do gás. Em 1997, o gasoduto teve seu início de construção para em 1999 ser formalmente inaugurado com o transporte de gás do Rio Grande (departamento de Santa Cruz) até Guararema, em São Paulo, e no ano seguinte se estendeu à Porto Alegre. Apesar disso, só passou a operar plenamente em 2010.

O GASBOL (Figura 12) constitui uma via de transporte de gás natural de 3.150 quilômetros de extensão (557 km na Bolívia, trecho administrado pela GTB, e 2.593 km no Brasil, trecho administrado pela TBG). Se inicia em Santa Cruz de la Sierra e termina na cidade gaúcha de Canoas. Em território brasileiro o gasoduto cruza os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fornecendo energia para a região Centro-Sul do Brasil, sobretudo para as fábricas do estado de São Paulo, onde está o maior parque industrial do país.

A dinâmica da relação entre Brasil e Bolívia sofreu alterações significativas em 2006, quando o então presidente boliviano Evo Morales anunciou a nacionalização do setor de

hidrocarbonetos. A medida abrangeu refinarias, distribuidoras e postos de combustíveis, resultando na transformação da Bolívia em sócio majoritário dessas empresas, com controle de 50% das ações. Através dessa política, o governo boliviano assumiu a titularidade das reservas de gás natural, anteriormente exploradas por companhias estrangeiras como Petrobras, Repsol, YPF, Total, British Gas e British Petroleum. O chamado “Decreto Supremo” estabeleceu novas diretrizes para a exploração dos hidrocarbonetos no país, elevando a carga tributária incidente sobre a produção de 50% para 82% (Carneiro, 2015).

Figura 10 - Gasoduto Brasil-Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em resposta à atitude de Evo Morales, o governo brasileiro presidido por Lula da Silva, optou por não adotar medidas retaliatórias contra um país significativamente mais pobre e com maiores índices de vulnerabilidade social do que o Brasil (Tabak; Lobo, 2013). Embora um acordo tenha sido firmado após meses de impasse, a nacionalização dos ativos da Petrobras provocou mudanças na estratégia de investimentos externos brasileiros, com a reorientação do foco da América do Sul para regiões como América do Norte e Europa. Esse episódio de tensão diplomática comprometeu os esforços de integração sul-americana e gerou insegurança quanto à continuidade dos investimentos na região (Carneiro, 2015).

Apesar das manifestações contrárias da Petrobras e do governo brasileiro diante da ação unilateral do governo boliviano, o acordo bilateral firmado em 1999 que teve vigência até 2019, manteve-se em vigor. Em 2014, as negociações entre a Petrobras e a estatal boliviana YPFB foram retomadas com vistas à extensão do contrato de fornecimento de gás natural (Carneiro, 2015).

Atualmente, a Bolívia fornece cerca de 18 a 20 milhões de metros cúbicos diários de gás natural ao Brasil, o que representa aproximadamente 27% do consumo interno brasileiro e cerca de 70% das importações nacionais via gasoduto. Apesar da redução do volume em comparação com os 31 milhões de metros cúbicos diários registrados em anos anteriores, o fornecimento boliviano ainda mantém relevância estratégica para o setor energético brasileiro. Por sua vez, o comércio de gás natural continua sendo um dos pilares da economia boliviana: as exportações energéticas representam cerca de 20% do Produto Interno Bruto e mais de 70% da receita obtida com vendas externas, tendo o Brasil como seu principal mercado consumidor (BRASIL, 2025).

No entanto, esse cenário vem se transformando. A produção boliviana de gás encontra-se em queda, com projeções indicando que, até 2030, poderá cair milhões de metros cúbicos diários, o que comprometeria a continuidade das exportações para Brasil e Argentina (Schandert, 2023). Paralelamente, o Brasil tem buscado diversificar sua matriz de suprimento energético, ampliando as importações de gás natural liquefeito (GNL) e negociando a reversão do fluxo do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) para receber gás proveniente da Argentina.

Esse processo reflete uma tendência de redução gradual da dependência brasileira em relação ao gás boliviano. O que no passado chegou a representar cerca de 44% do consumo nacional de gás natural, hoje encontra-se em torno de 27%, com expectativa de declínio contínuo à medida que o Brasil avança na exploração do pré-sal e consolida novos acordos comerciais no setor energético (ANP, 2024). Esse movimento evidencia uma inflexão importante na geopolítica do gás na América do Sul, com implicações diretas para as relações econômicas entre Brasil e Bolívia.

A construção e operacionalização do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) pode ser compreendida como um vetor fundamental no processo de institucionalização regional, especialmente no que diz respeito às fases de estabilização de uma região transfronteiriça. O GASBOL materializa uma rede de interdependência econômica e política entre Bolívia e Brasil, estruturando o território a partir de seus fluxos energéticos, contratos e investimentos em

infraestrutura. A partir da década de 1970, com o avanço das tratativas bilaterais e a integração energética proposta, constitui um novo papel para a fronteira Corumbá–Puerto Quijarro, que deixa de ser apenas um espaço de periferia, e passa a ser um elo de articulação entre o interior boliviano e os grandes centros industriais brasileiros. A região transfronteiriça articula a integração energética escoando o gás, e estruturando o território a partir de seus fluxos. Esse redesenho territorial contribui para interesses estratégicos, econômicos e logísticos na região.

Além disso, o Gasoduto se configura como um elemento concreto de institucionalização da região, promovendo a consolidação de práticas que reforçam, a partir de sua funcionalidade, uma centralidade no contexto sul-americano. A partir da criação dessas agências binacionais (GTB, TBG), se evidencia o processo de institucionalização regional, e isso demonstra como essa infraestrutura supera a fronteira estatal, estabelecendo uma rede de cooperação e disputa entre os interesses nacionais e regionais.

Dessa maneira, o GASBOL como um instrumento de regionalização, transforma a paisagem geopolítica e econômica da fronteira Brasil-Bolívia e contribui para sua institucionalização como região transfronteiriça funcional e estratégica. O próximo subcapítulo abordará as feiras livres de Corumbá, que evidenciam, em escala local, formas cotidianas de circulação de pessoas, bens e serviços que também reforçam a regionalização transfronteiriça.

4.2. As Feiras Livres de Corumbá

A origem da palavra “feira” remonta ao latim *feria*, termo que inicialmente se referia a dias festivos e de descanso. Tais momentos de pausa eram também oportunidades para a realização de atividades comerciais, o que contribuiu para o surgimento das feiras como espaços tradicionais de troca e venda de produtos (Giannecchini; Azevedo; Botelho, 2007). De maneira geral, as feiras podem ser compreendidas como encontros periódicos entre vendedores e consumidores em locais e horários definidos, voltados à prática comercial.

Historicamente, as feiras livres ocupam um papel central na organização social, econômica e cultural das comunidades. Elas contribuíram para a consolidação de formas fixas de moradia e para a estruturação da vida urbana, sendo identificadas já no século III a.C., por meio de ruas comerciais e bazares (Lima; Sampaio, 2009). Com o passar do tempo, consolidaram-se como espaços de abastecimento alimentar, de escoamento da produção agrícola familiar e de valorização da cultura local. Como apontam Lima e Sampaio (2009), a

feira promove “a integração social e preserva hábitos culturais”, além de permitir a comercialização de produtos a preços mais acessíveis, fortalecendo o desenvolvimento econômico local.

No contexto brasileiro, as feiras livres estão presentes desde o período colonial, quando passaram a se multiplicar rapidamente como resposta às necessidades de abastecimento alimentar nos primeiros núcleos de povoamento. Sua implantação e estruturação derivam da influência direta dos colonizadores portugueses, cujas práticas comerciais medievais serviram como modelo para a organização das feiras no Brasil (Lima; Sampaio, 2009).

Atualmente, a feira livre representa como uma forma de comércio varejista ao ar livre, com periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pelas prefeituras municipais. Sua principal função é promover o acesso a gêneros alimentícios, produtos básicos e itens regionais diretamente à população (Mascarenhas; Dolzani, 2008). Trata-se, portanto, de uma prática que articula economia e território, exercendo papel fundamental nas dinâmicas urbanas e na sustentabilidade econômica local.

No Centro-Oeste, as feiras livres também tiveram papel decisivo no abastecimento e na definição dos espaços urbanos desde os primeiros tempos da ocupação regional. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, registros datam de 1924–1926, quando colonos de Terenos passaram a levar carroças com produtos agrícolas para comercializar nas feiras de Campo Grande. Esses eventos se consolidaram como elos fundamentais entre produção familiar e consumo urbano, além de promoverem vivência comunitária. As feiras livres vão além da função econômica. Elas constituem espaços de sociabilidade, cultura e identidade regional, contribuindo para a consolidação de pólos urbanos e reforçando o elo entre rural e urbano. Esses mercados a céu aberto mantêm-se como peças fundamentais no mosaico social das cidades da região (Espírito Santo; Costa; Benedetti, 2017).

Além de sua relevância histórica, cultural e urbana, as feiras livres exercem um papel estratégico na dinâmica da economia local, sobretudo pela estreita relação que mantêm com a agricultura familiar. No caso de Corumbá – MT, muitos dos produtos comercializados nesses espaços são oriundos da produção de pequenos agricultores da região, cuja base produtiva está fortemente ligada à agricultura familiar.

A agricultura familiar, como define Schneider (2003), é um modelo de produção fundamentado em relações sociais, trabalho familiar e diversificação produtiva, características que a diferenciam estruturalmente da agricultura empresarial. Essa forma de produção se

apresenta como central na construção de um desenvolvimento rural sustentável, pois alia práticas produtivas enraizadas no território à reprodução social das famílias agricultoras. No ambiente das feiras livres, esses agricultores encontram canais de comercialização mais diretos e autônomos, que favorecem sua permanência na atividade e geram impactos positivos na economia local.

Abramovay (2003) argumenta que o fortalecimento da agricultura familiar passa pela ampliação dos chamados circuitos curtos de comercialização, nos quais o produto transita entre o produtor e o consumidor com mínima ou nenhuma intermediação. Esses circuitos, representados pelas feiras livres, permitem a circulação de renda no próprio território, geram maior valor agregado para os pequenos produtores e promovem relações sociais baseadas em confiança e reconhecimento mútuo, elementos fundamentais para a construção do que o autor denomina de capital social territorial.

Além do aspecto econômico, a agricultura familiar associada às feiras livres desempenha um papel importante na inclusão social, na manutenção do modo de vida camponês e na geração de empregos no campo. Sabourin (2005), ao tratar das lógicas da reciprocidade no campesinato, destaca que as relações de produção e troca na agricultura familiar não se resumem à racionalidade de mercado, mas envolvem vínculos comunitários e identitários, que se manifestam também nos espaços das feiras. É comum que os membros da família estejam diretamente envolvidos na produção e comercialização dos produtos, o que reforça os laços intergeracionais, a transmissão de saberes tradicionais e a autonomia dos produtores.

A valorização dessas práticas contribui para a segurança alimentar, e na reprodução social e simbólica dos territórios rurais e o traçado de novas territorialidades. Como destacam Grisa e Schneider (2015), políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fortalecimento de feiras e mercados locais são exemplos de instrumentos que reconhecem a multifuncionalidade da agricultura familiar, indo além da produção de alimentos e incorporando aspectos culturais, ambientais e sociais.

No caso de Corumbá, entender o papel dessas práticas é essencial analisar as dinâmicas econômicas da cidade, e os vínculos sociais e culturais que se estabelecem em torno desses espaços e que traçam espaços transfronteiriços. Wanderley (2001) chama atenção para a importância de se reconhecer o mundo rural como espaço de vida, rompendo com a visão dicotômica entre rural e urbano. Para a autora, as feiras livres são territórios simbólicos que expressam a permanência e a reinvenção de identidades rurais no contexto urbano, sendo

espaços de valorização da diversidade cultural, da sociabilidade e da economia baseada no território.

Assim, embora localizadas em Corumbá (Figura 13), as feiras livres configuram-se como verdadeiros pontos de encontro entre o rural e o urbano, bem como entre as dinâmicas econômicas e culturais que atravessam ambos os lados da fronteira. Sua presença na cidade não revela um espaço de negociação simbólica e econômica que reforça a importância da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Figura 11 - Feira Livre de Corumbá



Fonte: Trabalho de campo (2024).

A fim de levantar dados sobre a dinâmica de produção, distribuição e logísticas dos feirantes e dos produtos, foram realizados trabalhos de campo em todas as feiras a partir da observação participante e conversas informais com consumidores e vendedores para investigar esses fenômenos.

Pelos registros, as feiras livres do Corumbá começaram a ser discutidas a partir de junho de 1943, pelo Projeto-Lei – Ato nº 37 de 12 de junho de 1943. Posteriormente, em maio de 1952, foram finalmente concluídas as medidas necessárias para instituir a feira livre em

Corumbá, culminando na promulgação da Lei Municipal nº 058, datada de 5 de maio daquele ano. Durante o processo legislativo, a vereadora Nathercia Pompeu dos Santos justificou a urgência da iniciativa, ressaltando seu potencial para beneficiar amplamente a população, sobretudo os segmentos mais pobres. Em sua fala, destacou que a implantação da feira permitiria o acesso a alimentos essenciais, como frutas, legumes e verduras, a preços mais acessíveis, combatendo os abusos de comerciantes que, segundo ela, comprometiam a alimentação saudável de grande parte da população (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015).

Apesar das medidas adotadas anteriormente, a feira livre em Corumbá só foi efetivamente implantada em 3 de maio de 1959. Essa informação é relatada na edição nº 17.731 do jornal A Tribuna, publicada em 3 de maio de 1960, que destacou o sucesso e a boa recepção da feira pela população local (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015). Segundo a mesma edição, a feira se distribuíra em três locais distintos da cidade: Praça Uruguai, Largo da Caixa d'Água e na Rua Sete de Setembro, entre as ruas Delamare e Avenida General Rondon. O jornal também mencionava que foram necessários nove anos de esforço até que a lei proposta pelo vereador Geraldino Martins de Barros fosse sancionada pelo então prefeito Lucílio Medeiros. Para os agricultores, a criação da feira era fundamental, pois representava a possibilidade de comercializar seus produtos em um espaço apropriado, com preços justos e acessíveis (Jornal A Tribuna, nº 17.731). Sobre o início da feira, em entrevista, um feirante na região compartilhou que:

Já trabalho a muitos anos na feira. Comecei lá na Praça do Uruguai, também tive barraca no Mercado. Meu marido é boliviano então fomos trabalhar na Feira do Boliviano, vendendo leite. Depois do fechamento da feira, fomos para as feiras de rua. Estamos até hoje conseguindo, Graças a Deus, nos sustentar.

De acordo com registros históricos da Câmara Municipal de Corumbá, em 1959 a feira livre já reunia um total significativo de 133 feirantes aos domingos, atraindo um grande público em seus dias de funcionamento. Naquele período as feiras passaram a estimular a produção de hortaliças, frutas, legumes e demais gêneros alimentícios (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015).

Com o passar dos anos, o número de feirantes em Corumbá cresceu de forma significativa, impulsionado por fatores como o avanço tecnológico, o aumento da população e a expansão urbana, marcada pela criação de novos bairros (Silva, 2003). De acordo com o autor, esse crescimento também foi influenciado pelo enfraquecimento do comércio formal, resultado do aumento da carga tributária e da intensificação da fiscalização, o que levou muitos

comerciantes a optarem pelas feiras como alternativa de venda. Essa migração contribuiu para uma ampliação da diversidade de produtos comercializados, indo além dos tradicionais hortifrutigranjeiros e abrindo espaço para uma grande variedade de mercadorias. De acordo com um entrevistado brasileiro ele aponta a origem dos produtos:

Meus produtos, eu consigo em casa. Planto tudo no sítio. Frutas e legumes não faltam. E se faltar, procuro na cidade ou consigo com alguém.

A ampliação da oferta nas feiras livres de Corumbá também foi intensificada pela participação de comerciantes bolivianos, cuja presença contribuiu para a diversificação dos produtos disponíveis. Contudo, observa-se uma escassez de estudos que documentem com precisão o momento em que os bolivianos passaram a atuar nas feiras, o que dificulta uma análise comparativa mais detalhada entre os períodos de inserção dos comerciantes bolivianos no cenário local (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015).

De acordo com registros, os bolivianos passaram a integrar as feiras livres de Corumbá, segundo Silva (2003), na década de 1950, e com o livre trânsito de bolivianos para o município sul-mato-grossense, foi criada a chamada “Feira do Boliviano”, localizada na Rua Joaquim Murtinho. Essa feira, que concentrava majoritariamente comerciantes da Bolívia, funcionou até 1990, quando foi encerrada. Após seu fechamento, muitos desses feirantes passaram a atuar nas feiras livres abertas da cidade, que permitiam a participação de estrangeiros. Com isso, iniciou-se um processo de concorrência direta entre feirantes bolivianos e brasileiros nesses espaços (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015). De acordo com um feirante boliviano:

Sáimos cedo de Puerto Quijarro, viemos de taxi. Chegamos por volta das 9 horas da manhã, e ficamos até umas seis da tarde. Nossa barraca está aqui quase todo dia da semana. A gente come na lanchonete ou trazemos lanche de casa. Aqui nunca estamos sozinhos, nos ajudamos muito.

A conexão entre Corumbá e Puerto Quijarro foi dada pela construção histórica de relações bilaterais e infraestrutura transfronteiriça. De acordo com Amaral e Oliveira (2010), embora o Tratado de Petrópolis tenha sido firmado em 1903, foi apenas no final da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que se iniciou efetivamente o compromisso de interligação ferroviária entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra. Esse processo visava consolidar uma conexão estratégica entre os dois países por meio dos trilhos.

Apesar da relevância da ferrovia, até a década de 1970 a comunicação direta entre Corumbá e Puerto Suárez ainda se dava principalmente por via fluvial, utilizando o canal do Tamengo. A situação só começou a mudar em 1971, quando esforços conjuntos de autoridades

e moradores locais de ambos os lados da fronteira resultaram na construção de uma estrada de terra e, posteriormente, de uma ponte sobre o arroio que separa os dois países. Essas iniciativas foram fundamentais para a aproximação física e simbólica entre as cidades, promovendo um ambiente mais propício à intensificação dos laços comerciais e sociais na região de fronteira e traçando um território transfronteiriço de intercâmbio comercial (Benedetti; Costa; Espírito Santo, 2015).

Em relação à distribuição das feiras, existem 8 distribuídas em 7 dias da semana, apresentados no quadro 7. O número de barracas varia de acordo com o tempo e épocas do ano, diminuindo em períodos chuvosos, e aumentando em dias comemorativos (Dia das Mães, Natal, Dia dos Pais).

Quadro 7 - Localização das Feiras Livres de Corumbá

Dia da semana	Bairro	Localização
Domingo	Centro	Rua Ladário entre a rua Dom Aquino, rua Tiradentes e rua Delamare.
Segunda	Cristo Redentor	Rua Paraná, entre a rua XV e Antônio Maria Coelho.
Terça	Popular Nova	Rua Ciríaco Felix de Toledo, entre a rua Dom Pedro II e rua Dom Pedro I.
Quarta	Dom Bosco	Rua Cuiabá, entre a Cyriaco Félix de Toledo e José Fragelli.
Quinta	Universitário	Rua Afonso Pena, entre a rua Poconé e rua Eugênio da Cunha.
Sexta	Aeroporto	Avenida Joaquim Venceslau de Barros, entre a rua XV de novembro e a rua 07 de Setembro.
Sábado	Nova Corumbá	Rua Rio Grande do Norte, entre a rua Ciríaco Félix de Toledo e a rua Marechal Deodoro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A semana começa com a maior feira, a de domingo. Esta na rua Ladário entre a rua Dom Aquino, rua Tiradentes e rua Delamare é a mais movimentada da cidade e funciona das 06h até às 12h, podendo estender até as 14h. É também considerada turística e uma das mais tradicionais de Corumbá frequentada por brasileiros e bolivianos que atravessam, ou que moram no bairro. Os feirantes são na maioria bolivianos, apesar de também ter feirantes

brasileiros. No comércio é vendido em maioria produtos agrícolas, e outros produtos como roupas, brinquedos, comidas, bebidas, eletrônicos.

Na feira de segunda-feira, que acontece na Rua Paraná entre a Rua XV e Antônio Maria Coelho, no bairro Cristo Redentor, apresenta menor escala. Essa feira funciona geralmente das 06h às 12h e tem um perfil mais voltado ao abastecimento cotidiano da população residente nas proximidades. Diferente da feira de domingo, a movimentação é mais reduzida, com menor número de barracas e consumidores. Grande parte dos feirantes são bolivianos, e os produtos comercializados são, em sua maioria, alimentos frescos como frutas, verduras, legumes e roupas. Por ser uma feira de início de semana, é comum observar uma frequência mais constante de moradores do bairro.

Na terça-feira, a dinâmica da feira acontece na rua Ciriaco Felix de Toledo, entre a rua Dom Pedro II e a rua Dom Pedro I é bem movimentada, funcionando também das 06h às 12h, podendo estender até umas 14h. A feira possui um fluxo considerável de consumidores, os feirantes sendo a maioria bolivianos, ofertam produtos hortifrutigranjeiros, lanches e outros para o dia a dia, de acordo com os consumidores.

A feira de quarta-feira que acontece no Bairro Dom Bosco na Rua Cuiabá entre a Ciriaco Félix de Toledo e a Rua José Fragelli das 06h até às 12h podendo se estender até a desmontagem das barracas. Pode ser considerada como uma das menores, com produtos mais consumidos sendo os hortifrutigranjeiros e roupas.

A feira de quinta-feira localizada no Bairro Universitário na Rua Afonso Pena entre as Ruas Poconé e Eugênio da Cunha tem funcionamento das 06h até às 12h podendo se estender até a desmontagem das barracas. Tem um movimento mediano e os consumidores vão à feira com objetivo de comprar produtos rurais, apesar de apresentar, também, outros tipos de produtos.

Na sexta-feira, realiza-se a segunda maior feira da cidade, no Bairro Aeroporto na Avenida Joaquim Venceslau de Barros entre a Rua XV de novembro e a Rua 07 de Setembro. Ela tem início às 06h, podendo ir até 15h por conta do movimento. Além disso, é bem organizada, com as barracas de frutas, legumes e verduras no início, e os demais produtos se estendendo para o final. Foi-se percebido muitas barracas com lanches (pastéis, salgadinhos) e bebidas.

Assim como acontece aos domingos, a feira de sexta-feira registrou uma presença mais expressiva de comerciantes bolivianos em comparação às demais feiras realizadas ao longo da

semana, com roupas e produtos hortifrutigranjeiros tendo maior interesse entre os consumidores. É perceptível a marca da integração cultural fronteiriça com a paisagem marcada por uma culinária brasileira e a boliviana, além da comunicação que atravessa a linguagem indígena, espanhola e brasileira.

A dinâmica do sábado é diferente. Ocorrem duas feiras pela manhã que acontecem de forma concomitante, uma na rua Rio Grande do Norte, no bairro Nova Corumbá, e a outra na cidade de Ladário. Em Corumbá, a feira é bem movimentada pela manhã, mas por conta do calor típico na cidade, os consumidores comentaram que preferem a feira noturna, localizada no bairro Maria Leite, rua Nossa Senhora de Fátima. Por ser sábado, ela apresenta constantes variações em relação à participação dos feirantes, com sábados com muitas barracas, e outros com menos barracas.

Nesse contexto, as feiras livres representam um aspecto econômico central para a institucionalização regional na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, pois são práticas sociais e comerciais recorrentes que contribuem para a funcionalização territorial descrita por Anssi Paasi (1991). Elas estabelecem uma rede de fluxos econômicos e socioculturais que conecta produtores, consumidores e comerciantes dos dois países, essas práticas sociais e territoriais também podem ser classificadas como socialização espacial, e que marcam novas territorialidades transfronteiriças (Paasi, 1991). Além de tornar a economia local dinâmica, essas feiras constroem um sentido de continuidade, e, nesse sentido, as feiras são elementos que territorializam relações sociais e a identidade da região como um espaço fluido, construído a partir de relações transfronteiriças.

Vimos, ao longo desse capítulo, que os aspectos econômicos se configuram como elementos centrais na construção e consolidação das regiões transfronteiriças de Corumbá e Puerto Quijarro, refletindo o processo de institucionalização regional proposto por Anssi Paasi (1986), envolvendo a formação de redes econômicas e práticas sociais que transcendem a linha internacional. O intenso fluxo comercial, exemplificado pelas feiras livres e pela operação estratégica do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), consolida a ideia de intercâmbios comerciais binacionais que conformam a dinâmica da região transfronteiriça, fortalecendo sua identidade regional. Contudo, elucidar plenamente esse processo exige também uma análise das dimensões simbólicas e culturais que permeiam o cotidiano dessa fronteira. Assim, no próximo capítulo abordaremos os aspectos culturais da região transfronteiriça, destacando os casamentos mistos, o sistema cultural, e os geossímbolos que sustentam as identidades locais e reforçam as

relações sociais e territoriais entre Corumbá e Puerto Quijarro, fatores estes que articulados com as relações econômicas, consolidam a institucionalização regional e expressam as particularidades identitárias dessa região transfronteiriça singular.

5. ASPECTOS CULTURAIS DAS CIDADES GÊMEAS DE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO

No Capítulo anterior, apresentamos dois aspectos de dinâmica econômica da região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro, para tratarmos da institucionalização regional que achamos estar em andamento, seguindo o proposto por Paasi (1990). Damos enfoque na economia, que buscamos caracterizar a importância dos elementos (Gasoduto GASBOL e Feiras Livre) para a região e a importância no processo de institucionalização regional.

Para além disso, a relação entre cidades fronteiriças transcende a simples proximidade geográfica e material, assumindo uma dinâmica cultural e simbólica complexa. No caso de Corumbá, no Brasil, e Puerto Quijarro, na Bolívia, a fronteira não é apenas uma linha que divide territórios nacionais, mas também um espaço de encontro, de representações simbólicas, onde há troca e negociação de significados. Para analisarmos tal aspecto, temos abordado os casamentos binacionais e os geossímbolos compartilhados.

Consideramos as relações conjugais mistas pois é um aspecto que marca a forte integração cultural nas duas cidades gêmeas, elaborado a partir do conceito de sistema cultural, proposto por Bonnemaison (2005). Trabalhamos com a noção de geossímbolos como parte do sistema cultural que analisamos a seguir nas duas cidades gêmeas e que identificam compartilhamentos culturais e simbólicos como parte do traçado e desenvolvimento em curso da região transfronteiriça.

5.1. Os casamentos mistos

A fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro constitui um espaço socialmente integrado, no qual as interações cotidianas transcendem as barreiras político-administrativas. Entre os fenômenos que evidenciam essa integração, destacam-se os casamentos binacionais, que envolvem cidadãos brasileiros e estrangeiros, que são em sua maioria bolivianos, e que representam um elo significativo no processo de institucionalização regional, especialmente na dimensão cultural.

Essa integração ficou mais em evidência a partir da imigração boliviana no Brasil, fenômeno que ocorre desde os anos 1950. O Mato Grosso do Sul, destacando a cidade de Corumbá, é o segundo principal destino dos bolivianos no Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. A integração cultural a partir de vínculos socioafetivos, levou a uniões matrimoniais do

imigrante com o natural do país acolhedor. Esse padrão indica um alto nível de interação social que atravessam as fronteiras nacionais, culturais, linguísticas, etc. Para além de um indicador da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, os casamentos mistos potenciam interações que podem, elas próprias, promover essa integração (Fusco e Souchaud, 2009).

A análise dos vínculos matrimoniais estão muito presente na perspectiva da Antropologia e da Sociologia. O antropólogo Claude Lévi-Strauss (1949), diz que as alianças matrimoniais são fundamentais para a formação social, ajudando a integrar grupos distintos culturalmente e mantendo trocas simbólicas. Silva (2016) corroborando com a ideia, a partir de um estudo sobre os Indígenas Enawene-Nawe, apresenta o casamento como uma rede simbólica que criam vínculos de afinidades e reforçam laços sociais e culturais internos do grupo.

Os casamentos mistos, especialmente em contextos de regiões transfronteiriças, é um indicador relevantes de institucionalização regional. Ao promoverem trocas culturais que se consolidam no cotidiano familiar e comunitário. Essas uniões favorecem a circulação de uma cultura e interação social compartilhada que reforça o sentimento de pertencimento a um espaço comum. De acordo com Machado (2016), no caso da fronteira Brasil-Bolívia, os matrimônios binacionais ampliam os laços sociais transfronteiriços e estimulam a criação de normas e hábitos culturais híbridos, integrando-se aos processos formais e informais que estruturam a região.

Na análise de uniões mistas dos imigrantes bolivianos na fronteira, Fusco e Souchaud (2009) já mostravam o avanço da imigração na cidade de Corumbá. No período dados oficiais do IBGE registrou a presença de 1.022 imigrantes no país, representando 1,2% no peso da população total da cidade. No último censo (IBGE, 2002), Corumbá contava com 1,2% de estrangeiros no território, a presenças boliviana acompanhou o crescimento da cidade. Cabe destacar que os censos não contam com os bolivianos que estão informais, sem documentação ou outros problemas que impeçam o registro.

Ainda de acordo com último censo do IBGE sobre as estatísticas vitais do país, que contempla a pesquisa de Estatísticas do Registro Civil, em 2023, foram registrados 150 casamentos em Corumbá, e 226 em Ladário. E, segundo informações obtidas junto ao 2º Ofício de Notas e Registro Civil de Corumbá-Cartório do Pantanal, o número de casamentos mistos vem aumentando, mas devido à problema relacionado com data de validade de documentos e legalização, a união se torna um desafio. O Oficial do cartório observou que, em diversas

ocasiões, cidadãos bolivianos precisam percorrer longas distâncias para acessar autoridades competentes em seu próprio país.

Na perspectiva sociocultural, os casamentos binacionais promovem uma verdadeira construção simbólica, pois ampliam o repertório cultural e social compartilhado pelas comunidades envolvidas. Essa troca pode ser observada nas práticas comunitárias que passam a refletir traços híbridos aspectos culturais bolivianos (comida, linguagem, etc.) incorporados ao cotidiano brasileiro e vice-versa. Essa confluência reforça o sentimento de pertencimento a uma região que, apesar das diferenças nacionais, atua como um território comum de convivência (Gaspar; Ferreira; Ramos, 2014).

Além disso, as uniões matrimoniais transfronteiriças funcionam como canais para troca de informações, operando como redes que facilitam a integração política e cultural regional. Ao buscar o casamento, esses casais acabam por demandar sistemas administrativos e legais mais adaptados às suas necessidades, pressionando assim as instituições a reconhecerem e regulamentarem essas relações de maneira mais eficiente e inclusiva. Ou seja, os casamentos binacionais acabam criando uma dinâmica de intercâmbio que reforça o desenvolvimento de normas institucionais híbridas, nas quais o direito brasileiro e boliviano dialoga, recriando práticas administrativas que atendam às especificidades e desafios da região transfronteiriça. De acordo com o Oficial do Cartório do Pantanal:

“Não há barreiras sociais, a população fronteiriça conhece ainda que singelamente as peculiaridades culturais e sociais dos transeuntes e residentes bolivianos. Nem mesmo o idioma é uma barreira, pelas proximidades com a fronteira o brasileiro saber espanhol e o boliviano aprender português, já virou normal.”

No entanto, esse processo apresenta obstáculos. A burocracia, como já citado, é um elemento que limita os dispositivos dessas uniões. Dificuldades à adequação dos sistemas formais às realidades transfronteiriças aponta uma urgência em políticas públicas que promovam a aproximação entre os órgãos governamentais brasileiros e bolivianos, simplificando procedimentos e facilitando o reconhecimento legal dos casamentos mistos, garantindo o acesso a direitos sociais e civis para as famílias resultantes dessas uniões.

Ao inserir-se na sociedade corumbaense, o migrante boliviano reinventa e ajusta suas fronteiras sociais a partir de seus próprios referenciais de socialização espacial, que transporta consigo como elementos distintivos de sua identidade. É uma representação concreta de parte da institucionalização regional transfronteiriça, por materializar as relações sociais, familiares

e integração social de grupos de diferentes origens nacionais. Os estrangeiros que chegam em Corumbá, em grande maioria, nasceram no departamento de Santa Cruz (Fusco; Souchaud, 2009). O Oficial do Cartório apontou:

“Em observação ao cotidiano percebe-se que há intensa circulação de estrangeiros, em sua maioria bolivianos, e que as relações familiares entre essas pessoas vão além da nacionalidade, havendo casais formados por um brasileiro e um boliviano, ou ainda por ambos bolivianos, que moram no Brasil. Conseguimos observar a parti desses fatos a intensa influência cultural aqui na fronteira.”

Por fim, é importante destacar que o fenômeno dos casamentos binacionais evidencia a dimensão humana e afetiva da institucionalização regional. A construção de uma identidade regional passa pela valorização dessas relações interpessoais que, por meio do afeto, e da convivência, contribuem para a consolidação de uma região transfronteiriça integrada. Assim, os casamentos mistos na fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro são vetores de legitimação simbólica, reforçando a percepção da fronteira não como barreira, mas como espaço compartilhado, integrado por redes de relações pessoais e institucionais. Sobre o simbolismo do casamento misto transfronteiriço, o Oficial do Cartório do Pantanal apontou:

“Percebe-se que os casais formados por bolivianos, de modo geral, ficam sempre muito felizes por se casarem no Brasil, sendo motivo de grande alegria, ainda que seja um direito assegurado a qualquer pessoa independente de sua nacionalidade”

5.2. Os geossímbolos como parte do Sistema Cultural da região transfronteiriça Corumbá e Puerto Quijarro

As rotinas diárias vivenciadas por quem vive em Corumbá e Puerto Quijarro estão impregnadas de significados simbólicos que moldam suas visões de mundo. Essas representações se manifestam em múltiplas dimensões da vida social, como nas celebrações festivas, nos hábitos alimentares, nas práticas religiosas, no saber tradicional, nas formas de cultivo da terra, bem como no conhecimento empírico acerca do ambiente natural. Esse conjunto dinâmico de práticas e saberes compõem aquilo que se pode denominar de cultura local, estruturando um sistema cultural específico. Esse sistema inclui conhecimentos, técnicas de manejo, crenças, estas ancoradas em representações coletivas, mitos originários, geossímbolos e memórias compartilhadas, e o espaço em que tais elementos ganham forma. Conforme a abordagem de Bonnemaïson (2005), o sistema cultural não se restringe ao plano

simbólico, mas envolve igualmente aspectos materiais do território, sendo ambos os domínios interligados e mutuamente condicionantes.

Dentro desta estrutura, o conhecimento é fundamental para a constituição das relações entre os grupos humanos e o território. Além do saber técnico, trata-se também de um conjunto de saberes empíricos, simbólicos e afetivos, transmitidos socialmente e enraizados na experiência cotidiana com o espaço vivido. Esse conhecimento se manifesta nas práticas de cultivo, nos usos das plantas medicinais, na forma de construir moradias, nas festas, rituais e mitos que organizam a vida coletiva (Bonnemaison, 2005).

Bonnemaison (2005) entende os conhecimentos como territorializados, ou seja, produzidos em profunda articulação entre natureza e sociedade, e que é constantemente atualizado pelas interações entre as comunidades e o ambiente. Ele constitui um saber prático que orienta a ação e, simultaneamente, um saber simbólico que oferece sentido ao mundo. Portanto, o conhecimento estrutura as representações, reforçando identidades coletivas e os vínculos culturais com o território. Nessa perspectiva, os geossímbolos são representações associadas ao cotidiano e à memória coletiva que se materializam na paisagem, se transformando em símbolos geográficos.

As crenças constituem um dos pilares fundamentais da organização simbólica do território e da construção das identidades coletivas. Elas englobam um vasto repertório de representações sociais, mitos fundadores, memórias compartilhadas, práticas religiosas, cosmovisões e geossímbolos, são elementos simbólicos associados ao espaço, como montanhas sagradas, rios míticos ou locais de devoção. As crenças atuam como dispositivos de interpretação do mundo e conferem significado à experiência espacial, elas funcionam como princípios organizadores da vida social e territorial. Por meio das crenças, o território deixa de ser apenas um espaço físico e se torna um espaço vivido, carregado de sentidos, memórias e afetos. As narrativas simbólicas que envolvem deuses, ancestrais, heróis ou forças espirituais contribuem para estruturar o imaginário coletivo e orientar o comportamento individual e grupal frente ao território. Além disso, Bonnemaison ressalta que essas crenças se transformam, negociam e adaptam diante das mudanças culturais, ambientais ou políticas, mantendo-se, porém, como referenciais centrais na mediação entre o homem e o espaço, sendo uma forma de ver, perceber, sentir e explicar o mundo (Bonnemaison, 2005).

O espaço constitui igualmente uma dimensão fundamental na estruturação do sistema cultural. É um elemento concebido como um espaço vivido, simbólico e relacional. Ele é o

cenário dinâmico onde se entrelaçam práticas, representações, afetos e memórias. O espaço, nesse sentido, é apropriado culturalmente pelos sujeitos e, por meio dessa apropriação, torna-se território, isto é, um espaço dotado de significado, identidade e pertencimento.

O espaço é o suporte da cultura, que também é transformado por ela. Ele atua como uma dimensão integradora e interdependente dos demais elementos do sistema cultural: os conhecimentos, as técnicas e as crenças se materializam e ganham expressão no espaço. As festas, os rituais, os modos de cultivo, os caminhos percorridos e até mesmo os lugares considerados sagrados ou perigosos são formas de simbolização espacial que conferem sentido à existência coletiva, ou seja, o espaço é o ambiente geográfico onde se localizam a cultura e sua interação no meio (Bonnemaison, 2005).

O sistema cultural (Bonnemaison, 2002), foi adotado neste trabalho como referencial teórico para constatar as dinâmicas territoriais e simbólicas na região transfronteiriça entre Corumbá e Puerto Quijarro, e como parte desse sistema, os geossímbolos. Essa perspectiva permite analisar as interações culturais e sociais que atravessam a fronteira, evidenciando como as dimensões material e simbólica do território se articulam na constituição de identidades, práticas cotidianas e representações espaciais compartilhadas ou tensionadas entre os dois lados do limite internacional.

5.3. Geossímbolos compartilhados das cidades gêmeas de Corumbá-Puerto Quijarro

Bonnemaison (2005), compreende o território a partir das relações afetivas e simbólicas estabelecidas por um grupo no espaço geográfico. O território está diretamente associado à noção de relação material, afetiva e simbólica com o espaço. Para o autor, o território é muito mais do que um espaço físico; é um elemento cultural e político profundamente enraizado na identidade humana. Na abordagem de Bonnemaison (2005), o território expressa uma relação emocional entre um povo e sua terra e essencialmente simbólica e cultural, que serve como um meio pelo qual as comunidades expressam, afirmam e reafirmam suas identidades ao longo do tempo.

Nesse sentido, o território se configura através de uma "escrita simbólica", onde a paisagem é transformada em um espaço de significado por meio de práticas, mitos e rituais. Essa interação atribui valor espiritual e emocional ao território, tornando-o mais do que um simples espaço físico (Souza, 2022).

Sua formação se dá por uma rede de lugares organizados de maneira hierárquica e independente, conectados por itinerários que imprimem um “traçado” no solo. Pelas representações são manifestadas os valores e visões de mundo que humanizam o espaço geográfico. O território está intimamente relacionado aos sentimentos de identidade cultural e pertencimento. Além de desempenhar diversas funções geográficas, sociais e políticas, ele também engloba aspectos ligados à memória, aos valores e às representações simbólicas (Souza, 2022).

O território cultural é marcado pelos geossímbolos, elementos que dão significado cultural e espiritual ao espaço geográfico, assim o transformando em um território também simbólico. Esses símbolos podem ser paisagens naturais, monumentos, rituais, histórias ou qualquer característica que ligue um espaço físico à memória, identidade e valores de um povo, sendo um elemento central para a compreensão das relações entre cultura, espaço e identidade territorial.

Os geossímbolos, no contexto da geografia cultural proposta por Joel Bonnemaïson (2005), são compreendidos como elementos simbólicos ancorados no espaço, aos quais as comunidades atribuem significados culturais, históricos e sociais. Esses elementos podem ser naturais, como montanhas, rios, rochas ou árvores, e elementos construídos, como igrejas, marcos fronteiros, monumentos ou trilhas. Mais do que simples pontos de referência, os geossímbolos funcionam como nós de sentido: condensam memórias coletivas, mitos fundadores, experiências vividas e práticas sociais, contribuindo para a consolidação do território como uma construção simbólica e identitária, que transcende sua dimensão física.

Em sua obra *Culture and Space* (2005), Joel Bonnemaïson propõe uma compreensão ampliada dos geossímbolos, concebendo-os como elementos simbólicos dinamicamente construídos e atribuídos de valor pelos grupos sociais ao longo de processos históricos, culturais e espaciais. Longe de serem simples marcas visuais ou referências estáticas, os geossímbolos são resultado de uma elaboração coletiva que integra memória, mito e experiência territorial. O autor salienta que esses símbolos atuam como mediadores potentes da memória coletiva, servindo como âncoras narrativas que ajudam a manter a coesão e a identidade de uma comunidade frente às transformações sociais e espaciais.

Mais do que representações passivas, os geossímbolos são atores simbólicos ativos nos processos de territorialização: eles conferem singularidade, reconhecimento e sentido ao espaço, fazendo com que ele seja percebido como um local físico, e como um lugar vivido,

carregado de significados e pertencimento. Ao atribuírem valor simbólico a determinados elementos da paisagem, sejam montanhas, rios que demarcam linhagens míticas, caminhos de peregrinação ou marcos históricos, os sujeitos sociais produzem um território que é, ao mesmo tempo, material e simbólico.

Bonnemaison (2005), também argumenta que os geossímbolos se transformam conforme as relações sociais, os regimes de poder e os sentidos atribuídos pelos diferentes grupos. Eles estão, portanto, inseridos em disputas materiais, de memória, narrativas de origem e projetos de identidade territorial, especialmente em contextos de fronteira, migração ou conflito. A sua persistência ou reinterpretação ao longo do tempo revela como os espaços são continuamente ressignificados por meio de práticas materiais, simbólicas e culturais.

Dessa forma, os geossímbolos refletem uma cultura territorial, e participam ativamente de sua reprodução, operando como instrumentos de fixação material e simbólica que conectam a história de um grupo ao lugar que habita. Eles são, como afirma Bonnemaison (2002), dispositivos essenciais na construção do sentido do mundo vivido, configurando mapas mentais e emocionais que orientam a leitura e a apropriação do espaço.

Portanto, ao abordar o conceito de geossímbolos, oferecemos uma ferramenta analítica para entender como os territórios são vividos, narrados e simbolicamente constituídos. Eles carregam de significados que conectam as dimensões materiais e imateriais da territorialidade. Esse enfoque nos permite refletir sobre a complexidade do território como um fenômeno cultural, histórico e político, que integra práticas materiais, memórias e valores coletivos em uma configuração simbólica que ultrapassa as fronteiras físicas.

A região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro possui um universo simbólico repleto de representações culturais binacionais que remetem à visão de mundo dos moradores e à dinâmica de reprodução regional, que reflete a relação estabelecida com a natureza, além da presença da religiosidade católica. A partir de trabalhos de campo e de análise da literatura, foram identificados alguns geossímbolos da região, presentes no (Quadro 8) e que descrevemos a seguir.

Quadro 8 - Estrutura Geossimbólica de Corumbá e Puerto Quijarro

Ponto fixo	Elementos do sistema cultural
Geossímbolo 1: Rio Paraguai	Memória, Representação, Crença, Natureza, Identidade
Geossímbolo 2: Casario Porto de Corumbá	Memória, Técnica
Geossímbolo 3: Pantanal	Memória, Crença, Natureza, Identidade, Religiosidade
Geossímbolo 4: Cristo Rei do Pantanal	Técnica, Crença, Símbolo, Religiosidade, Identidade
Geossímbolo 5: Terminal Ferroviário de Puerto Quijarro	Memória, Representação, Espaço, Circulação
Geossímbolos 6: Aduana Brasil-Bolívia	Memória, Representação, Identidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Quadro 8 evidencia como os geossímbolos selecionados articulam dimensões materiais e imateriais da região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro. Eles expressam, elementos naturais e históricos que sustentam memórias coletivas e identidades locais, e, símbolos técnicos e institucionais que remetem à circulação, às práticas fronteiriças e à presença do Estado. A combinação desses aspectos revela um espaço marcado pela convivência entre natureza, religiosidade e infraestrutura, compondo um universo cultural binacional que reforça a singularidade e a função dessa região.

5.3.1. *Rio Paraguai*

A localização geográfica das cidades, quase sempre, tem como referência algumas características físicas predominantes que marcam a paisagem local. Corumbá e Puerto Quijarro são cidades que cresceram à margem direita do rio Paraguai (Figura 14), um patrimônio ambiental expressivo na caracterização de suas identidades. A história dessas cidades e seu desenvolvimento estão diretamente conectados a esse elemento.

Figura 12 - Rio Paraguai



Fonte: Trabalho de campo (2024).

O rio Paraguai é o principal sistema de drenagem do Pantanal Mato-Grossense. Com suas nascentes situadas nas serras dos Parecis, no estado de Mato Grosso, o rio percorre a planície pantaneira no sentido norte-sul, recebendo as águas da porção ocidental de Mato Grosso do Sul, situada à leste da Serra de Maracaju. Após atravessar o território brasileiro, o rio adentra o Paraguai, cruzando o país longitudinalmente até desaguar no rio Paraná, em território argentino, formando o rio da Prata, que, por sua vez, alcança o oceano Atlântico por meio de um estuário situado entre a Argentina e o Uruguai.

A área drenada pelo rio Paraguai e seus principais afluentes, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é conhecida como Bacia do Alto Paraguai (BAP). Esta bacia compõe uma das subdivisões da Bacia do Prata e recebe essa designação por localizar-se no alto curso do rio Paraguai (MMA, 2011). Trata-se de uma região de elevada importância hidrológica e ecológica, além de exercer um papel central nas dinâmicas econômicas e sociais da área centro-oeste do Brasil. A delimitação dessa bacia é relevante para o planejamento ambiental e o manejo sustentável do Pantanal, especialmente no contexto das transformações antrópicas recentes.

Entre os principais tributários do rio Paraguai dentro da BAP, destacam-se os rios Taquari, Cuiabá, São Lourenço, Miranda, Nabileque, Abobral, Negro, Aquidauana, Paraguai-Mirim e Apa. Além desses, o rio também recebe, por sua margem esquerda, contribuições da drenagem do oriente boliviano, com destaque para o rio Pilcomayo, considerado seu principal

afluente nessa região transfronteiriça. A BAP, portanto, se configura como espaço de integração interestadual e internacional (Eremites de Oliveira, 2002).

As características naturais da Bacia do Alto Paraguai incluem rios de planície, de grande volume e vazão, o que possibilita a navegação em quase toda a extensão de seus cursos ao longo do ano. O rio Paraguai, em especial, tem potencial de navegação inclusive para embarcações de grande porte (IBGE, 2020). No passado, esses atributos foram determinantes para a ocupação humana e para a estruturação das redes urbanas e comerciais da região. Atualmente, continuam a exercer forte influência na organização do território e na configuração geopolítica do espaço fronteiriço (Eremites de Oliveira, 2002).

A boa navegabilidade dos rios da Bacia do Alto Paraguai desempenhou papel central na penetração dos colonizadores europeus no interior do atual estado de Mato Grosso. Já no século XVI, espanhóis e portugueses utilizaram essas vias fluviais para adentrar a região em busca de riquezas minerais, sobretudo ouro, entrando em confronto com os diversos povos indígenas que habitavam essas terras. Os rios, portanto, funcionaram como corredores naturais de circulação, facilitando a ocupação inicial da área e marcando as primeiras disputas pelo território entre europeus e populações originárias (Eremites de Oliveira, 2002).

Durante o século XVIII, o processo de efetivação da ocupação colonial na região intensificou-se, consolidando-se por meio da fundação de núcleos de povoamento e de defesa estratégica. Esses núcleos estavam localizados prioritariamente no interior da Bacia do Alto Paraguai, aproveitando a facilidade de acesso e a riqueza dos recursos naturais. Entre os principais marcos fundacionais, destacam-se: Vila Bela da Santíssima Trindade (1710), o Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, atual capital mato-grossense (1713), Forte Coimbra (1775), Vila Maria, atual Cáceres (1778), o Presídio de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, hoje Corumbá (1778), e o Presídio de Miranda (1781)

Até o final do século XIX, grande parte dos centros urbanos mais relevantes da então província de Mato Grosso ainda se concentrava na planície da BAP ou em suas imediações. Ao norte, destacavam-se Vila Bela, Cuiabá, Poconé e Cáceres; ao sul, Miranda, Nioaque, Aquidauana e Porto Murtinho; a leste, os núcleos de Coxim e Camapuã; e ao centro, a estratégica cidade de Corumbá. Essa distribuição reflete a importância dos rios como eixo de mobilidade e articulação territorial na organização do espaço regional (Almeida, 2017).

No século XIX, no entanto, a mesma característica que havia facilitado a ocupação do território – a navegabilidade fluvial – passou a representar uma fragilidade estratégica para o

Brasil. A vulnerabilidade da fronteira oeste, exposta pelas vias fluviais, intensificou tensões geopolíticas no contexto da região platina, marcada por disputas de limites e interesses entre os países do Cone Sul. Esse cenário culminou na Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), quando o exército paraguaio invadiu o território de Mato Grosso pelo rio Paraguai, revelando o quanto a geografia hidrográfica influenciava a dinâmica política e militar na região (Lessa, 2016).

Na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro, o rio Paraguai se configura como muito mais que um curso d'água: ele é um elemento simbólico estruturante da paisagem e da vida cotidiana. Para os habitantes dessas cidades gêmeas, o rio conecta os povos por meio de relações históricas, afetivas e culturais, essa ambiguidade da paisagem fluvial é compreendida à luz do conceito de geossímbolo. Assim, o rio Paraguai atua como mediador entre os espaços vividos e as narrativas territoriais partilhadas.

A dimensão simbólica do rio se expressa nas práticas culturais locais, como festas ribeirinhas, tradições pesqueiras, histórias orais e representações artísticas que o tomam como ponto de referência. Ele também marca a paisagem urbana com seus portos, cais e embarcações, compondo um cenário de representações e funcional que organiza o cotidiano das populações. De acordo com Yi-Fu Tuan (1980), a paisagem deve ser compreendida como forma física, e como experiência carregada de valores subjetivos, o que se confirma na forma como o rio é vivido e narrado pelas populações fronteiriças. Os fluxos do rio imprimem uma memória compartilhada que ultrapassa os limites da divisão internacional.

Na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro, o rio Paraguai configura-se como um exemplo de paisagem¹⁰, atuando simultaneamente como uma paisagem-matriz e uma paisagem-marca (Berque, 1994). Enquanto paisagem-matriz, o rio organiza historicamente os modos de habitar e viver na fronteira: suas margens acolheram os primeiros núcleos urbanos coloniais, como Corumbá e Puerto Quijarro, e até hoje estruturam práticas como a pesca artesanal, o transporte e os rituais religiosos. O rio funciona como base ontológica para a relação entre sociedade e território, ancorando uma lógica de desenvolvimento, ocupação e cultura. Ao mesmo tempo, representa uma paisagem-marca, pois é símbolo visível e emocional da identidade fronteiriça. Ele está presente no imaginário social por meio de festividades como o

¹⁰ A paisagem pode ser entendida como uma “forma de ver”, um modo particular, historicamente situado e culturalmente construído, estruturando e atribuir significado ao mundo externo. Essa perspectiva desloca o foco do conteúdo visual para o olhar que o produz, evidenciando que a paisagem é um produto cultural que expressa e reproduz valores, ideologias e relações de poder próprias de determinados grupos sociais e períodos históricos (Cosgrove, 1984).

Banho de São João, o Carnaval e outras manifestações que inscrevem na paisagem significados religiosos, afetivos e comunitários dos dois lados da fronteira. Este elemento natural geográfico se configura como geossímbolo por sintetizar elementos naturais, históricos e simbólicos, marcando a fronteira não apenas como divisão política, mas como espaço vivido e culturalmente compartilhado entre brasileiros e bolivianos, participando do processo da construção de identidade e se relacionando com outros elementos do sistema cultural, como o mito de origem, os conhecimentos tradicionais, e as técnicas.

5.3.2. *Casario Porto de Corumbá*

No contexto da segunda metade do século XIX, o município de Corumbá vivia um período de expansão econômica e demográfica impulsionado pela intensa movimentação portuária. Essa efervescência contrastava com o clima de tensão que marcava os países vizinhos Paraguai, Argentina e Uruguai, envolvidos em disputas territoriais e interesses geopolíticos na região platina. Durante o governo de Francisco Solano López, o Paraguai consolidou-se como uma das principais potências militares da América do Sul, com projetos expansionistas que visavam a constituição de um “Paraguai Maior”. Antes mesmo da declaração formal de guerra ao Brasil, em dezembro de 1864, Solano López capturou o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo rio Paraguai com destino à então província de Mato Grosso (Corrêa, 1985).

Em seguida, López ordenou a invasão dessa província, além da região de Corrientes, na Argentina, e parte do território do Rio Grande do Sul, provocando o início da Guerra do Paraguai. As tropas paraguaias, superiores em número e armamento, rapidamente ocuparam o sul de Mato Grosso. No dia 25 de dezembro de 1864, alcançaram os arredores do Forte de Coimbra, ponto estratégico às margens do rio Paraguai. Na ocasião, o tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero treinava soldados locais que sequer haviam manejado artilharia até então (Vianna; Leite; Tavares; Loureiro, 2016).

Após dois dias de intenso combate e diante da escassez de munições, os defensores brasileiros foram forçados a evacuar silenciosamente o forte, que acabou sendo ocupado pelas tropas paraguaias comandadas por Vicente Barrios. Os invasores permaneceram na região por aproximadamente três anos, consolidando temporariamente sua presença. A reação por parte dos países aliados, Brasil, Argentina e Uruguai, formalmente unidos na Tríplice Aliança ganhou força em 1867, ano em que tropas brasileiras, sob o comando de Manuel Luís Osório e do

Duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva), retomaram a então Freguesia de Santa Cruz de Corumbá (Vianna; leite; Tavares; Loureiro, 2016). Entre julho e dezembro de 1868, os aliados obtiveram importantes vitórias, enfraquecendo significativamente o exército paraguaio.

Em janeiro de 1869, as forças da Tríplice Aliança ocuparam Assunção, capital paraguaia, obrigando o presidente Francisco Solano López a recuar com seus seguidores rumo ao norte do país, onde resistiria até sua morte em Cerro Corá, em 1º de março de 1870 (Corrêa, 1985). A Guerra do Paraguai teve efeitos devastadores em diversas localidades, especialmente sobre Corumbá, que foi praticamente arrasada: seus estabelecimentos comerciais foram saqueados, edifícios públicos arrombados, muitas construções incendiadas e grande parte da população dizimada.

Apesar da destruição, a cidade passou por um processo de reconstrução impulsionado pela reabertura da livre navegação no rio Paraguai no pós-guerra. A retomada do tráfego fluvial deu novo fôlego ao Porto de Corumbá, que rapidamente se consolidou como o principal entreposto comercial da então Província de Mato Grosso e como um polo estratégico para a integração econômica da região sul da província. Nesse contexto, emergem figuras como Manoel Cavassa, português de destaque na atividade comercial ribeirinha, cujo nome foi atribuído à principal rua do Casario do Porto de Corumbá (Figura 15), evidenciando sua relevância histórica e simbólica (Corrêa, 1985).

Figura 13 - Casario do Porto de Corumbá



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Durante o auge da atividade fluvial, o Casario do Porto abrigava cerca de vinte e cinco bancos internacionais, curtumes e até mesmo a primeira fábrica de gelo do Brasil. O tráfego de mercadorias e pessoas era intenso, com vapores vindos de países como Uruguai, Argentina e de nações europeias, transportando produtos como cimento inglês, vinho português, tecidos franceses, além de imigrantes que desembarcavam no porto corumbaense.

O comércio floresceu rapidamente, com exportadores locais abrindo filiais em outras partes do mundo. Um exemplo marcante está registrado em um álbum gráfico publicado em Hamburgo, em 1914, que documenta a chegada de 142 embarcações em Corumbá naquele ano, provenientes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, sendo seis delas do Loyd Brasileiro. As embarcações estrangeiras, por sua vez, transportavam para o exterior produtos da região, como peles de animais silvestres, erva-mate, charque e borracha (Corrêa, 1985).

No auge do ciclo comercial fluvial, era comum que empresários locais realizassem longas viagens pela Hidrovia Paraguai–Paraná, com seus mais de 3.400 km de extensão até Montevideu, passando por centros urbanos como Porto Alegre e Rio de Janeiro. Essas viagens frequentemente tinham propósitos culturais e de lazer, como assistir grandes montagens teatrais. O “Fernando Vieira”, navio luxuoso com cem camarotes de primeira classe, operava essa rota e levava até Corumbá renomadas companhias teatrais cariocas e do Cone Sul, que se apresentavam no histórico “Bijou-Theatro”, então o maior e mais prestigiado espaço cultural da cidade (Corrêa, 1985).

Com o declínio do comércio fluvial e a desvalorização do porto, sobretudo após a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e das restrições à navegação impostas pelo governo brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial, Corumbá enfrentou um processo acelerado de estagnação econômica. A borracha, outrora seu principal produto de exportação, perdeu relevância nos mercados internacionais, e o dinamismo comercial da cidade entrou em decadência. A região portuária, antes vibrante e cosmopolita, foi gradualmente abandonada, passando a ser ocupada por populações marginalizadas, como pescadores e vítimas das enchentes do Pantanal.

Na década de 1970, a emergência do turismo de pesca trouxe novo movimento à cidade, embora de forma desordenada. Empresários ocuparam os antigos casarões portuários, sem planejamento urbano ou políticas de preservação do patrimônio histórico. Isso resultou na descaracterização de importantes construções que compunham o Casario do Porto, cuja arquitetura original, influenciada por estilos ingleses e franceses, representava o auge da

urbanidade ribeirinha do século XIX. Ainda assim, os casarões da rua Manoel Cavassa permanecem como marcos simbólicos da cidade, testemunhos materiais de sua trajetória ligada à navegação no rio Paraguai e à economia portuária, aonde muito brasileiros e bolivianos convivem com suas lojas ou embarcações (Vianna; Leite; Tavares; Loureiro, 2016). Em entrevista no porto, barqueiro comentou:

Desde pequeno ando por aqui, muito turista não imagina, mas isso já foi movimentado demais... chegava barco todo dia, gente do Brasil inteiro, tudo passando por aqui [...]

Reconhecendo essa relevância histórica e cultural, o município de Corumbá tombou o Casario do Porto como Patrimônio Histórico e Cultural por meio do Decreto nº 129, de 1985, assinado pelo então prefeito Fadah Scaff Gatass. Na justificativa do decreto, afirma-se o objetivo de proteger a área como parte essencial da memória urbana local. Tal medida reflete o esforço institucional em salvar a paisagem histórica e afetiva que eles representam para a cidade e para o Estado de Mato Grosso do Sul.

O centenário Casario do Porto de Corumbá, localizado na rua Manoel Cavassa, é um marco da cidade histórica. Com arquitetura de influência inglesa e francesa, suas edificações conceituam o local, e guardam memórias das diferentes fases de prosperidade vividas pelo município, incluindo o período dos barões do comércio portuário e o intenso movimento do comércio fluvial.

A história dos casarões da rua Manoel Cavassa está, portanto, intimamente conectada ao desenvolvimento de Corumbá e da região fronteiriça como um todo. O Casario do Porto, transcende o valor arquitetônico e assume papel de geossímbolo, carregando em sua paisagem a materialidade das memórias do ciclo do comércio brasileiro-boliviano, da imigração daqueles que saíram de Puerto Quijarro e Puerto Suárez para viver no Brasil, da guerra e do intercâmbio cultural transfronteiriço.

5.3.3. *Pantanal*

O bioma Pantanal (Figura 16) é um importante produtor de identidades e práticas culturais. O ideal de Pantanal não deve ser entendido apenas como um espaço, é uma paisagem simbólica que representa práticas sociais, discursos e conflitos históricos. Esta paisagem, é a mediação entre a natureza e a cultura.

Figura 14 - Bioma Pantanal



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Enquanto bioma, o Pantanal é considerado um patrimônio Nacional do Brasil (Brasil, 1998). Ao passo que é um patrimônio ambiental, também é um patrimônio cultural que deveria ter mais visibilidade. Pantanal é o que podemos interpretar como uma superfície banhada por rios que deságuam no Rio Paraguai, um habitat úmido que lhe dá uma fisionomia particular.

O Pantanal é um dos maiores sistemas ecológicos do mundo, destacando-se pela riqueza de sua fauna e flora e pela interação histórica entre o homem e o ambiente natural. Nesse contexto, a população local, composta por donos de terras, vaqueiros, empreiteiros, garimpeiros, balseiros e pescadores. Desenvolveu, ao longo de pelo menos dois séculos, um modo de vida que valoriza o equilíbrio ecológico e contribui para a preservação das diversas formas de vida do bioma (Alho, 2019).

A relação entre o homem pantaneiro e o ambiente é marcada pelo conhecimento tradicional, resultado do contato cotidiano e da capacidade de interpretar as transformações naturais do Pantanal. Essa interação pautada no respeito e na adaptação ao ciclo das águas e às características do território fundamenta práticas sustentáveis que colaboram para a manutenção do bioma (Nogueira, 1990).

Com uma extensão aproximada de 140 mil km², o Pantanal abrange principalmente áreas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil, estendendo-se também ao Paraguai e à Bolívia, onde forma a região conhecida como os Chacos. Essa fronteira viva contribui para especificidades culturais, econômicas e ambientais próprias, resultado do isolamento relativo em relação aos grandes centros urbanos brasileiros e do intenso convívio com povos vizinhos (EMBRAPA, 2025)

Além da importância ambiental, o Pantanal possui relevância socioeconômica, com atividades tradicionais e emergentes, como a pecuária adaptada ao bioma e o turismo sustentável. Essas práticas reforçam a integração entre população local e ecossistema, destacando o papel do homem pantaneiro como agente ativo na reprodução de saberes e práticas que garantem a conservação do território (Alho, 2019)

O pantanal faz parte da história da minha família. Sou pescador e aprendi com meu pai. Comecei a trabalhar ali e quando eu e meus irmão éramos mais novos, a gente brincava e saía para tomar banho todo dia [...].

A diversidade natural do Pantanal é um dos principais traços de sua singularidade. Não se trata de um espaço homogêneo, mas sim de uma matriz ecológica heterogênea. A distinção entre o Alto e o Baixo Pantanal, o primeiro, menos afetado pelas cheias, e o segundo, marcado pelas inundações, demonstra a complexidade física do bioma. Além disso, a rede hidrográfica que estrutura a região condiciona diretamente os tipos de vegetação, a fauna, o uso da terra e a vida dos habitantes, que permite afirmar que o Pantanal, na verdade, é formado por “vários pantanais” (Brasil, 1997).

Essa multiplicidade também se expressa nas relações sociais e culturais do território. O fluxo migratório contínuo de populações bolivianas, especialmente nas últimas décadas, promoveu a incorporação de elementos culturais guaranis ao cotidiano local. A convivência se consolidou em laços de solidariedade e numa convivência relativamente pacífica, forjando uma identidade pantaneira que vai além das fronteiras nacionais. Nesse contexto, o Pantanal revela-se como um espaço transfronteiriço, permeado por influências culturais diversas e por um intenso jogo de identidades (Alves; Mercadante; Fávaro, 2012).

O Pantanal (Figura 17) também é incorporado pela dimensão religiosa. É uma paisagem de disputas simbólicas entre o Estado, o mercado, a igreja, os moradores, e o setor de turismo, que disputam o uso de seu território. Festividades como o Banho de São João e a figura

de Nossa Senhora do Pantanal são um elo entre o sagrado e o natural, que espiritualiza o território pantaneiro. Uma entrevistada comentou sobre o Banho de São João.

Todo mundo aqui de casa segue a tradição: rezamos, acendemos a fogueira e erguemos o mastro... seguimos toda a tradição. Depois ainda levamos os pedidos, é bonito demais.

A espiritualização do ambiente natural acaba contribuindo para a construção de uma estética da fé, em que o Pantanal é visto como espaço de contemplação e devoção, tanto para brasileiros, como para bolivianos. A paisagem pantaneira é um espaço de articulação de saberes, práticas e disputas, onde religião, cultura, natureza e política se entrecruzam. Ela revela tanto os sentidos que os sujeitos atribuem ao lugar e os usos estratégicos promovidos por instituições. O Pantanal é um espaço ativo que deve ser compreendido como produtor de significados.

Figura 15 - Mapa do Pantanal brasileiro



Fonte: Nogueira (1990).

Diante do exposto, o Pantanal deve ser compreendido como um geossímbolo. Seu valor ultrapassa as fronteiras físicas e assume dimensões simbólicas, culturais e políticas. Representa, para a região transfronteiriça, para a Bolívia até o limite dos Chacos bolivianos, e

o Brasil, uma síntese de múltiplas territorialidades: a do homem que resiste, a da natureza que impõe seus ciclos, a da fronteira que mistura culturas e a do capital que disputa seus recursos. O Pantanal é uma paisagem natural, e também um espaço carregado de sentidos, disputas e representações que ajudam a compreender a identidade da região fronteira do centro da América do Sul.

5.3.4. *Cristo Rei do Pantanal*

As manifestações religiosas estão presentes em todo território fronteiro Brasil-Bolívia. Essa religiosidade, em sua maioria, está ligada à figura do Pantanal e do homem pantaneiro. Essas crenças permeiam a vida e cultura dos fronteirões, orientando todo modo de viver e cotidiano.

A construção histórica, cultural e as crenças nessa fronteira se deu no encontro de vertentes e influências que contribuíram para sua identidade. O cristianismo e o catolicismo através do colonizador adentraram nos costumes pantaneiros e do Chaco boliviano. Dessa maneira, apesar de acreditarem em lendas da região, também acreditam e praticam a fé cristã.

Corumbá é conhecida no Brasil por suas festividades religiosas, lugar que representa muitos símbolos culturais ligados aos santos protetores da fauna, flora e dos animais, como exemplo São Francisco de Assis representado em esculturas por artistas locais ao longo da cidade.

A produção de artesanatos teve muita influência das práticas religiosas e culturais pantaneiras, e uma das obras mais significativas da região é o Cristo Rei do Pantanal. Inaugurada em 2004, a obra esculpida pela artesã Dona Izulina, piauiense que adotou Corumbá para viver, tem 12 metros de altura e se encontra na parte alta da cidade no Morro do Cruzeiro. No topo do morro é possível ter a visão de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e do Pantanal. O trajeto para chegar ao Cristo Rei também é um atrativo, ao longo dos 750 metros de acesso ao alto do morro esculturas de Dona Izulina representam as 14 estações da Paixão de Cristo, onde há 72 estátuas que formam a Via Sacra (Figura 18), a qual mostra o caminho do calvário vivido por Jesus Cristo, desde a condenação por Pôncio Pilatos até a morte na cruz.

Figura 16 - Via Sacra



Fonte: Trabalho de campo (2024)

O Cristo Rei do Pantanal (Figura 19) é um geossímbolo relevante para a região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro pelos fatores simbólicos, culturais, religiosos e geográficos que ele representa, que une a natureza e cultura, é um signo da identidade cultural de um povo pantaneiro, onde espiritualidade e vida cotidiana estão interligadas. Sua localização, a 293 metros de altitude, o tornando visível de diferentes pontos das duas cidades gêmeas, o transforma em um marco paisagístico e territorial, funcionando como referência afetiva para os habitantes dos dois lados da fronteira.

Figura 17 - Cristo Rei do Pantanal



Fonte: Trabalho de campo (2024).

5.3.5. *O Trem do Pantanal*

A linha ferroviária que conecta Santa Cruz de la Sierra a Puerto Suárez e Puerto Quijarro, na Bolívia, é mais do que uma infraestrutura de transporte: trata-se de um marcador simbólico da mobilidade fronteiriça, que atravessa décadas de transformações sociais, políticas e econômicas. Popularmente conhecido como “Trem do Pantanal” ou “Trem da Morte”, esse trem se consolidou como uma das representações mais expressivas da precariedade e da resistência nas rotas de deslocamento entre o interior boliviano e a fronteira com o Brasil, especialmente com Corumbá. Ao longo do tempo, o termo passou a condensar experiências de sofrimento e de esperança, constituindo um símbolo da mobilidade e da vida fronteiriça.

A construção da Ferrovia Oriental Boliviana teve início no século XX como parte de um esforço de integração nacional e de estímulo ao desenvolvimento da região leste da Bolívia. Após a Guerra do Chaco (1932-1935), o Estado boliviano intensificou seus projetos de infraestrutura, buscando romper o isolamento histórico e assegurar vias de escoamento para o

Atlântico. A conexão com Corumbá, por meio do canal do Tamengo e da Hidrovia Paraguai–Paraná, transformava Puerto Suárez-Puerto Quijarro em um ponto estratégico para exportações de grãos, minérios e outras mercadorias.

Apesar de seu papel econômico, a experiência dos passageiros nessa ferrovia foi, por muito tempo, marcada por condições extremamente precárias. Vagões superlotados, ausência de ventilação adequada, longas jornadas sem infraestrutura mínima e presença frequente de migrantes, doentes e até presos transferidos pelas autoridades deram origem ao nome Trem da Morte (*Tren de la Muerte*), não como consequência de um acidente específico, mas como expressão da exaustão física e simbólica que a viagem impunha. Esse nome se popularizou especialmente nas décadas de 1980 e 1990, sendo adotado por turistas, moradores e meios de comunicação.

Ao lado de sua função prática, o Trem da Morte tornou-se um ícone da fronteira cultural e social. Para migrantes bolivianos em direção ao Brasil, a viagem era uma etapa crucial no processo de travessia, uma espécie de rito de passagem. A rota também era utilizada por comerciantes informais, estudantes e moradores locais

A partir da privatização da ferrovia (Figura 20) e da criação da Ferroviaria Oriental S.A., houve graus de modernização: foram criadas classes como “popular”, “intermedio” e “ferrobus”, esta última com melhor infraestrutura. Ainda assim, o nome “Trem da Morte” persiste no imaginário coletivo, funcionando como um símbolo de memória e identidade. Hoje, mesmo com o crescimento do transporte rodoviário e das políticas de integração, o trem permanece como testemunho da experiência histórica da mobilidade regional.

Figura 18 - Terminal Ferroviário de Puerto Quijarro



Fonte: Trabalho de campo (2025).

O Trem da Morte (Figura 21), entre Puerto Quijarro e Santa Cruz de la Sierra, não está operando atualmente. Ele foi suspenso oficialmente e de forma contínua durante a pandemia de COVID-19 e, ainda não voltou a circular. Em conversas com mochileiros que estavam na região, foi-me apresentado as formas de embarcar no trem, e como é a rota da viagem.

A rota principal era Puerto Quijarro e Santa Cruz de La Sierra, que tem 618 km, levando a uma viagem que pode ter mais de 20 horas. O serviço era oferecido por dois tipos de trem, Expresso Oriental e o Ferrobús e, de acordo com relatos as passagens estavam a partir de 100 bolivianos. Os vagões tinham televisão, música ambiente, luzes de leitura, banheiros químicos e ar-condicionado, e alguns com camas reclináveis. De acordo com morador de Puerto Suárez, que fazia essa rota regularmente, apesar do conforto relativo oferecido nos vagões, a operação costumava ser marcada por atrasos frequentes e priorização de cargas, o que tornava as viagens imprevisíveis.

O fotógrafo italiano Lorenzo Moscia, relatou em seu site sobre a viagem que fez em 2005, com os problemas que existiam à época e a realidade dos passageiros. Ele conta que proliferava o contrabando dentro dos vagões, de alimentos a peças de automóveis, insegurança e falta de controle relacionado à qualidade do serviço. Ainda em relação à falta de segurança, ele observou que: “Apesar do cuidado, em algumas paradas noturnas avisam para fechar as janelas porquê do lado de fora existem pessoas que se enfiam por elas para agarrar o que estiver nas mãos dos passageiros.” A viagem, longe de ser apenas um deslocamento, refletia o colapso estrutural e social de um sistema ferroviário negligenciado.

Figura 19 - Trem da Morte



Fonte: Lorenzo Moscia (2005).

O Trem da Morte e o terminal rodoviário de Puerto Quijarro não são apenas infraestruturas de transporte: juntos, compõem um espaço simbólico que condensa as contradições e fluxos da fronteira Brasil-Bolívia. Ao longo do tempo, essas estruturas funcionaram como vetores de mobilidade, comércio (formal e informal), e também como expressão material do abandono estatal e da resistência cotidiana. Na paisagem fronteiriça, tornam-se geossímbolos que evocam memórias, desigualdades, práticas transfronteiriças e disputas por pertencimento. Sua permanência, mesmo que degradada ou desativada, revela a complexidade de um território onde a fronteira é simultaneamente obstáculo e lugar vivido.

5.3.6. *As aduana Brasil-Bolívia*

Embora formalmente associada à soberania estatal e ao controle de fluxos, as aduanas entre Corumbá e Puerto Quijarro (Figura 22) também assumem um papel significativo no plano simbólico cultural. Situada em uma fronteira dinâmica e historicamente marcada pela convivência cotidiana entre brasileiros e bolivianos, a aduana é palco de práticas sociais que desafiam sua função original. É nesse sentido que ela pode ser compreendida como um geossímbolo cultural, um lugar onde o estado, a identidade e a cultura se entrecruzam, revelando dinâmicas próprias da vida fronteiriça.

Figura 20 - Aduana Nacional - Bolívia



Fonte: Trabalho de campo (2025).

O cotidiano das aduanas é marcado por barreiras e documentos, e também por interações simbólicas e culturais. Famílias que vivem de um lado e trabalham no outro, comerciantes informais, estudantes que atravessam diariamente, motoristas de táxi compartilhado, turistas e moradores locais compõem um fluxo humano que ressignifica continuamente o espaço aduaneiro. As aduanas tornam-se, assim, mais do que uma linha de separação: ela é um lugar de mediação cultural, onde se expressa o bilinguismo, a troca de produtos típicos, a circulação de músicas, comidas, crenças religiosas e práticas econômicas compartilhadas.

Nesse contexto, as aduanas participam da produção de uma cultura híbrida, característica de regiões liminares, em que o “nós” e o “outro” convivem sem que as fronteiras simbólicas sejam tão rígidas quanto as fronteiras políticas. A circulação da língua portuguesa, espanhola, e indígenas, a presença de produtos brasileiros nas lojas bolivianas e vice-versa, assim como a fusão de expressões religiosas, são evidências desse intercâmbio simbólico constante.

Além disso, a própria arquitetura e os elementos visuais das aduanas, como as bandeiras nacionais, os brasões e as placas representando cada país, produzem uma espécie de cenário da fronteira, que reforça identidades estatais ao mesmo tempo em que é apropriada pela população local. A travessia da aduana, para muitos habitantes da região, é parte do cotidiano,

um ato rotineiro que, paradoxalmente, acontece em um espaço desenhado para representar controle e defesa.

Nesse sentido, a aduana é também um símbolo da normalização da transgressão, onde normas são constantemente reinterpretadas em favor da sobrevivência, da troca e da convivência. Sob esse viés, os postos aduaneiros entre Corumbá e Puerto Quijarro não são representados também um espaço de produção cultural viva, que expressa as complexas relações entre território, identidade e prática social na fronteira. Ele encarna, ao mesmo tempo, o limite e a passagem, a separação e a mistura, além do controle em regiões fronteiriças (Paasi, 2009).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro permitiu entender como os processos históricos, econômicos e simbólicos interagem na consolidação de uma região socialmente construída.

O principal objetivo do trabalho caracterizou-se por compreender o processo institucionalização regional na região transfronteiriça de Corumbá-Puerto Quijarro. A partir dessa análise, os resultados desta dissertação comprovaram a hipótese de que está em curso um processo de institucionalização regional nessa região transfronteiriça. O estudo evidenciou que tal processo se consolida na região, e se manifesta por meio de indicadores econômicos e culturais. Essa dinâmica material e simbólica apontou para a formação e consolidação de uma região transfronteiriça.

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa permitiu responder às questões propostas, proporcionando um entendimento sobre a dinâmica regional que caracteriza a região. No plano econômico, observou que o êxito de empreendimentos comerciais binacionais contribui para a criação de vínculos transfronteiriços e para o fortalecimento de uma identidade associada a economia compartilhada. Já no plano cultural, a produção de símbolos comuns e a circulação de valores e práticas culturais reforçam a percepção de pertencimento coletivo, favorecendo a consolidação de uma visão regional.

A relevância econômica da região se expressou na sua função de corredor logístico, com a presença da ferrovia, rodovias, portos e da interligação ao eixo bioceânico, e no comércio formal e informal, que sustenta parte significativa das economias locais. As trocas cotidianas, o turismo de compras, o transporte de cargas e a circulação de mão de obra reforçam a interdependência entre as duas cidades, revelando um espaço funcionalmente integrado, ainda que marcado por diferenças.

A partir dos aspectos econômicos, apresentamos o GASBOL como um vetor fundamental elo entre integração regional sul-americana e o processo institucionalização regional da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro. Ele cria uma rede econômica entre os dois países e configura o território através da exportação de gás, e sua infraestrutura. As feiras livres de Corumbá seguem na mesma linha, dinamizam o circuito inferior da economia, gera ocupação e renda além de apoiar a agricultura familiar, que tem um valor histórico nessas cidades. Para além disso, são espaço que promovem a socialização espacial e o hibridismo identitário, que fica evidente pela grande presença de bolivianos na feira, culinária e a língua.

Nesse contexto, entendemos que a institucionalização de uma região envolve a construção de sentidos, identidades e práticas cotidianas que reforçam a coesão regional. Corumbá e Puerto Quijarro, apesar de pertencerem a países distintos, compartilham temporalidades e dinâmicas que apontam para uma territorialidade em formação marcada pela persistência da fronteira como instrumento de controle quanto e pela sua resignificação como espaço de encontros e possibilidades.

Assim, este trabalho reafirma que a institucionalização regional em contextos fronteiriços é um processo político, cultural e econômico contínuo, no qual os atores locais desempenham papel central na criação e manutenção de sentidos de pertencimento e funcionalidade regional, contribuindo para uma leitura mais complexa e situada das fronteiras sul-americanas.

Destarte, os processos culturais são importantíssimos na construção de regiões transfronteiriças, contribuindo diretamente para sua institucionalização simbólica e identitária. Ao reconhecer os geossímbolos regionais como elementos centrais na reprodução das regiões, observa-se, neste contexto de fronteira, a emergência de práticas e representações culturais que consolidam vínculos afetivos e sociais entre os habitantes dos dois lados da linha internacional.

O fenômeno tratado da integração cultural nessa dissertação é a ocorrência recorrente dos casamentos mistos entre brasileiros e bolivianos. Mais do que uniões afetivas, esses casamentos representam o entrelaçamento de identidades, e a convivência entre diferentes nacionalidades. São também mecanismos cotidianos de “atravessamento da fronteira”, nos quais os sujeitos constroem, a partir da noção de pertencimento que desencadeiam em relações sociais profundas desafiando as imposições estatais e burocráticas sobre o território. O reconhecimento dessas uniões reforça a ideia de uma comunidade regional marcada por interações constantes com o vizinho.

Como contribuição do trabalho, destacamos os geossímbolos, elementos fundamentais de construção de um território cultural na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro. As feiras, festividades e principalmente a religião constituem marcos simbólicos que expressam algumas singularidades culturais entre os dois municípios e materializam a cultura no território. Exemplo disso, o banho de São João, que reúne brasileiros e bolivianos no mesmo espaço, e a união entre o material (rio Paraguai) e o simbólico (religião). Esses símbolos configuram a paisagem e produzem sentidos que legitimam a subversividade fronteiriça, uma região diferenciada dentro dos respectivos Estados nacionais com costumes próprios. A cidade de Corumbá, com seu

centro histórico voltado para o comércio com os países andinos, platinos e com forte presença cultural boliviana, é uma referência para os habitantes de Puerto Quijarro.

Os geossímbolos, na região transfronteiriça, nos permitiram entender a função desses objetos geográficos, a partir da sua materialidade e da sua inserção na dinâmica regional. Como agregam uma camada analítica à espacialidade regional na medida em que trazem à tona os aspectos simbólicos compartilhados binacionalmente e permitiram identificar aspectos culturais desses territórios de encontro em que se comprovam convergências e divergências nas formas como se representam os elementos espaciais. O uso dos geossímbolos como mecanismos heurísticos para abordar os aspectos simbólicos no território se mostrou útil e abriu perspectivas de compreensão que transbordam os aspectos apenas materiais do território.

Assim, os aspectos culturais mostraram que no processo de institucionalização regional transfronteiriça é indispensável entender a vivência dos sujeitos que habitam a fronteira. O espaço transfronteiriço é vivido e ressignificado diariamente por práticas sociais, pelos vínculos afetivos e por geossímbolos que conferem identidade à região. Dessa forma, a análise da fronteira sob o aporte da Geografia Cultural permitiu reconhecer que o processo de institucionalização regional, além estruturas estatais ou nos grandes projetos de integração, também aparecem a partir das expressões culturais.

Outra contribuição desse trabalho, foi a adoção da revisão sistemática da literatura como metodologia, que constituiu um elemento central para este trabalho. Essa abordagem permitiu ampliar o escopo de análise e organizar de forma criteriosa a produção científica existente, garantindo maior rigor e transparência ao processo de seleção das fontes. Além disso, possibilitou valorizar a contribuição de autores brasileiros como Carneiro (2013), tratando do Arco Sul, Vilhena (2013), do Arco Norte, entre outros citados ao longo do trabalho, muitas vezes pouco citados em estudos internacionais, evidenciando perspectivas locais sobre as regiões transfronteiriças.

No plano teórico, a obra de Anssi Paasi mostrou-se fundamental para a análise do objeto e para a interpretação das regiões transfronteiriças. Seus conceitos sobre institucionalização, região, territorialidade e fronteira permitiram compreender as regiões como construções históricas e processuais. Aplicar esse referencial a um contexto latino-americano, e especificamente à fronteira Brasil-Bolívia, ampliou a capacidade de explicar como essas regiões se formam e se consolidam tanto por meio de infraestruturas e políticas estatais quanto pela ação cotidiana de atores locais.

Por fim, destaca-se que ainda são escassos os trabalhos que incorporam a dimensão cultural nas análises sobre regiões transfronteiriças. A maior parte dos estudos privilegia fluxos econômicos, instrumentos de governança e políticas públicas, deixando em segundo plano símbolos, memórias e representações. Ao trazer essa perspectiva cultural para o centro da discussão, este estudo contribui para preencher uma lacuna importante, mostrando que as regiões transfronteiriças são também espaços de produção e circulação de sentidos. Essa abordagem permite compreender de forma mais completa a complexidade desses territórios, articulando aspectos institucionais, econômicos e culturais, e reforça a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem a inter-relação entre infraestruturas, práticas sociais e universos simbólicos na constituição de regiões transfronteiriças.

Reforçamos que as fronteiras, longe de serem apenas espaços de separação, constituem territórios permeáveis, moldados por múltiplas escalas de interação e produção de sentido. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre regionalização e integração sul-americana, bem como para a valorização dos sujeitos fronteiriços na construção de territorialidades.

REFERÊNCIAS

- ABIEC. **Beef report**. Perfil da pecuária do Brasil 2022. Disponível em: https://abiec.com.br/wp-content/uploads/Beef-Report-2022_atualizado_jun2022.pdf.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. Agricultura em São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.
- ABREU, Gustavo de Souza. Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada. **Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro**, n. 815, p. 33, 2009.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS MS. **Exportações pelo Rio Paraguai somam 4,5 milhões de toneladas no 1º semestre e superam todo o movimento de 2024**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br>.
- ALHO, C.J.R.; MAMEDE, S.; BENITES, M.; ANDRADE, B.S.; SEPULVEDA, J. O. **Ameaças à biodiversidade do Pantanal brasileiro pelo uso e ocupação da terra**. Ambiente e Sociedade, Campinas, 2019.
- ALVES, Gilberto Luiz; MERCANTE, Mercedes, Abid; FÁVERO, Sílvia (orgs.). Pantanal Sul-Mato-Grossense: **ameaças e propostas**. Campinas, SP; Autores Associados; São Paulo: Universidade Anhanguera-UNIDERP, 2012, p. 5-28
- AZEVEDO, D. A. D.; MEIRELES, B. L. **Territorial and Electorate Size Influence: Participation/Competitiveness in Costa Rica's 2016 Local Scale Elections**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 2021.
- AZEVEDO, D. A.; URIAS, G.; OLIVEIRA, L. L. **A revisão de literatura como método de pesquisa na geografia: uma scoping review**. Boletim Paulista de Geografia, n. 109, p. 65-88, 2023.
- BANDUCCI JUNIOR, A.; DA COSTA, G. V. LC. Martins Jr. **Bolivianos do altiplano em Corumbá: trajetórias migratórias e experiências**. Dourados: UFGD, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. (1984). In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. pp. 84-85.
- BITENCOURT, Jackson Batista. **A construção da Rota de Integração Latino-Americana e a reestruturação territorial no município de Porto Murtinho/MS**. 307 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, pp.83-131.
- BONNEMAISON, Joel et al. **Culture and space: conceiving a New Cultural Geography**. London: Id Taurus, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009**. Brasília: MRE, 2009b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm.

BRASIL. Ministério da Economia. Comex Stat. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/sobre>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria no 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. *Cartilha da Faixa de Fronteira*. Brasília: MDR, [s.d.]. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (Brasília, DF). **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) – PCBAP**. Brasília, 1997. Programa Nacional do Meio Ambiente. Projeto Pantanal.

BRASIL. Secretaria de Programas Regionais. Ministério da Integração Nacional. Faixa de Fronteira. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009a. 66 p. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>.

CAMPOS, H. A. O papel estratégico de cidades gêmeas no controle de mercadorias em regiões de fronteira no contexto do MERCOSUL: **Uruguai (BR) e Paso de los Libres (AR)**. Redes – Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), v. 22, 2017.

CARNEIRO, Camilo Pereira. La Grande Région, région transfrontalière européenne. In: **Revista Confins/USP** n. 16, 2012.

CARNEIRO, Camilo Pereira. Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Relação Brasil-Bolívia: a fronteira, os conflitos contemporâneos e o ideal de integração**. Anais do V Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá: UFMS, 2015.

CARNEIRO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Revista Confins**, n. 4, p. 1-18, 2019.

CARNEIRO, Camilo Pereira; MARTINS, Paulo C. **Interações espaciais e políticas públicas na fronteira Brasil-Bolívia: as cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro**. In: Maristela Ferrari et al (org). *Fronteira, Território e Ambiente: diálogos entre América Latina e Europa*. Cascavel: Unioeste, 2020. p. 481-514.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa; ALVES, Gilberto Luiz. **Casario do Porto de Corumbá: patrimônio histórico a ser preservado**. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul; Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal, 1985. 85 p.

CORREIO DE CORUMBÁ. **Após ano recorde, Corumbá e Ladário projetam queda nas exportações em 2024**. Corumbá, 2024.

CORREIO DO ESTADO. **Brasil e Bolívia devem ampliar comércio em R\$ 12,5 bilhões a partir de Corumbá**. Campo Grande, 2023.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. p.219-237. In: CORRÊA, R.L; ROSENDHAL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: uma antologia**. vol.1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape: with a new introduction**. First published in 1984. Madison, Wisconsin: The University Of Wisconsin Press, 1998, 332pp

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 65-86, 2013.

COSTA, Gustavo V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira”. **Mana**, v. 21 n. 1, Rio de Janeiro, abr. 2015. p. 35-63. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>.

CUISINIER-RAYNAL, A. **La Frontière au Pérou: entre fronts et synapses**. L'Espace Géographique 3: 213-229, 2001.

Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 20 jul. 2016. Seção 1. Disponível em: <https://bit.ly/2HU3u6K>.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. 2002. 470 f. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

ESPÍRITO SANTO, A. L. **A Comercialização de Produtos Agrícolas em Corumbá – MS: Propostas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Feira Livre**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, PMEF. Corumbá, p.166, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luís do; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. A FEIRA LIVRE DE CORUMBÁ/MS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 35, n. 3, p. 93-108, 8 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i3.28099>.

FEBVRE, L. Frontière: le mot et la notion. In: **Febvre L Pour une histoire à part entière**. Paris: SEVPEN, 1962

FERNANDES, Rhuan Muniz Sartore. **Mineração na fronteira e as fronteiras da mineração: o avanço do neoextrativismo mineral para a faixa de fronteira da amazônia legal**.

128 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

FIGUEIREDO, Nilze de Paula; COSTA, Edgar Aparecido da; PAULA, Beatriz Lima de. **Os elementos do espaço turístico da fronteira Brasil-Bolívia**. 2011. 34 f. Curitiba: Departamento de Geografia – UFPR, 2011.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières**. Paris: Fayard, 1992.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. **Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio madeira**. Brasília: FUNAG, 2015. 336 p.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. Turismo injetou R\$ 2,7 milhões na economia de Corumbá durante o Festival América do Sul. Disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/turismo-injetou-r-27-milhoes-na-economia-de-corumba-durante-o-festival-america-do-sul/>

FURTADO, Renata. **Descobrimos a faixa de fronteira: A trajetória das elites organizacionais do Executivo federal**. Curitiba: Editora CRV, 2013. 387 p.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, v. 22, n. 63, p. 32-38, 2009.

GASPAR, Sofia; FERREIRA, Ana Cristina; RAMOS, Madalena. **Evolução e Padrões de Casamentos Binacionais em Portugal (1988-2011)**. 2014.

GIANNECHINI, Laura Mariana; AZEVEDO, Maria Mercedes S.; BOTELHO, Ricardo Aparecido. “Feira livre também é cultura!” –Feiras livres como espaços de intensa sociabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMÉNEZ, G. Cultura, identidad y memoria. Materiales para una sociología de los procesos culturales en las franjas fronterizas. **Frontera Norte**, v. 21, n. 41, p. 7-32, jan./jun. 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 2015.

GUICHONNET, P; RAFFESTIN, C. Géographie des frontières. Paris: **Presses Universitaires de France**, 1974, 224 p.

HARTSHORNE, R. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries, abstract, **AAAG**, 26, mar. /1936

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza; ANZAI, Leny Caselli; GATTI, Flávio. Formação da estrutura agrária produtiva dos municípios da fronteira oeste brasileira com a Bolívia. In: PENHA, Bruna; DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Mercosul e as Regiões de Fronteira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 13-52.

IBGE. **Panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>.

INE. **Censo Nacional de Población y Vivienda 2012**. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/censos-y-banco-de-datos/censos/>.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL – IHGMS. **Quais as riquezas minerais da Morraria do Urucum?**. Disponível em: <https://ihgms.org.br/vc-sabia/quais-as-riquezas-minerais-da-morraria-do-urucum-191>.

IPHAN. Corumbá (MS). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/252>.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 419-539

LIMA, Anna E. F; SAMPAIO, José L F. Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009

MACHADO, Lia Osório. et.al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M. de (Org.). **Território sem limites**: estudo sobre as fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005, 87-112.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: **Fronteiras e Espaço Global**. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998.

MARQUES, Pedro César Nogueira. Processos de transfronteirização e integração regional entre Brasil e Uruguai. 131 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MARTTA, Maicon. **As territorialidades do cotidiano e do trabalho nas feiras livres de Corumbá - MS**. 126 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2018.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008.

MATTOS, Gen. Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras**: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

MELO, Natan Leandro de. Dimensão socioeconômica e espacial das feiras livres de Poços de Caldas e entorno imediato. **6ª Jornada Científica da Geografia (UNIFAL-MG)**, Alfenas, p. 1-11, nov. 2021.

MORETTI, E. C.; GONÇALVES, K. B. Pantanal Transfronteiriço (Bolívia-Brasil- Paraguai) e as áreas protegidas: desafios da gestão diferenciada na zona de fronteira. **Confins**, v. 47, 2020.

MOSCIA, Lorenzo. Bolivia. 2025, Disponível em: <https://lorenzomoscia.com/bolivia/>.

NEWMAN, D. Boundaries. In: Agnew, J. et. al. **A Companion to Political Geography**. 1ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 2003.

NEWMAN, D.; PAASI, A. **Fences and neighbors in the postmodern world**: boundary narratives in Political Geography. *Progress in Human Geography*, 1998.

NOGUEIRA, A. X. O que é Pantanal?. v. 01. São Paulo: **Editora Braziliense**, 1990. v. 01.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira**: Espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**. Goiânia: UEG, 2007.

OECD. *Comercio entre Brasil (BRA) y Bolivia (BOL)*. 2023. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bol/partner/bra>

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **Instituições de fronteira**: imigrante, preconceito e solidariedade: um estudo da fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá, MS. Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 1189-1201. 2010.

PAASI, A. Nation, territory, memory: Make state-space meaningful. A research agenda for territory and territoriality. In: STOREY, David (ed.). **Social and Political Science**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2020.

PAASI, A: **Territories, Boundaries and Consciousness**: The Changing Geographies of the Finnish-Russian Border. Chichester: John Wiley, 1996.

PAASI, Anssi. Deconstructing regions: notes on the scales of spatial life. **Environment and planning A**, v. 23, n. 2, p. 239-256, 1991.

PAASI, Anssi. **From bounded spaces to relational social constructs**: Conceptualizations of the region in geography. In P. Kohlenberg & N. Godehardt (Eds.), *The multidimensionality of regions in world politics* (pp. 17–35), 2021.

PAASI, Anssi. The institutionalization of regions: a theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity. **Fennia**, v. 164, 1986.

PAASI, Anssi. The institutionalization of regions: An autobiographic view on the making of socio-spatial theory in the Nordic periphery. **Socio-spatial theory in Nordic geography**, p. 273-293, 2022.

PACKER, Abel Laerte et al. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da informação**, v. 27, 1998.

PASSOS, Maria de Fátima S. Abreu. Gasoduto Bolívia-Brasil. In: **Economia & Energia**, ano II, nº 10. Brasília, 1998.

PÊGO, B. et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Ipea, Rio de Janeiro, v. 1, 2018.

PEREIRA, Joelson Gonçalves. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS**: identidade e planejamento. 218 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERKMANN, M. Cross-border regions in Europe: significance and drivers of regional cross-border co-operation. **European Urban and Regional Studies**, v. 10, n. 2, 2003.

PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras, in: MARTINS, Maria H. **Fronteiras Culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Porto Alegre: Ateliê Liberal/PMPA/Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise, 2002.

PPAS. 2012. Proyecto de Protección Ambiental y Social en el Corredor Bioceánico. Conociendo nuestra región. Proyecto y guía para el docente primario y secundario: **manifestaciones culturales del municipio de Puerto Quijarro**. Santa Cruz, Bolivia, BID

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Dados Econômicos - Município de Corumbá**. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/paginas/ver/dados-economicos>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **História, cultura e as riquezas do maior município pantaneiro**. Corumbá, 2011.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 9-14, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Autour de la fonction sociale de la frontière. In: **Espaces et sociétés**, n. 70-71, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude; FRIEDBERG, Marcella Schmidt di; NEVE, Mario; RAMÍREZ, Rosa Cararols (ed.). **Claude Raffestin: território, fronteira, poder**. Barcelona: Icaria, 2018. 302 p.

RATZEL, Friedrich. *Anthropogeographie*. Stuttgart: J. Engelhorn, 1899.

RATZEL, Friedrich. **La Géographie Politique**. 2. ed. Paris: Fayard, 1987.

RODRIGUES, Wanessa Pereira. **Fronteira, imigrante e patrimônio cultural: desafios de gestão com base em metodologias do circuito de apoio ao imigrante em Corumbá, MS, Brasil**. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Estudos Fronteiriços, UFMS, Corumbá, 2021.

ROLIM, Cássio. **Como analisar as regiões fronteiriças: esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu**. São Paulo: Nereus, 2004,

ROSA, Andreia Marsaro da. **“Meu santo vai descer na hora que ele quiser”**: as transformações no banho de São João de Corumbá após o processo de institucionalização da festa (1980–2019). 2021. Tese – Universidade Federal da Grande Dourados

RÜCKERT, A. A.; DIETZ, C. Integração regional, a região transfronteiriça da Bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão, in: **Confins** (Paris), v. 17, 2013, p. 1-34

SANT’ANNA, F. M. O papel da integração fronteiriça para a integração regional na América Latina. Manaus/AM: Revista Geonorte, 3 ed, v.7, n.1, 2013

SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: **VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, SBS, 1-3 jun. 2005

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge Studies in Historical Geography, 1986.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEMADESC. Exportações via Porto Murtinho, Corumbá e Ladário batem recorde em 2023. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2024.

SILVA, Golbery. do Couto. **Conjuntura Política Nacional**: o poder executivo e geopolítico do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

SILVA, Gutemberg. A FRONTEIRA POLÍTICA: alguns apontamentos sobre este tema clássico. **Revista Acta Geográfica**, p. 07-15, dez. 2008. Universidade Federal de Roraima. <http://dx.doi.org/10.5654/actageo2008.0204.0001>.

SILVA, Luis Paulo B. **A geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia)**: interações espaciais na zona de fronteira Brasil-Bolívia. 130 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SCHANDERT, Sylvia. Bolívia anuncia esgotamento das reservas naturais de gás e interrupção nas exportações. *DatamarNews*, 1 set. 2023. Disponível em: <https://datamarnews.com/pt/noticias/bolivia-anuncia-esgotamento-das-reservas-naturais-de-gas-e-interruptao-nas-exportacoes/>.

SOUZA, Carolina Guimarães Starling de. **A relação entre as dimensões material e simbólica do território na comunidade quilombola São Domingos, localizada em Paracatu-MG**. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUZA, Maurício Jorge Pinto de; BURNQUIST, Heloísa Lee. Facilitação de comércio e impactos sobre o comércio bilateral. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 41, p. 91-118, 2011.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira**: Um estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

UNIÃO EUROPEIA. **European Committee of the Regions**. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

VARGAS, Fábio A. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasília: FUNAG, 2017.

VIANNA, Marielle Assis; LEITE, Milena de Oliveira; TAVARES, Nayara Alonso; S. LOUREIRO, Maria Bernadete. A importância do Casario do Porto de Corumbá como

patrimônio histórico cultural no desenvolvimento turístico de Mato Grosso do sul.
Multitemas, [S. l.], n. 27, 2016.

VICENTE, Francisco Jorge; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **A região transfronteiriça do Iguaçu e as ações da IIRSA**. Para Onde?, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, p. 71-89, 24 nov. 2020.

ANEXOS

ANEXO I – MUNICÍPIOS ARCO CENTRAL FAIXA DE FRONTEIRA, EM 2024, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ANO DE CRIAÇÃO

Nº	CDM	NOME	UF	ANO	Nº	CDM	NOME	UF	ANO
1	1100015	Alta Floresta D'Oeste	RO	1986	51	5004601	Itaquiraí	MS	1980
2	1100031	Cabixi	RO	1988	52	5004809	Japorã	MS	1993
3	1100056	Cerejeiras	RO	1984	53	5005004	Jardim	MS	1953
4	1100064	Colorado do Oeste	RO	1983	54	5005103	Jateí	MS	1963
5	1100072	Corumbiara	RO	1993	55	5005152	Juti	MS	1989
6	1100080	Costa Marques	RO	1983	56	5005202	Ladário	MS	1953
7	1100106	Guajará-Mirim	RO	1943	57	5005251	Laguna Carapã	MS	1993
8	1100148	Nova Brasilândia D'Oeste	RO	1988	58	5005400	Maracaju	MS	1928
9	1100189	Pimenta Bueno	RO	1977	59	5005608	Miranda	MS	1871
10	1100205	Porto Velho	RO	1943	60	5005681	Mundo Novo	MS	1976
11	1100288	Rolim de Moura	RO	1984	61	5005707	Naviraí	MS	1963
12	1100296	Santa Luzia D'Oeste	RO	1984	62	5005806	Nioaque	MS	1890
13	1100304	Vilhena	RO	1977	63	5006002	Nova Alvorada do Sul	MS	1993
14	1100320	São Miguel do Guaporé	RO	1988	64	5006259	Novo Horizonte do Sul	MS	1993
15	1100338	Nova Mamoré	RO	1988	65	5006358	Paranhos	MS	1989
16	1100346	Alvorada D'Oeste	RO	1986	66	5006606	Ponta Porã	MS	1912
17	1100379	Alto Alegre dos Parecis	RO	1995	67	5006903	Porto Murtinho	MS	1911
18	1100452	Buritis	RO	1996	68	5007208	Rio Brilhante	MS	1929
19	1100502	Novo Horizonte do Oeste	RO	1997	69	5007703	Sete Quedas	MS	1980
20	1100700	Campo Novo de Rondônia	RO	1993	70	5007901	Sidrolândia	MS	1953
21	1100924	Chupinguaia	RO	1997	71	5007950	Tacuru	MS	1980
22	1101005	Governador Jorge Teixeira	RO	1992	72	5007976	Taquarussu	MS	1980
23	1101450	Parecis	RO	1995	73	5008404	Vicentina	MS	1989
24	1101468	Pimenteiras do Oeste	RO	1997	74	5101258	Araputanga	MT	1981
25	1101476	Primavera de Rondônia	RO	1995	75	5101605	Barão de Melgaço	MT	1954
26	1101484	São Felipe D'Oeste	RO	1997	76	5101704	Barra do Bugres	MT	1944
27	1101492	São Francisco do Guaporé	RO	1997	77	5102504	Cáceres	MT	1874
28	1101500	Seringueiras	RO	1993	78	5102686	Campos de Júlio	MT	1994
29	5000609	Amambai	MS	1948	79	5103304	Comodoro	MT	1986
30	5000708	Anastácio	MS	1964	80	5103361	Conquista D'Oeste	MT	1999
31	5000906	Antônio João	MS	1964	81	5103437	Curvelândia	MT	1998
32	5001102	Aquidauana	MS	1906	82	5103809	Figueirópolis D'Oeste	MT	1986
33	5001243	Aral Moreira	MS	1976	83	5103957	Glória D'Oeste	MT	1967
34	5002100	Bela Vista	MS	1908	84	5104500	Indiavaí	MT	1986
35	5002159	Bodoquena	MS	1980	85	5105002	Jauru	MT	1979
36	5002209	Bonito	MS	1948	86	5105234	Lambari D'Oeste	MT	1991
37	5002407	Caarapó	MS	1958	87	5105507	Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	1978
38	5002803	Caracol	MS	1963	88	5105622	Mirassol d'Oeste	MT	1964
39	5003157	Coronel Sapucaia	MS	1987	89	5106109	Nossa Senhora do Livramento	MT	1883
40	5003207	Corumbá	MS	1850	90	5106182	Nova Lacerda	MT	1997
41	5003454	Deodápolis	MS	1976	91	5106505	Poconé	MT	1863
42	5003488	Dois Irmãos do Buriti	MS	1989	92	5106752	Pontes e Lacerda	MT	1981
43	5003504	Douradina	MS	1980	93	5106828	Porto Esperidião	MT	1986
44	5003702	Dourados	MS	1935	94	5106851	Porto Estrela	MT	1993
45	5003751	Eldorado	MS	1976	95	5107107	São José dos Quatro Marcos	MT	1984
46	5003801	Fátima do Sul	MS	1963	96	5107156	Reserva do Cabaçal	MT	1986
47	5004007	Glória de Dourados	MS	1963	97	5107206	Rio Branco	MT	1978
48	5004106	Guia Lopes da Laguna	MS	1953	98	5107750	Salto do Céu	MT	1979
49	5004304	Iguatemi	MS	1963	99	5107875	Sapezal	MT	1994
50	5004502	Itaporã	MS	1953	100	5107958	Tangará da Serra	MT	1976
					101	5108352	Vale de São Domingos	MT	1999

ANEXO 2 – BENS TOMBADOS E/ OU REGISTRADOS: MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – MS

Nº	Bem patrimonial	Nº do processo	Tipo de reconhecimento	Órgão	Ano
1	Conjunto de edificações que compõem o Forte de Coimbra	917-T-74	Tombamento	IPHAN	1974
2	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá (Casario do Porto de Corumbá)	1182-T-85	Tombamento	IPHAN	1993
		Decreto Municipal no 129/1985	Tombamento	Município	1985
3	Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o Rio Paraguai	1577-T-09	Tombamento	IPHAN	2012
4	Forte Junqueira	888-T-73	Tombamento	IPHAN	2014
5	Estação Ferroviária de Porto Esperança - Corumbá	Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (25.11.2019) Bens declarados valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei no 11.483/07 e Portaria IPHAN no 407/2010.	Tombamento	IPHAN	2009
6	Modo de fazer viola de cocho: ocorrência em MT e MS: Corumbá e Ladário	Processo No 1450.01090/2004-03	Registro – Livro dos Saberes	IPHAN	2005
7	Ofício dos Mestres da Capoeira (Ocorrência em todo território brasileiro)	Processo No 01450002863/2006-80	Registro – Livro dos Saberes	IPHAN	2008
	Roda de Capoeira-(Ocorrência em todo território brasileiro)	Processo No 01450002863/2006-80	Registro- Livro Formas de Expressão	IPHAN	2008
8	Banho de São João de Corumbá e Ladário	Processo No aguardando liberação do IPHAN	Registro- Livro Celebrações	IPHAN	2021
		Decreto 12.923/2010	Registro	Estado	2010
9	Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (“ILA”)	Resolução SEMACT No 8	Tombamento	Estado	2002
10	Catedral Nossa Senhora da Candelária, Corumbá/MS	Processo nº 69/100.082/2017	Tombamento	Estado	2017
		Decreto 1.748/2017		Município	2017
11	Complexo Ferroviário Noroeste do Brasil e Sítios Históricos (Três Lagoas a Corumbá)	Lei No 1.735/1997	Tombamento	Estado	1997
12	Carnaval	Lei No 675/2020	Registro	Estado	2020
13	Sítio Histórico, Localizado na Vila Noroeste, Estação Ferroviária	Lei 1502/1997	Tombamento	Município	1997
14	Sistema de Captação de água sobre o Rio Paraguai	Lei nº 1.867	Tombamento	Município	2005
15	Acervo da Loja Maçônica Estrela do Oriente	Lei Ordinária nº 2014/2008	Tombamento	Município	2008
16	Ponte de Madeira existente na MS-184	Lei Nº 2.105/2009	Tombamento	Município	2009
17	Surtum	Lei no 2.634/2017	Registro	Município	2018

Autor: Adaptado de Rodrigues (2021).

ANEXO 3 – ROTEIRO ENTREVISTA LIVRE

1 Feiras livres de Corumbá

1. Como que frequência costuma vir à feira?
2. Quais barracas mais frequenta?
3. Para você, qual a importância das feiras para a cidade de Corumbá?
4. Qual a importância do boliviano na feira?
5. Qual a origem dos seus produtos?
6. Possui outra fonte de renda?

2 Casamentos mistos

1. Nos últimos anos, o cartório observou um aumento, queda ou estabilidade no número de casamentos entre brasileiros e bolivianos?
2. Existem diferenças percebidas no comportamento ou nos procedimentos adotados por casais binacionais em comparação com casais brasileiros?
3. O cartório enfrenta desafios específicos ao lidar com documentos estrangeiros ou com casais binacionais?
4. Já houve situações em que barreiras culturais, como diferenças religiosas, idiomáticas ou de costumes, impactaram o andamento do processo de casamento?
5. Na visão do cartório, como o casamento binacional influencia o cotidiano da cidade?
6. Há alguma história curiosa, marcante ou simbólica de um casamento binacional que ficou na memória da equipe?
7. Quantos casamentos entre brasileiros e bolivianos foram registrados neste cartório nos últimos dez anos?
8. Em média, qual é a proporção entre casamentos binacionais e casamentos entre brasileiros registrados anualmente?

3 Geossímbolos

1. Quais lugares da fronteira te trazem boas lembranças?
2. Quais os principais pontos que, para você, marcam a cidade?
3. Aonde as pessoas da cidade costumam se encontrar?
4. Qual lugar você mais gosta da cidade? Que tipo de sentimento ele te trás?